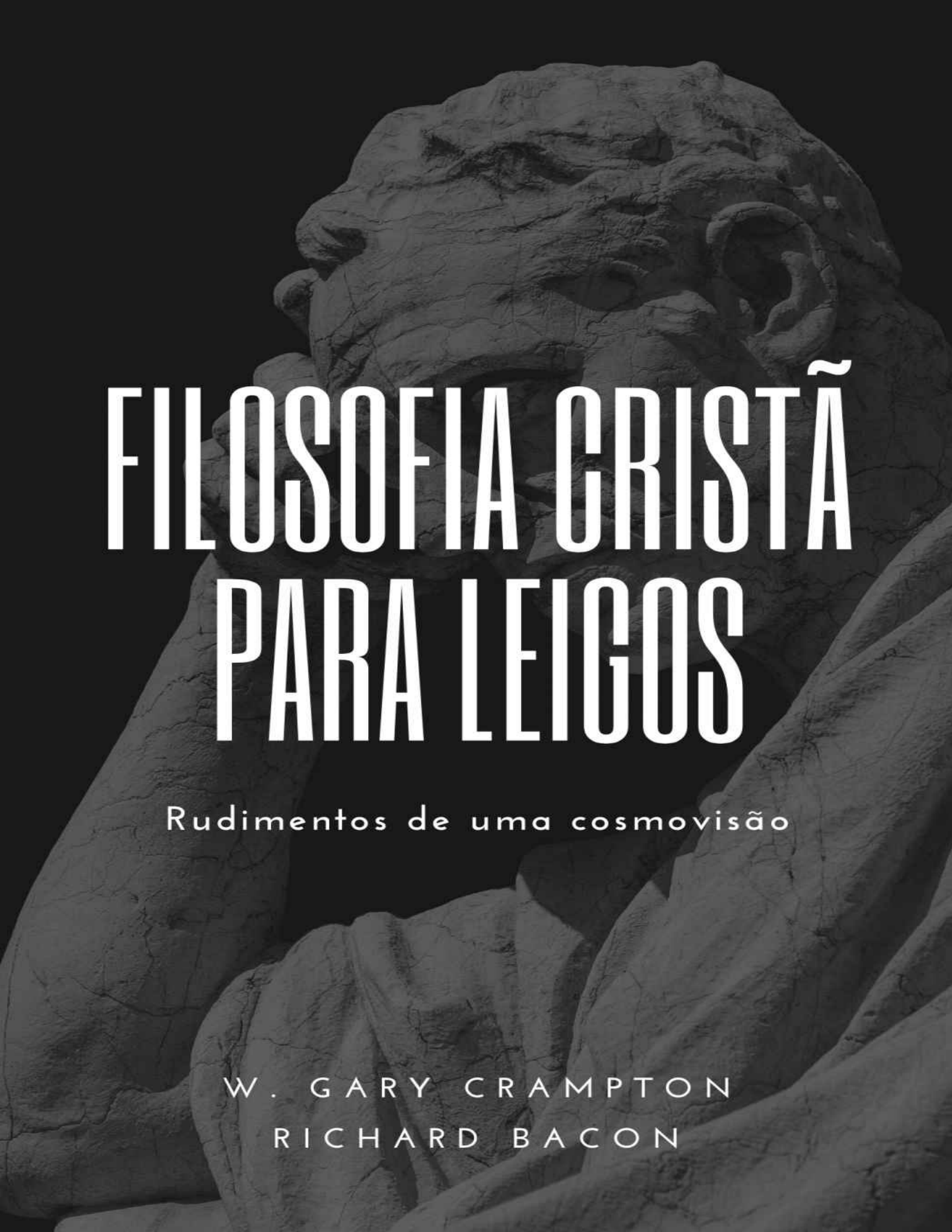


FILOSOFIA CRISTÃ PARA LEIGOS

Rudimentos de uma cosmovisão

W. GARY CRAMPTON
RICHARD BACON

Filosofia cristã para leigos
Rudimentos de uma cosmovisão

W. Gary Crampton e Richard Bacon

Copyright © 2020, de Editora Monergismo

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

Editora Monergismo
SCRN 712/713, Bloco B, Loja 28 — Ed. Francisco Morato
Brasília, DF, Brasil — CEP 70.760-620
www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2020

Editor: *Felipe Sabino de Araújo Neto*
Editor assistente: *Fabrício Tavares de Moraes*
Tradução: Marcelo Herberts
Revisão: *Felipe Sabino de Araújo Neto*
Capa: *Russ Saberton*

Todas as citações bíblicas foram extraídas
da versão *Almeida Revista e Atualizada* (ARA) salvo indicação em contrário.

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

Conteúdo

Prefácio
1. A natureza de uma cosmovisão cristã
2. O cristianismo e os elementos básicos da filosofia
3. Uma teodiceia bíblica
4. Sistemas filosóficos falsos
5. Que é uma filosofia cristã?
6. A Bíblia como verdade
7. Um apelo à racionalidade cristã
8. A importância de estudar lógica
9. Uma visão bíblica da ciência
10. Uma filosofia cristã de educação

Prefácio

Todas as pessoas têm uma cosmovisão, mesmo aquelas que negam tal fato, ou sequer saibam que existe tal coisa. Cosmovisão é simplesmente o conjunto das pressuposições que sustentamos (conscientemente ou não), que o Dr. Ronald Nash chamou de “uma série de crenças sobre os assuntos mais importantes da vida”.[1] Ou, como diria o Dr. Greg Bahnsen, “uma cosmovisão é uma rede de pressuposições relacionadas em termos da qual cada aspecto do conhecimento e da consciência do homem é interpretado”.[2] Longe de ser algo irrelevante, a cosmovisão influência quase todo pensamento e toda decisão que uma pessoa faz no curso de sua vida.

Neste pequeno livreto, o Dr. Crampton e o Dr. Bacon, que graciosamente permitiram a publicação do mesmo em português, apresentam de forma concisa e clara uma cosmovisão cristã totalmente reformada. Consideramos de extrema importância a disponibilização de mais um livro sobre o assunto ao público brasileiro,[3] pois a despeito da nossa era de anti-intelectualismo, principalmente nas igrejas ditas evangélicas, como dizem os autores, “um zelo à parte do conhecimento não cumprirá a vontade de Deus”.

Este livro foi publicado anteriormente (2009) com o título *Em direção a uma cosmovisão cristã*. Nesta nova tradução foram inclusos seis novos capítulos, de diversos

autores, que compreendem a Parte Dois do presente volume.

Tolle Lege!

Felipe Sabino de Araújo Neto

Agosto de 2020

Prefácio

Todo mundo possui uma cosmovisão. Cosmovisão é um conjunto de crenças, um sistema de pensamentos, sobre as questões mais importantes da vida. A cosmovisão de alguém é sua filosofia. “Cosmovisão” e “filosofia” são palavras praticamente sinônimas. Grandes pensadores como Platão, Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino tinham cada qual um sistema de crenças referente à filosofia e que era formulado de maneira sistemática. Cada sistema expressava a cosmovisão do filósofo em particular. Mas, ainda que não perceba, toda pessoa (madura) necessária e inescapavelmente também possui uma cosmovisão, um sistema filosófico de pensamento. Sua cosmovisão pode não ser formulada ou estar sistematizada tão bem quanto a dos quatro pensadores acima mencionados, mas elas possuem todavia uma cosmovisão.

Este livreto tem a intenção de elevar a autoconsciência do leitor sobre sua cosmovisão, de modo que ele possa obter uma compreensão mais clara da cosmovisão cristã — que na opinião dos presentes autores é a única cosmovisão ou filosofia viável. A Escritura nos ensina, como o *Breve catecismo de Westminster* adequadamente afirma, que “o fim principal do homem é glorificar a Deus [1Co 10.31; Rm 11.36], e gozá-lo para sempre [Sl 73.25-28]”.[4] Sendo assim, somos ordenados a

adotar uma filosofia que honre a Deus. Precisamos, como afirma o apóstolo Paulo, de uma filosofia que seja "segundo Cristo" (Cl 2.8). Temos contida neste livro uma filosofia cristã que está baseada no axioma da revelação divina: a Palavra de Deus. E o melhor resumo desse sistema de crenças é encontrado na *Confissão de fé de Westminster* (CFW) e nos catecismos breve e maior de Westminster.

Parte 1: Os elementos básicos da filosofia cristã

1. A natureza de uma cosmovisão cristã

FILOSOFIA VERDADEIRA *VERSUS* FALSA

Em Colossenses 2.8, o apóstolo Paulo escreve: "Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo e não segundo Cristo". Nesse versículo o apóstolo adverte seus leitores a não serem levados cativos por filosofias falsas. Em vez disso, diz que eles devem adotar uma filosofia "segundo Cristo". O versículo não ensina, como alguns têm dito, que a filosofia em si não é digna do estudo cristão. Na verdade, o versículo ensina precisamente o contrário. A filosofia é um imperativo para a busca da disciplina. Para evitar ser levado cativo por uma filosofia "conforme a tradição dos homens" é preciso ter consciência dessa filosofia errante. E, mais importante, a pessoa deve ter um conhecimento daquela filosofia que é verdadeira. Muitos cristãos não têm consciência desse fato. Negligenciam, portanto, o estudo da filosofia em geral. Infelizmente, estes são aqueles que mais provavelmente serão levados cativos pelas filosofias falsas deste mundo.

R. C. Sproul escreve que "nenhuma sociedade pode sobreviver, nenhuma civilização pode funcionar, sem algum sistema unificador do pensamento… O que faz da sociedade um sistema unificado? Uma espécie de cola é encontrada num sistema unificador do pensamento, a que chamamos de cosmovisão".[5] O fato é que pensamentos moldam sociedades. As cosmovisões, ou filosofias, são importantes. Os cristãos portanto precisam estudar filosofia. Salientando esse ponto, escreve Ronald Nash:

> Como muitos elementos de uma cosmovisão são de natureza filosófica, os cristãos precisam se tornar mais cônscios da importância da filosofia. Embora a filosofia e a religião [isto é, a teologia] muitas vezes usem diferentes linguagens e muitas vezes [erroneamente] cheguem a diferentes conclusões, elas lidam com as mesmas questões, que incluem questões sobre o que existe (metafísica), como os seres humanos devem viver (ética) e como os seres humanos sabem alguma coisa (epistemologia). A filosofia é importante. É importante porque a cosmovisão cristã tem uma conexão intrínseca com a filosofia e com o mundo das ideias. É importante porque a filosofia está relacionada de maneira criticamente importante à vida, à cultura

> e à religião. E é importante porque os sistemas que se opõem ao cristianismo usam métodos e argumentos filosóficos.[6]

Colossenses 2.8 ensina que existem duas cosmovisões filosóficas radicalmente diferentes: a cristã e a não cristã. Não existe terreno neutro. O filósofo não cristão está comprometido com uma total independência do Deus da Escritura. Ele vê, portanto, Deus, o homem e o mundo de um ponto de vista não bíblico.

O filósofo cristão, por outro lado, está comprometido com uma dependência absoluta de Deus e da sua Palavra. Ele filosofa sobre Deus e sua criação a partir de uma perspectiva completamente diferente. Vê Cristo, o Verbo de Deus encarnado, como central para toda a verdade. Nele, escreve Paulo, "estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" (Cl 2.3, NVI). Uma filosofia bíblica, portanto, deve estar enraizada e edificada em Cristo (Cl 2.7, NVI). O filósofo cristão deve analisar todas as coisas por meio da revelação infalível de Deus, buscando "[levar] cativo todo pensamento à obediência de Cristo" (2Co 10.5).

A Bíblia está repleta de ensinamentos filosóficos. O livro de Eclesiastes é um grande exemplo. O Pregador (1.1), autor do livro, apresenta-nos duas cosmovisões distintas e opostas, com as quais esteve pessoalmente envolvido. Ele escreve como um velho que olha para sua vida no passado e admoesta seus leitores a prestarem atenção às instruções que ele dá (12.1 ss). Por um lado ele enxerga as questões da vida do ponto de vista do homem que está debaixo do sol (1.3, 9; 2.11). É o homem não regenerado, que só tem consciência de Deus e da sua criação através da revelação geral, uma revelação que ele suprime (mais será dito sobre isso abaixo).

Por outro lado, o pregador apresenta a cosmovisão adequada do homem regenerado, que faz uso da revelação especial. Este homem conhece Deus como Salvador e é capaz de ter a verdadeira sabedoria (Pv 1.7; 9.10). Sem essa sabedoria, diz o pregador, todas as coisas da vida são tolas (2.25-26). Sua conclusão é dada em 12.13-14: uma cosmovisão adequada deve partir do temor a Deus — "De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus e guarda os seus mandamentos; porque isto é o dever de todo homem. Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más". Desprovido disso o homem está destinado à vaidade filosófica, a um "correr atrás do vento".

A mensagem do pregador é clara: filosofia sólida é cristianismo sólido. Sem uma filosofia baseada na Bíblia, o esforço filosófico é vão. Como ensinado por Francis Schaeffer, a cosmovisão cristã, baseada somente na Palavra de Deus, não apenas é uma boa filosofia, mas "é a melhor filosofia… a única filosofia que é coerente consigo mesma e que responde às questões da [vida]… ela lida com os problemas [da vida] e nos dá respostas".[7]

Qual, então, é a natureza da filosofia cristã? É uma filosofia que é "segundo Cristo". Ela busca estudar toda a arena filosófica por meio da Palavra de Cristo. Reconhece que somente o Deus triúno da Escritura é sábio: Pai (Rm 16.27), Filho (1Co 1.24, 30) e Espírito Santo (Is 11.2). E a genuína filosofia cristã entende que só a Palavra de Deus pode tornar alguém sábio (Sl 19.7).

Gregg Singer escreve que o verdadeiro filósofo cristão, usando a Escritura como ponto de partida, "crê em Jesus Cristo [e] se compromete com muitas outras coisas também: com uma visão de Deus, da criação, do homem, do pecado, da história e com todas as atividades culturais da raça humana; e nessa visão encontra a interpretação correta e a força motivadora para pensar os pensamentos de Deus e fazer a vontade de Deus depois dele".[8]

Pressuposições bíblicas

Todas as cosmovisões ou filosofias (como vimos, as palavras são usadas praticamente como sinônimas) têm pressuposições, que são fundacionais. Essas pressuposições são axiomas, que por definição não podem ser provados. Sem esses axiomas, como princípios primeiros ou pontos de partida, uma cosmovisão não poderia começar, pois não haveria um fundamento sobre o qual ela poderia basear suas crenças. Numa cosmovisão cristã logicamente consistente, a primeira pressuposição absolutamente essencial é que somente a Bíblia é a Palavra de Deus e tem um monopólio sistemático da verdade. Esse é o ponto de partida axiomático. A partir dos ensinos do axioma da Escritura, entretanto, descobrimos que existem várias outras doutrinas que são "pressuposicionais" para uma cosmovisão cristã.

Em primeiro lugar, então, está a pressuposição de que a Bíblia é a Palavra de Deus. Nas palavras do apóstolo Paulo: "Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção,

para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra" (2Tm 3.16-17). E na *Confissão de fé de Westminster* lemos: "Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua glória e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado nas Escrituras ou pode ser lógica e claramente delas deduzido. Às Escrituras nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens" (1:6).

Note os termos universais nessas duas declarações: "toda", "perfeito" ["completo", na versão inglesa], "perfeitamente" ["totalmente", idem], "toda", "todo", "todas", "nada", "em tempo algum". A Bíblia, infalivelmente, e a *Confissão de fé de Westminster,* em conformidade com a Bíblia, ensinam a suficiência total da Escritura.

Etimologicamente, "filosofia" (*philosophia*) significa "amor pela sabedoria". A Escritura nos ensina que somente Deus é sábio (Rm 16.27; 1Tm 1.17). O Espírito Santo é "o Espírito de sabedoria" (Is 11.2). E Jesus Cristo, o Filósofo Mestre, é a Sabedoria mesma (Pv 8.22-36; Jo 1.1-3, 14; 1Co 1.24, 30). Nele "estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" (Cl 2.3, NVI). E Cristo nos deu esses tesouros na sua Palavra, que faz parte de sua mente (1Co 2.16). Assim, para ser um filósofo cristão (um amante da sabedoria), a pessoa deve ir para a Palavra de Deus. É nela que se aprende "o temor do Senhor [que] é o princípio da sabedoria" (Pv 9.10).

A Bíblia afirma ser a Palavra infalível e inerrante de Deus (2Tm 3.16-17; 2Pe 1.20-21), e o Espírito Santo produz essa crença na mente do eleito (1Co 2.6-16). Como afirmado na CFW (1:4): "A autoridade das Escrituras Sagradas, razão pela qual devem ser cridas e obedecidas… depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus". E também (1:5): "a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade proveem da operação interna do Espírito Santo que pela Palavra e com a Palavra testifica em nossos corações". Simplesmente, não há autoridade superior à Palavra de Deus. Como afirma o autor de Hebreus, "visto que [Deus] não tinha ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo" (6.13).

Em segundo lugar, a partir do axioma da Escritura, aprendemos, como ensina o *Breve catecismo de Westminster* (P. 5-6), que "há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro… [e que] há três pessoas na Divindade: O Pai, o

Filho e o Espírito Santo, e estas três pessoas são um Deus, da mesma substância [essência], iguais em poder e glória" (veja Dt 6.4; Mt 28.19). Também aprendemos que esse Deus triúno é autoexistente e independente, possuindo todas as perfeições. Como afirmado no *Breve catecismo de Westminster* (P. 4): "Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade". Além disso, Deus é tanto transcendente (distinto da sua criação) quanto imanente (onipresente na sua criação) (Is 57.15; Jr 23.23-24). Nele todas as coisas vivem, se movem e existem (At 17.28).

Em terceiro lugar, as Escrituras ensinam que Deus, em seu decreto eterno, preordenou soberanamente todas as coisas que irão alguma vez acontecer (Ef 1.11). Além disso, executa seus propósitos soberanos através das obras da criação (Ap 4.11) e providência (Dn 4.35). Deus não só cria todas as coisas *ex nihilo* (de nenhuma substância pré-existente), incluindo o homem, como também soberanamente preserva, sustenta e governa toda a sua criação, trazendo todas as coisas para o fim designado. Assim, J. I. Packer afirma com razão que o teísmo cristão deve ser visto como "uma filosofia unificada da história que vê toda a diversidade dos processos e eventos que ocorrem no mundo de Deus como nada mais nada menos que a execução do grande plano preordenado de Deus para suas criaturas e sua igreja".[9]

Em quarto lugar, Deus criou o homem à sua própria imagem, tanto metafísica quanto eticamente (Gn 1.26-28). O homem é uma "alma viva" que consiste de um elemento físico (corpo) e um não físico (espírito, alma ou mente) (Gn 2.7). Mas, como ensina corretamente Calvino, o homem é um portador da imagem de Deus num sentido espiritual ou mental. Escreve Calvino: "A mente do homem é sua [de Deus] verdadeira imagem".[10] Isto é, o homem é um espírito; o homem tem um corpo. O corpo é o instrumento da alma ou espírito.[11]

De acordo com o cristianismo bíblico, como ensinado pela *Confissão de fé de Westminster*, o homem é um ser espiritual, racional, moral e imortal criado com um conhecimento inato e proposicional, incluindo o conhecimento de Deus, para ter um relacionamento espiritual com seu Criador. Aqui ele difere do resto da criação. Como diz a CFW (4:2): "Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com as almas racionais e imortais, e dotou-os de inteligência, retidão e perfeita

santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações". Calvino se referia a esse conhecimento inato como o *sensus divinitatis* ou senso do divino que está gravado na alma de todos os homens. É uma verdade proposicional e indelével e deixa todos os homens indesculpáveis.[12]

Os teólogos se referem a esse conhecimento inato como uma "revelação geral". É geral tanto na audiência (o mundo inteiro) quanto no conteúdo (a teologia em sentido amplo), ao passo que a revelação especial (as comunicações verbais da Escritura), por outro lado, é específica na audiência (aqueles que leem a Bíblia) e detalhada no conteúdo. A revelação geral, como se observou, revela Deus como o Criador, deixando assim os homens indesculpáveis (Rm 1.18-21; 2.14-15). Mas não revela Cristo como o único Redentor. Esse último conhecimento só é encontrado na Escritura (Rm 1.16-17; 10.17).

Diz a CFW (1:1):

> Ainda que a luz da natureza [naturalmente inata no homem] e as obras da criação e da providência manifestam de tal modo a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens sejam inescusáveis, todavia não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de sua vontade, necessário à salvação; por isso agradou ao Senhor, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e contra a maldade de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna as Escrituras Sagradas indispensável, tendo cessado aqueles antigos modos de Deus revelar a sua vontade ao seu povo.

Quando devidamente estudadas, as revelações geral e especial estão em perfeita harmonia. Mas a criação deve sempre ser estudada à luz da revelação especial. Só a Bíblia tem o monopólio da verdade. Como ensinado de maneira clara em Provérbios 8, um entendimento adequado da criação só pode ser derivado de um estudo da Escritura. Isso não significa que devemos evitar estudar a criação. Ao contrário, somos compelidos pela revelação especial a interagir com a criação (por ex., pela investigação histórica e científica), como pode ser visto no mandato de domínio de Gênesis 1.26-28. Mas só a Escritura, e não o estudo da ciência ou da história, pode nos dar verdades.

Isso nos leva à nossa quinta consideração. Por causa da queda do

homem, o pecado afetou todo o cosmos (Gn 3; Rm 8.18-23). O homem e o universo estão em um estado de anormalidade. Os efeitos da queda dificultaram sobremaneira a capacidade do homem de filosofar. Metafisicamente falando, o homem ainda é a imagem de Deus, embora a imagem esteja desfigurada; ainda é um ser espiritual, racional, moral e imortal (Gn 9.6; Tg 3.9). Mas, eticamente falando, a imagem de Deus está apagada. O homem caído está num estado de "depravação total", incapaz de fazer qualquer coisa que agrade a Deus (Rm 3.9-18; 8.7-8). Conforme ensinado na CFW (6:4), os homens caídos estão "totalmente indispostos, incapazes e adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal". A imagem ética só pode ser restaurada pela obra salvífica da cruz de Jesus Cristo (Ef 4.24; Cl 3.10). Para filosofar corretamente, o homem deve passar por uma regeneração (Jo 3.3-8). Nas palavras de Robert Reymond: "Até que nasça de novo, o homem não pode ver o reino de Deus ou, neste sentido, qualquer outra coisa de modo verdadeiro".[13]

Filosofia e sabedoria

Como se observou, a Bíblia ensina que a verdadeira sabedoria começa com "o temor do Senhor" (Pv 9.10). Portanto, quem não conhece salvificamente o "Senhor" Jesus Cristo", que é a sabedoria encarnada (1Co 1.24, 30; Cl 2.3), não pode ser "sábio" (conforme Jo 14.6). A Bíblia descreve esse indivíduo como "tolo". "Tolo" é alguém que odeia o conhecimento (Pv 1.22), é ingênuo em seu pensamento, pronto para acreditar em qualquer coisa (Pv 14.15), confia em si mesmo (Pv 28.26) e não em Deus (Sl 14.1). "Diz o tolo em seu coração: 'Deus não existe'" (Sl 14.1, NVI). Pode ser um indivíduo altamente educado, alguém bem versado na disciplina da filosofia; todavia é um tolo, pois rejeita o Deus da Escritura e a Bíblia como a única fonte de sabedoria (Mt 7.26-27). Por isso, "procura a sabedoria e não a encontra" porque está sempre olhando no lugar errado (Pv 14.6).

O apóstolo Paulo descreve em Romanos 1.18-25 a natureza dessa filosofia secular tola. O não cristão suprime o conhecimento que tem de Deus, rejeita a Palavra de Deus como o único padrão da verdade e atribui toda a criação a algo que não o Deus da Escritura (versículos 18-21). Diz o apóstolo, quanto aos tolos, que "seus pensamentos tornaram-se fúteis e o

coração insensato deles obscureceu-se" (versículo 21, NVI). "Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos" (versículo 22). E sua escolha, como falsos filósofos, é estar "adorando e servindo a criatura em lugar do Criador" (versículo 25).

O filósofo cristão, por outro lado, é um homem sábio. Constrói seu sistema filosófico sobre a Rocha, que é Cristo e sua Palavra (Mt 7.24-25). Vê todas as coisas (isto é, filosofa) pela "lente" da Escritura.[14] Desta forma, o filósofo cristão é não apenas *homo spiritualis* ("homem espiritual"), mas também *homo sapiens* ("homem que tem sabedoria").

2. O cristianismo e os elementos básicos da filosofia

Como vimos, cosmovisão ou filosofia é um conjunto de crenças relativas às questões mais importantes da vida. Portanto, qualquer cosmovisão bem modelada deve ser capaz de lidar adequadamente com os quatro elementos ou princípios mais básicos da filosofia: epistemologia, metafísica, ética e política.

Em primeiro lugar, a epistemologia é o ramo da filosofia que se preocupa com a teoria do conhecimento. Como sabemos o que sabemos? Qual é o padrão da verdade? A verdade é relativa? O conhecimento sobre Deus é possível? Pode Deus revelar coisas aos seres humanos? Se sim, como?

Em segundo lugar, a metafísica tem a ver com a teoria da realidade. Por que as coisas são como são? Por que existe algo em vez de nada? Como pode existir unidade em meio à diversidade no universo? É o mundo uma criação? É um fato bruto? Existe propósito no universo?

Em terceiro lugar, a ética se preocupa com a maneira como se deve viver. É o estudo dos pensamentos, das palavras e das ações que são certos ou errados. Qual é o padrão da ética? Existe uma lei absoluta à qual todos os homens devem se conformar? Existe uma razão lógica para perguntar por que alguém “deveria” fazer isto ou aquilo? É a moralidade relativa a indivíduos, culturas ou períodos históricos? Ou a moralidade transcende esses limites?

Em quarto lugar, a política é o ramo da filosofia que tem a ver com a teoria de governo. Que tipo de governo é o correto? O governo deve ser limitado? Têm os cidadãos direito à propriedade privada? Qual é a função do magistrado civil?

Epistemologia

A epistemologia é o componente-chave de qualquer sistema teológico ou filosófico. A metafísica, a ética e a teoria política só podem ser estabelecidas sobre uma base epistemológica. Sem um padrão, uma base para a crença (epistemologia), não se pode saber o que é uma teoria verdadeira da realidade; nem se pode saber como devemos determinar o que é certo ou errado; nem se pode saber qual é a teoria política adequada. A base epistêmica é sempre algo primário.

É por isso que a *Confissão de fé de Westminster* começa com a epistemologia, a doutrina da revelação. O capítulo 1 é "Das Sagradas Escrituras". Só depois que os 66 livros do Antigo e Novo Testamentos são estabelecidos como o ponto de partida da teologia cristã é que a CFW passa a considerar a doutrina de Deus (metafísica) nos capítulos 2-5, a doutrina da lei (ética) no capítulo 19 e a doutrina do magistrado civil no capítulo 23.

Gordon Clark diz o seguinte:

> Embora a questão de como podemos conhecer Deus seja a questão fundamental na filosofia da religião, há por trás na filosofia geral a questão última "Como podemos saber alguma coisa?". Se não podemos falar inteligentemente sobre Deus, podemos falar inteligentemente sobre moralidade, sobre nossas próprias ideias, sobre arte, política — podemos sequer falar sobre ciência? Como podemos saber alguma coisa? A resposta a essa questão, tecnicamente chamada de teoria de epistemologia, controla todo assunto que reivindique ser inteligível ou cognitivo.[15]

Na história da filosofia, tem havido três grandes teorias não cristãs de conhecimento: racionalismo (puro), empirismo e irracionalismo.

Primeiro, o racionalismo puro afirma que a razão, à parte da revelação ou experiência sensorial, fornece a fonte primária ou única da verdade. Os sentidos não são confiáveis, e nosso conhecimento *a priori* (o conhecimento que temos antes de qualquer observação ou experiência) deve ser aplicado à nossa experiência para que nossa experiência se torne inteligível.

Na epistemologia bíblica (que pode ser chamada de racionalismo cristão ou escrituralismo) o conhecimento vem pela lógica à medida que se estuda as proposições reveladas da Escritura. No racionalismo puro, por outro lado, o conhecimento vem somente da razão. A razão humana autônoma se torna o padrão último pelo qual todas as crenças são julgadas. Até mesmo a

revelação deve ser julgada pela razão. Uma suposição falsa que é feita aqui pelo racionalista é que o homem, à parte da revelação, pode chegar a um conhecimento verdadeiro de pelo menos algumas coisas, incluindo o conhecimento de Deus.

Há vários erros endêmicos no sistema racionalista de pensamento. Primeiro, homens caídos podem errar e erram em seus raciocínios. Erros formais na lógica são um exemplo disso. Em segundo lugar, há a questão do ponto de partida. De onde alguém parte no racionalismo puro? Platão, Descartes, Leibniz e Spinoza, todos classificados como racionalistas, tinham diferentes pontos de partida. Platão partia de suas Ideias eternas, Descartes de sua dúvida de todas as coisas (seu *cogito ergo sum*), Leibniz de seu sistema de mônadas e Spinoza, que era panteísta, partia de seu *Deus sive Natura* ("Deus, isto é, a natureza"). Aparentemente, os racionalistas não concordam sobre o ponto de partida, um axioma no qual seu sistema deve se basear.

Em terceiro lugar, de que forma o raciocínio à parte da revelação pode determinar se o mundo é controlado por um Deus bom e onipotente que nos revelou que dois mais dois é igual a quatro ou por um demônio onipotente que o tempo todo nos enganou fazendo-nos acreditar que dois mais dois é igual a quatro, quando na verdade é igual a cinco? Em quarto lugar, o racionalismo parece cometer a falácia da afirmação do consequente. Um argumento racionalista pode ocorrer da seguinte forma: se começamos com a proposição A, podemos justificar a alegação de que temos de fato conhecimento. Ora, é certo que temos conhecimento; logo a proposição A é verdadeira. Essa forma de argumentação comete a falácia lógica da afirmação do consequente.

Por fim, no racionalismo puro é difícil evitar o solipsismo, que é a crença de que o eu é tudo o que existe ou é capaz de ser conhecido. Sem uma mente divina e universal em que todas as pessoas e objetos participam (como no teísmo cristão), é impossível o indivíduo escapar de sua própria mente. Esta é pelo menos uma das razões por que os racionalistas adotam o argumento ontológico da existência de Deus. O filósofo alemão do século XIX G. W. F. Hegel tentou resolver esse problema propondo uma Mente Absoluta, mas uma Mente da qual não se podia racionalmente deduzir indivíduos. Na visão de Hegel, temos o desaparecimento do eu na Mente Absoluta (ou Espírito do Mundo). Essa é outra forma de panteísmo, que também é um fracasso.

Segundo, o empirismo sustenta que todo conhecimento tem origem nos sentidos. De acordo com o empirista, a experiência comum produz conhecimento. No empirismo é enfatizado o método científico de investigação. Certamente, alega-se, os abundantes triunfos da ciência na era moderna demonstram a veracidade do método empírico. A ciência, evidentemente, está baseada na observação, e a observação repetitiva é enfatizada. A ideia é que com a observação repetitiva o conhecimento e a certeza aumentam.

Numa epistemologia empírica consistente, a mente é vista como uma *tabula rasa* (uma "folha em branco") quando uma pessoa nasce. Ela não possui estrutura, forma ou ideias inatas. Portanto, todo conhecimento deve vir através dos sentidos.

Enquanto os racionalistas procedem por dedução, os empiristas também usam o raciocínio indutivo. Uma pessoa coleta suas experiências e observações e extrai delas inferências e conclusões. Esse conhecimento empírico é *a posteriori*, isto é, vem depois e através da experiência. A pessoa deve ser capaz de cheirar, provar, sentir, ouvir ou ver algo para que possa conhecê-lo. Uma vez que algo seja experimentado (ou "sentido"), a mente, que é uma folha em branco anterior à experiência, irá recordar, imaginar, combinar, transpor, categorizar e formular de algum modo a experiência sensorial em conhecimento.

Os problemas filosóficos com o empirismo são muitos, alguns dos quais serão aqui expostos. Primeiro, todos os argumentos indutivos são falácias lógicas formais. No estudo indutivo, cada argumento começa com premissas particulares e termina com uma conclusão universal. A dificuldade é que não é possível coletar experiências suficientes sobre qualquer assunto para se chegar a uma conclusão universal. Simplesmente porque depende da coleta de experiências para as suas conclusões, o sistema nunca pode ter certeza de que alguma nova experiência ou observação não irá mudar suas conclusões anteriores. Assim, nunca pode ser conclusivo. Por exemplo, alguém pode observar 1000 corvos e descobrir que são todos pretos. Mas quando o corvo de número 1001 acaba sendo albino, a conclusão anterior sobre os corvos serem pretos deve ser revisada.

Também nessa linha de pensamento, considere a frequência com que os cientistas revisam e derrubam suas conclusões anteriores. O fato é que a ciência jamais pode nos dar verdades; ela só lida com teorias, não absolutos.

Foi Einstein quem disse: “Nós [cientistas] não sabemos absolutamente nada sobre ela [a natureza]. Nosso conhecimento não passa de um conhecimento de colegiais… Saberemos um pouco mais do que sabemos agora. Mas a natureza real das coisas — esta jamais saberemos”.[16] E escreve o filósofo da ciência Karl Popper: “Na ciência não há conhecimento no sentido que Platão e Aristóteles usavam a palavra, no sentido que implica finalidade; na ciência jamais temos razões suficientes para crer que alcançamos a verdade”.[17]

Em segundo lugar, os sentidos podem nos enganar e frequentemente (talvez sempre) nos enganam. Ninguém pode ter a mesma experiência duas vezes. O filósofo antigo Heráclito falou disso em seu conhecido ditado: “Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”. As coisas finitas continuam a mudar, assim como as águas em um rio continuam a fluir. Nesse sistema, a verificação, que é a inferência de uma conclusão por boa e necessária consequência, é impossível. Na verdade, o axioma básico do empirismo — que tudo deve ser verificado [confirmado] ou falseado pela observação dos sentidos — não pode ele próprio ser verificado ou falseado pela observação dos sentidos. Portanto, o empirismo repousa num ponto de partida autocontraditório e portanto falso.

Em terceiro, como vimos, os empiristas sustentam que todos os homens nascem com uma mente em branco. Mas isso não é possível. Uma consciência que não tenha consciência de nada é uma contradição de termos. Aqui também o empirismo é autocontraditório.[18]

Em quarto, como as verdades da matemática podem ser derivadas dos sentidos? Podem as leis da lógica ser abstraídas ou obtidas da sensação? Como os sentidos poderiam nos dar ideias como “igual”, “paralelo” ou “justificação”? Elas nunca são encontradas na experiência sensorial. Não há duas coisas que experimentamos que são sempre perfeitamente iguais.

Essas são dificuldades insuperáveis do empirismo. O empirismo não pode dizer como os sentidos tomados isoladamente nos dão concepções. Se o “conhecedor” já não estiver equipado com elementos ou ideias conceituais (isto é, um conhecimento inato), como poderá sequer conceitualizar o objeto sentido? Embora o racionalismo, com seu conceito de ideias universais, nos dê uma explicação para as categorias e similaridades, o empirismo não dá. E sem elas o discurso racional é impossível.

Quinto, assim como no racionalismo puro, o solipsismo é inescapável

numa epistemologia empirista. As sensações de alguém são apenas isto: as sensações de alguém. Ninguém mais pode experimentá-las. Mas, neste caso, como alguém pode saber que existe um mundo externo? Qualquer evidência oferecida será apenas outra experiência subjetiva.

Por fim, na ética, mesmo que assumamos que o empirismo (na melhor das hipóteses) pode dizer-nos o que algo é, jamais pode dizer o que algo deve ser. O "deve ser" jamais pode ser derivado do "ser". As observações empíricas jamais podem nos dar princípios morais. Como declara Gordon Clark: "Um princípio moral só pode ser uma ordem ou proibição divinamente revelada".[19] Mesmo no Jardim do Éden, antes da Queda, o homem já dependia de uma revelação proposicional de Deus para ter conhecimento. Pela observação ele não poderia ter determinado seu dever perante Deus. Após a queda, evidentemente, o problema se agravou.

Em 1 Coríntios 2.9-10, o apóstolo Paulo faz uma distinção entre filosofias construídas sobre o empirismo e racionalismo puro e a revelação proposicional de Deus: "mas, como está escrito: 'Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram [empirismo], nem jamais penetrou em coração [mente] humano [racionalismo puro] o que Deus tem preparado para aqueles que o amam'. Mas Deus no-lo revelou pelo Espírito". Qual a conclusão de Paulo? Simplesmente esta: que nem o racionalismo puro nem o empirismo podem produzir conhecimento. Ao contrário, defende o apóstolo, a revelação proposicional é a condição *sine qua non* do conhecimento.

Em terceiro lugar, o irracionalismo, promovido por homens como Søren Kierkegaard, (até certo ponto) Immanuel Kant, Friedrich Schleiermacher e os teólogos neo-ortodoxos, é uma forma de ceticismo. É antirracional e anti-intelectual. A verdade real, diz o cético, nunca pode ser alcançada. As tentativas racionais de explicar o mundo nos deixam em desespero. A realidade não pode ser comunicada proposicionalmente, mas deve ser compreendida "pessoal e apaixonadamente" (Kierkegaard). A verdade é subjetiva. Embora possa nunca saber se existe um deus que confere propósito e significado à vida, o homem deve todavia dar um "salto de fé" (Kierkegaard). Ele deve viver a vida como se existisse um deus, um ser superior, um universo significativo, pois não fazê-lo seria pior (Kant).

O irracionalismo se manifesta em círculos teológicos na neo-ortodoxia de Karl Barth e Emil Brunner. Para esses homens, a lógica deve ser desdenhada. A lógica deve ser refreada para dar espaço à fé. Afinal, alega-se,

a lógica de Deus é diferente da "mera lógica humana", de maneira que a verdade só pode ser encontrada em meio a paradoxos e contradições. Nessa "teologia do paradoxo", Deus pode nos ensinar inclusive por meio de declarações falsas.

Infelizmente, a irracionalidade também afetou a igreja ortodoxa. Muitas pessoas nos círculos cristãos caíram reféns do movimento que é contra a razão, o intelecto e a lógica. Os presentes autores concordam com John Robbins, que escreve: "Não há neste momento uma maior ameaça enfrentando a verdadeira igreja de Cristo do que o irracionalismo que controla toda a nossa cultura". Vivemos, diz Robbins, "na era do irracionalismo". E entre tantos inimigos filosóficos que a igreja cristã tem de enfrentar, tantas ideias falsas que competem por supremacia, não há ideia tão perigosa "como a ideia de que não conhecemos e não podemos conhecer a verdade".[20]

O problema do irracionalismo é que, quando alguém separa a lógica da epistemologia, fica sem nada. O ceticismo é autocontraditório, pois afirma com certeza que nada pode ser conhecido com certeza. O teísmo cristão, por outro lado, defende, como afirmado pela CFW (1:4), que Deus é "a mesma [a própria] verdade": Pai (Sl 31.5), Filho (Jo 14.6) e Espírito Santo (1Jo 5.6) e que a verdade é lógica. A lei da contradição[21] é um teste negativo da verdade; o motivo é que a contradição é sempre um sinal de erro. Se algo é contraditório, não pode ser verdadeiro (1Co 14.33; 1Tm 6.20).

De fato, a Bíblia ensina que Jesus Cristo é a Lógica (*Logos*) de Deus (Jo 1.1). Ele é a Razão, Sabedoria e Verdade encarnadas (1Co 1.24, 30; Cl 2.3; Jo 14.6). As leis da lógica não são criadas por Deus ou pelo homem; são o modo como Deus pensa. E, visto que as Escrituras são uma parte da mente de Deus (1Co 2.16), elas são os pensamentos lógicos de Deus. A Bíblia expressa a mente de Deus de um modo logicamente coerente para a humanidade.

O homem, como portador da imagem de Deus (Gn 1.26-28), tem a lógica inerentemente como uma parte da imagem. O homem é "sopro de Deus" (Gn 2.7; Jó 33.4), pois o Espírito de Deus soprou dentro do homem seu espírito ou mente, que é a imagem. Assim, ao contrário do absurdo banal dos irracionalistas, a Escritura ensina que não existe uma "mera lógica humana". Lemos em João 1.9 que Cristo, como o *Logos* (Lógica) de Deus, é "a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem". Sendo

assim, é evidente que a lógica de Deus e a lógica do homem são a mesma lógica.

Devemos entender, então, que raciocinar logicamente é racionar segundo a Escritura (Rm 12.2), que faz parte dos pensamentos lógicos de Deus. O homem redimido deve aprender progressivamente a pensar os pensamentos de Deus (2Co 10.5). Citando Clark: “A lógica é fixa, universal, necessária e insubstituível. A irracionalidade contradiz o ensino bíblico do início ao fim. O Deus de Abraão, Isaque e Jacó não é louco. Deus é um ser racional, cuja arquitetura da mente é lógica”.[22]

Epistemologia cristã

Como já estudado, o ponto de partida da epistemologia cristã é a revelação proposicional dos 66 livros do Antigo e Novo Testamentos. Se quisermos evitar as falácias do racionalismo puro, as armadilhas do empirismo e o ceticismo da irracionalidade, precisamos de outra fonte de verdade. E essa fonte é a revelação proposicional do Deus da Escritura, que é "a mesma verdade". Passagens da Escritura como Jó 11.7-9, Pv 20.24, Ec 3.11; 7.27-28; 8.10, 17, Mt 16.17, 1Co 2.9-10, só para citar algumas, deixam abundantemente claro que à parte da revelação bíblica o homem não pode de fato conhecer Deus ou a sua criação. Gregg Singer afirma com acerto:

> Não seria inadequada a observação de que a epistemologia se tornou a questão mais profundamente perturbadora a confrontar a mente moderna, simplesmente porque a filosofia contemporânea rejeita [a] solução bíblica e busca respostas de várias outras fontes, todas as quais levam à conclusão desesperadora de que o homem simplesmente não pode conhecer a realidade e que não existe nenhuma verdade última que possa ser conhecida.[23]

Vimos que todo sistema filosófico deve ter seu ponto de partida, que é axiomático, isto é, não pode ser provado. E o ponto de partida para a filosofia cristã é a Palavra de Deus. Este é o axioma: somente a Bíblia é a Palavra de Deus e tem um monopólio sistemático da verdade. A Bíblia afirma ser a Palavra de Deus, e o Espírito Santo produz essa crença na mente dos eleitos de Deus. Nisso eles se sujeitam às Escrituras auto-autenticáveis. Como declarado na CFW (1:4-5), a Bíblia "tem, portanto, de ser recebida [simplesmente] porque é a Palavra de Deus" e, embora se manifeste abundantemente como sendo a Palavra de Deus, "a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo que pela Palavra e com a Palavra testifica em nossos corações". Isso é, por vezes, chamado de "dogmatismo", "pressuposicionalismo bíblico", "racionalismo cristão" ou "escrituralismo".

Com bastante frequência os críticos dirão que isso não é nada mais que uma petição de princípio (*petitio principii*), um raciocínio circular, assumindo o que deve ser provado. Não devemos assumir que a Bíblia é a Palavra de Deus só porque a Bíblia afirma ser a Palavra de Deus. Primeiro, alega-se, devemos provar que a Bíblia é realmente a Palavra de Deus.

É claro que nem toda alegação é verdadeira. Existem muitas

alegações e pessoas que fazem alegações que são falsas. Mas não se pode racionalmente negar que a Bíblia alega ser a infalível e inerrante Palavra de Deus (2Tm 3.16-17; 2Pe 1.20-21). E isso é significativo. É uma alegação que poucos escritos fazem sobre si mesmos. Logo, como a Bíblia faz essa alegação de forma explícita e generalizada, é bastante correto acreditar no testemunho da própria Bíblia.

Em segundo lugar, a resposta *ad hominem* ("contra a pessoa") ao crítico é que todos os sistemas devem começar com um ponto de partida indemonstrável; do contrário o sistema jamais poderia começar. "Petição de princípio", neste sentido amplo da frase, não é uma característica exclusiva do cristianismo. É uma situação na qual todos os sistemas filosóficos se encontram.

Se alguém pudesse provar que a Bíblia é a Palavra de Deus, a Bíblia não seria o ponto de partida. Haveria algo antes mesmo do ponto de partida, o que seria absurdo. Em termos simples, de acordo com a Escritura não existe autoridade superior à Palavra auto-autenticável de Deus. Mais uma vez, citando o autor de Hebreus, "visto que [Deus] não tinha ninguém superior por quem jurar, jurou por si mesmo" (6.13). Devemos aceitar os 66 livros do Antigo e Novo Testamentos como axiomáticos ou, do contrário, nenhum conhecimento será possível.

Além do mais, na epistemologia cristã não existe uma dicotomia entre fé (revelação) e razão (lógica). As duas andam de mãos dadas, pois é Cristo o *Logos* quem revela a verdade. O cristianismo é racional. De fato, a fé cristã depende absolutamente da persuasão da razão (pensamento coerente) para sua proclamação e compreensão. Deus se comunica conosco de um modo coerente em sua Palavra através de declarações racionais e proposicionais; a revelação só pode vir a uma pessoa racional.

Ao explicar a relação entre fé (revelação) e razão (lógica), escreve Agostinho:

> Pois, se a razão contradiz a autoridade das Escrituras Divinas, só engana por uma aparência de verdade, por aguda que seja, porque neste caso suas deduções não podem ser verdadeiras. Por outro lado, se, contra o testemunho mais manifesto e confiável da razão, alguma coisa é estabelecida alegando ter a autoridade das Sagradas Escrituras, aquele que faz isso se baseia numa má compreensão do que leu e não está contrapondo à verdade o real significado da Escritura, que não conseguiu descobrir, mas uma opinião

> pessoal; essa pessoa não alega o que encontrou nas Escrituras, mas o que encontrou em si como intérprete dela.[24]

Também se deve observar que existe uma distinção filosófica importante entre “conhecimento” e “opinião”. Existe uma diferença entre aquilo que “conhecemos” e aquilo que “opinamos”. Conhecimento não é apenas possuir ideias ou pensamentos; é possuir ideias ou pensamentos verdadeiros. Conhecimento é conhecimento da verdade. É crença verdadeira justificada. Só a Palavra de Deus nos dá este conhecimento.

As opiniões, por outro lado, podem ser verdadeiras ou falsas. A ciência natural é opinião; a arqueologia é opinião; a história (com exceção da história bíblica) é opinião. Nessas disciplinas não estamos lidando com fatos. Não há aqui crença verdadeira justificada. Opinar sobre algo não é conhecê-lo, ainda que a opinião possa ser verdadeira. Um aluno pode adivinhar a resposta correta para uma questão aritmética, mas a menos que possa mostrar como obteve a resposta não se pode dizer que a conhecia. Citando a CFW (1:6), só o que “ou é expressamente declarado nas Escrituras ou pode ser lógica e claramente delas deduzido” nos dá “conhecimento”. Verdades justificadas só podem ser encontradas na Palavra de Deus. Paulo fala disso em 1 Timóteo 6.3-5 (ARC). Segundo o apóstolo, aqueles que não concordam com as “sãs palavras” de Jesus Cristo “e com a doutrina que é segundo a piedade” são aqueles que “nada sabe[m]” e são “privados da verdade”.

Finalmente, a filosofia cristã defende a teoria da coerência da verdade em vez da teoria da correspondência da verdade. Isto é, a teoria da coerência da verdade afirma que, sempre que uma pessoa conhece a verdade, conhece o que existe na mente de Deus; ela não tem uma mera representação da verdade (como na teoria da correspondência da verdade); uma representação da verdade não é a verdade em si.

Na visão bíblica, uma proposição é verdadeira porque Deus pensa nela como sendo verdadeira. E, como Deus é onisciente (sabe todas as coisas), se o homem quer saber a verdade, deve saber o que está na mente de Deus. A mesma verdade que existe na mente do homem existe primeiro na mente de Deus. Na teoria da coerência da verdade, a mente e o objeto conhecido fazem ambos parte de um sistema, um sistema no qual todas as partes estão em perfeita harmonia, pois são encontradas na mente de Deus.

Metafísica

A palavra “metafísica” deriva do grego *meta phusika*, que significa “além da física”. Como visto, a metafísica tem a ver com a teoria da realidade; não só com o físico, mas também com o que transcende o físico. Os objetos físicos podem parecer aos sentidos de diversas maneiras, mas o metafísico está preocupado com o que o objeto realmente é. A metafísica é um estudo das coisas últimas.

Na história do pensamento não cristão, os metafísicos geralmente se encontram em um de dois campos: monistas ou pluralistas (ou atomistas). O primeiro afirma que todas as coisas são formas de uma só substância ou essência, enquanto o segundo mantém que todas as coisas são formas de várias substâncias ou essências. Alguns monistas são materialistas (Tales de Mileto, Heráclito) enquanto outros são idealistas ou espiritualistas (Parmênides). Assim também, alguns pluralistas são materialistas (Demócrito, Epicuro, Empédocles) enquanto outros são idealistas (Leibniz). Mas, em geral, todos os metafísicos estão interessados no problema do “um e os muitos”.

Ou seja, a principal questão no estudo da metafísica é a questão do “uno e o múltiplo”. Como pode haver tantas coisas diversas no mundo, embora também pareça haver uma unidade básica? Em meio a muita complexidade, como ainda pode existir simplicidade? Qual é o fato básico da vida — a unidade ou a pluralidade, o uno ou o múltiplo? Se a resposta à última pergunta é “o uno”, a unidade deve ter prioridade sobre a pluralidade. Se, por outro lado, a resposta é “o múltiplo”, o individual e os particulares têm prioridade. Se “o uno” é último, os particulares são degradados; se “o múltiplo” é último, o inverso é verdade.[25]

Segundo Francis Schaeffer, essa questão tem atormentado os pensadores não cristãos ao longo da história da filosofia. Platão enfatizava os universais e Aristóteles os particulares. Tomás de Aquino (ao menos implicitamente) separava os dois na sua teoria errante da natureza (particulares) e graça (universais). Kant e Hegel tentaram sintetizar o problema do uno e o múltiplo através da razão à parte da revelação. Kierkegaard concluiu que a resposta só pode ser encontrada num salto de fé para o reino dos universais. Filósofos da análise linguística afirmam que só uma linguagem perfeita pode gerar a desejada unidade. Mas toda a filosofia

não cristã fica aquém da solução para o problema. Só a filosofia cristã pode responder adequadamente à questão do "uno e o múltiplo". E a resposta está na doutrina bíblica da Trindade. Diz Schaeffer: "Se não houvesse uma unidade e diversidade pessoal de ordem superior, como dada pela Trindade, não haveria explicação possível".[26]

Deus é "uno" em essência mas três ("múltiplo") pessoas distintas. É o eterno "Uno e Múltiplo". Como Deus soberano, ele criou todas as muitas coisas do universo e lhes confere uma estrutura unificada. O universo, então, é "o uno e o múltiplo" temporal. As coisas particulares do universo, portanto, agem de acordo com os ditames universais do Deus triúno (Sl 147.15-18). Há ordem no universo porque há um Deus soberano que o criou e providencialmente o controla.

Agostinho afirmou que a solução do problema do uno e o múltiplo está no fato de que os particulares deste mundo têm seus arquétipos na mente de Deus. Agostinho chamou esses arquétipos de "razões eternas". As razões eternas de Deus são os planos arqui-estruturais a partir dos quais ele criou o mundo. O mundo é modelado segundo as proposições divinas do Deus triúno. Portanto há unidade em meio à diversidade.[27]

Agostinho então ensinou que Jesus Cristo, o eterno *Logos* de Deus, é quem nos dá uma coerência entre o infinito e o finito, entre o Criador e a criação. Em outras palavras, é Cristo quem revela a solução para o problema do uno e o múltiplo.[28] À parte de um entendimento adequado da teologia do *Logos* (isto é, de Cristo como o Verbo eterno que veio revelar a verdade de Deus aos homens) não existe solução real para o problema.[29]

Diferindo drasticamente das visões não cristãs de metafísica, a Escritura ensina que todas as coisas existem tal como existem porque o Deus triúno da Escritura é o Criador e Sustentador de todas as coisas. Como ensinado na *Confissão de fé de Westminster* (5:1):

> Pela mui sábia e santa providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho de sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas, desde a maior até a menor.

É por isso que existe algo em vez de nada. E porque Deus é o Criador e Sustentador do universo, o mundo não é um fato bruto nem uma máquina

sem propósito. Existe ordem, significado e propósito no universo porque ele é o trabalho intencional do Mestre Artífice. E essa ordem, significado e propósito são encontrados na aliança que Deus celebrou com sua criação (Gn 1; 2.15-17; 3.15; 9.9-17; Jr 33.19-26). É “nele [que] vivemos, nos movemos e existimos” (At 17.28, NVI).

Ética

Embora as pessoas, às vezes, considerem as palavras “ética” e “moral” como praticamente sinônimas, existe tecnicamente uma diferença entre as duas. Ética é uma disciplina normativa que busca prescrever obrigações para a humanidade. Tem a ver com o que alguém “deve” fazer. Ética é uma questão de autoridade. A moral, por outro lado, descreve os padrões de comportamento de indivíduos e sociedades, isto é, o que as pessoas fazem. A ética de uma pessoa deve determinar sua moral.

A ética cristã depende da revelação. O cristianismo defende que só existe um padrão ético para a humanidade, a lei de Deus. Como declarado na *Confissão de fé de Westminster* (19:5): “A lei moral [de Deus] obriga a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas quanto as demais”. E o pecado é adequadamente definido, segundo o *Breve catecismo de Westminster*, como “qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão desta lei”. Se não houvesse uma lei de Deus, não haveria pecado. Nossa conduta moral, portanto, deve ser guiada pelo padrão ético da Palavra de Deus. Novamente, citando a *CFW* (16:1): “As boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa Palavra, não as que, sem a autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos por um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção”.

Por trás da validade da lei moral de Deus está evidentemente a autoridade do Deus que nos dá a lei. O prólogo dos Dez Mandamentos é: “Eu sou o Senhor”. A teologia, não a ética, é fundamental. A distinção entre o certo e o errado depende totalmente dos mandamentos de Deus, pois ele é “o Senhor”. E o sistema cristão de ética se baseia na própria natureza de Deus. “Sede santos, porque eu [Deus] sou santo” (Lv 11.44; 1Pe 1.16).

Toda a ética (e moral) não cristã é uma perversão do único padrão verdadeiro. Conforme aponta Paulo nos dois primeiros capítulos de sua epístola aos Romanos, o homem suprime o conhecimento inato de Deus e de sua Palavra que sabe ser verdadeiro e o substitui pelos seus próprios sistemas falsos.

Já observamos que o homem foi criado à imagem de Deus. A Queda, todavia, deixou o homem num estado ético de total depravação. O homem não regenerado é agora incapaz de fazer qualquer coisa que agrade a Deus (Rm 3.9-18; 8.7-8). Seu padrão ético é autônomo; não tem nenhum ponto de

referência eterno. O homem não cristão está numa encruzilhada: busca construir um sistema ético sem ter uma autoridade eterna e divina por trás. Nas palavras de Cristo, o homem caído está sobre a areia que afunda (Mt 7.26-27).

As Escrituras são claras sobre esse assunto. Há uma evidente ligação entre as cosmovisões não cristãs e a prática daqueles que aderem a elas. O salmo 14 afirma claramente o assunto: “o insensato [diz] no seu coração: Não há Deus” (versículo 1a). E, como segue dizendo o salmista, é por causa dessa negação de Deus que “corrompem-se e praticam abominação; já não há quem faça o bem” (versículo 1b). Paulo ensina a mesma coisa em Romanos 3. Nos versículos 10-17 ele nos dá um catálogo dos pecados que infectam os não regenerados. E então, no versículo 18, resume a acusação dizendo que “não há temor de Deus diante de seus olhos”. Ou seja, quando o homem rejeita o Deus da Escritura, isso leva a obras “abomináveis” (ARC).

O número de sistemas éticos não cristãos é enorme. R. C. Sproul observa que há atualmente pelo menos 80 diferentes teorias de ética competindo por aceitação. Talvez as duas que tiveram o maior impacto (negativo) sobre o cristianismo sejam o legalismo e o antinomianismo, ambos os quais sendo o que Jesus aludiu como “o caminho [espaçoso] que conduz para a perdição (Mt 7.13-14).[30]

O legalismo, em sua forma mais severa, afirma que a guarda da lei é por si só o que salva o homem e a sociedade. Ele se preocupa com a conformidade externa a um padrão de lei, um padrão que é sempre de uma forma ou de outra uma lei criada pelo homem. Como escreve Paulo, os homens, “procurando estabelecer a sua própria [justiça], não se sujeitaram à que vem de Deus” (Rm 10.3). Essa forma de legalismo era adotada pelos fariseus da época de Jesus (Mt 15.1-9; 23.1-39). É também o erro do pelagianismo.[31] Igualmente falso e perigoso é o ensino semipelagiano da Igreja Católica Romana de que a justificação é uma mistura de graça e obras.

Às vezes, de modo menos severo, o legalismo vem na forma de listas não bíblicas de “faça” e “não faça”. Outras vezes, é encontrado na mera tradição. Mas tem sempre uma origem humanista. A lei do homem é colocada em oposição à lei de Deus.

O legalismo afirma com Protágoras que “o homem é a medida” de todas as coisas. Mas se o homem é a medida de todas as coisas, o que eu

acredito é em cada detalhe tão verdadeiro quanto o que você acredita. Ambos estamos certos. Então, se acredito que você está errado, você está necessariamente errado. E se você acredita que eu estou errado, estou necessariamente errado. Portanto, estamos certos e errados ao mesmo tempo, o que é uma contradição. E, como vimos, aquilo que é contraditório é inescapavelmente errôneo. Jesus fala contra o legalismo em Mateus 15 e Marcos 7. E Paulo condena o legalismo no livro de Gálatas.

O antinomianismo ("anti-lei") assume várias formas: libertinismo, espiritualismo gnóstico e ética situacional. O libertinismo, de uma forma ou de outra, nega que a lei moral de Deus é compulsória sobre a humanidade hoje. Infelizmente ela tem encontrado espaço na (pseudo) igreja. Essa visão é predominante em círculos dispensacionalistas, onde a declaração de Paulo em Romanos 6.14 é frequentemente afirmada como sendo um argumento de que na era do Novo Testamento os cristãos não estão mais sob a lei, mas sob a graça: "Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça".

Isso, porém, não procede. Como ensinado no capítulo 19 da *Confissão de fé de Westminster* (19:3-6), que embora as leis cerimoniais dadas à nação de Israel, "uma igreja sob sua tutela", "estão todas abolidas", os Dez Mandamentos e a "equidade geral" das leis judiciais de Israel continuam, entretanto, "[obrigando] todos a prestar-lhe [a essas leis morais] obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas quanto as demais"; e "Cristo, no Evangelho [na era do Novo Testamento], de modo algum desfaz esta obrigação, antes a reveste de maior vigor". Vale dizer, como continua a CFW (citando Romanos 6.14 como texto-prova): "Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo ela serve de grande proveito, tanto a eles, como aos demais. Como regra de vida, ela lhes informa da vontade de Deus e do dever que eles têm; os dirige e os obriga a andar conforme essa vontade". Ou seja, em Romanos 6.14 o apóstolo Paulo não está negando que os cristãos são obrigados a obedecer à lei de Deus; ao contrário, está ensinando que eles não estão mais sob a lei como uma maldição (reafirmando Gálatas 3.10-13). Ele também deixa isso claro numa passagem anterior na mesma epístola, onde escreve: "Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei" (Rm 3.31).

O espiritualismo gnóstico, frequentemente encontrado em igrejas

carismáticas e pentecostais, eleva os sentimentos e as experiências místicas acima da lei de Deus. Aqueles que estão "por dentro" alegam ter uma fonte superior de conhecimento. Os mandamentos da Escritura devem ser postos de lado, alega-se, quando uma experiência assim ocorre. O Espírito de Deus, dizem os gnósticos, os guia à parte (sem a necessidade) da revelação bíblica.

Segundo a Escritura, no entanto, o Espírito Santo não é antinomiano. Ele é "o Espírito da verdade" que guia a igreja "a toda a verdade" (Jo 6.13). Mas faz isso por meio da Escritura e não à parte dela (Jo 16.13-15; 1Co 2.10-16). São as Escrituras, escreve Paulo, e não as experiências místicas, que equipam completamente a igreja "para toda boa obra" (2Tm 3.16-17). Além disso, escreve Salomão, "o que confia no seu próprio coração [sentimentos] é insensato" (Pv 28.26).

A ética situacional, ou "nova moralidade" é um construto que nega a existência de verdades absolutas. Antes, "a lei do amor" é que deve ditar a ética em cada situação específica. Isto é, o amor sempre "supera" a lei e torna correta a ação. Dietrich Bonhoeffer, Emil Brunner, o Marquês de Sade e o Bispo J. A. T. Robinson, para citar apenas alguns, eram notáveis proponentes desse sistema. Joseph Fletcher, entretanto, é talvez o maior popularizador da ética situacional.

Como observado, na ética situacional o único absoluto, se assim se pode chamá-lo, é "a lei do amor". Mas é uma "lei" definida por Fletcher e não pela Palavra de Deus. Embora o "amor" de um ponto de vista bíblico tenha uma natureza objetiva — é definido por Jesus como "a [obediência] aos meus mandamentos" (Jo 14.15, NVI) e por Paulo como "o cumprimento da lei [de Deus]" (Rm 13.10) —, para Fletcher e os eticistas situacionais ele é meramente pessoal e subjetivo. O que dita é a "situação"; não existe nenhuma norma, nenhum padrão absoluto, pelo qual tudo deva ser julgado. A ética situacional está em contraposição com a ética cristã, onde o amor se manifesta no viver uma vida em obediência à lei de Deus: "E este é o amor: que andemos em obediência aos seus [de Deus] mandamentos" (2Jo 6, NVI).

Todos os sistemas de ética não cristãos estão arruinados. Eles não têm nenhum padrão eterno no qual se apoiar. Não têm nenhuma base para fazer afirmações. Tendo rejeitado a revelação divina, esses sistemas não fornecem um terreno certo para nenhuma lei moral (Mt 7.26-27). O Pregador (*qoheleth*) de Eclesiastes resume a obrigação ética do homem quando escreve: "De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus e guarda os seus mandamentos;

porque isto é o dever de todo homem. Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más" (12.13-14).

Política

A cosmovisão cristã sustenta que existem três principais instituições bíblicas ordenadas por Deus: a família, a igreja e o magistrado civil (ou Estado). As instituições existem, como todas as coisas, para glorificar a Deus (1Co 10.31). Elas estão separadas quanto à função, mas não quanto à autoridade. Todas as três são governadas pela Escritura. A família é a instituição bíblica mais básica. Foi a primeira estabelecida (Gn 1-2); em certo sentido, as outras duas instituições são fundadas na família.

A segunda instituição bíblica é a igreja.[32] Os teólogos fazem uma distinção entre a igreja visível e a invisível. A primeira, de acordo com a CFW (25:2), "consiste de todos aqueles que, pelo mundo inteiro, professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos". A igreja invisível, por outro lado, compreende os verdadeiros santos (os eleitos) de todas as épocas, inclusive aqueles que ainda não nasceram. Ensina a CFW (25:1): "A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consiste do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo, sob Cristo, seu Cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que enche tudo em todas as coisas".

A terceira instituição bíblica, que é o foco de nosso estudo, é o magistrado civil. A diferença entre esta instituição e as outras duas é que, nas palavras de Agostinho, ela é um "mal necessário".[33] Ou seja, o magistrado civil é necessário por causa da Queda. Pois o principal objetivo do Estado é punir os malfeitores (Rm 13.1-7; 1Pe 2.13-17); e para esse fim o Estado é "ministro de Deus" (Rm 13.4, 6). Como ensinado na CFW (23:1): "Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, para a sua própria glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, a ele sujeitos, e para este fim os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores".

Dois grandes erros se desenvolveram na história da relação Igreja-Estado: o papismo e o erastianismo. O primeiro afirma que a Igreja (a saber, o papa) deve governar tanto a Igreja quanto o Estado. O último sustenta que as duas instituições devem estar sob a liderança do magistrado civil.

A visão bíblica evita ambos os erros e ensina que tanto a Igreja quanto o Estado são instituições ordenadas por Deus, e estão sob a lei de Deus. Novamente, elas estão separadas quanto à função, mas não quanto à sua

autoridade. Além do mais, é certamente uma afirmação justa dizer que qualquer tentativa de basear uma teoria de magistrado civil em axiomas seculares e não na Escritura resultará logicamente em anarquia ou totalitarismo. Certamente é o que tem acontecido ao longo dos séculos.

Em Provérbios 14.34, lemos: “A justiça exalta as nações, mas o pecado é o opróbrio dos povos”. No que consiste a justiça que exalta uma nação? Como é definida a justiça? Primeiro, o Deus triúno da Escritura é justo: “justiça e juízo são a base do seu [Deus] trono” (Sl 97.2). E este, escreve o salmista, é também o caso da Palavra de Deus: “Eterna é a justiça dos teus testemunhos… pois todos os teus mandamentos são justiça” (Sl 119.144, 172). O apóstolo Paulo, em concordância com o Antigo Testamento, escreve: o mandamento [a lei] de Deus é “santo, justo e bom”. (Rm 7.12, ARC).

Parece, então, que uma nação é considerada justa quando busca honrar o Deus da Escritura aplicando seu padrão justo (isto é, sua Palavra) a todas as facetas dos interesses da nação. É esse o ensino da *Confissão de fé de Westminster* (19:2, 5); ela declara que a lei de Deus é uma “perfeita regra de justiça” que “obriga a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas quanto as demais [incluindo as nações]”.

Afastar-se da lei de Deus como o padrão infalível da nação, por outro lado, constitui o “pecado [que] é o opróbrio dos povos”. Isso é confirmado em Provérbios 29.18, onde lemos: “Não havendo profecia [revelação bíblica], o povo se corrompe; mas o que guarda a lei, esse é feliz”.

Os presentes escritores concordam com John Robbins que, segundo as Escrituras, existem pelo menos sete valores básicos que são essenciais para uma nação ser considerada justa:[34]

Primeiro: um reconhecimento da soberania de Deus. A soberania de Deus é universal: “Nos céus, estabeleceu o Senhor o seu trono, e o seu reino domina sobre tudo” (Sl 103.19); “No céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada” (Sl 115.3). Como declarado na CFW (5:1): “Pela mui sábia e santa providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho de sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas, desde a maior até a menor”.

Sobre questões nacionais, escreve o Dr. Robbins, o reconhecimento da soberania de Deus "significa que Deus, e não o Estado, a sociedade, a raça ou a igreja, é a fonte da segurança". Diz o salmista: "Melhor é buscar refúgio no Senhor do que confiar no homem. Melhor é buscar refúgio no Senhor do que confiar em príncipes [magistrados]" (118.8-9); "vão *é* o socorro do homem. Em Deus faremos proezas; porque *ele é que* pisará os nossos inimigos" (60.11-12, ARC). Quando o povo de uma nação olha para o magistrado civil ou para a igreja (como no catolicismo romano) e não para Deus para atender às suas necessidades, nega a soberania de Deus.

Segundo: governo limitado. O fato de que Deus é soberano torna necessário limitar o poder e a autoridade de todas as instituições humanas. Numa sociedade bíblica, o governo civil não teria autoridade para regular práticas bancárias, fixar impostos acima de 10%, administrar o serviço postal, redistribuir propriedades, fazer leis de zoneamento, comprar e vender imóveis, emprestar dinheiro, e assim por diante. Em Romanos 13 e 1 Pedro 2, lemos que a autoridade do magistrado é limitada à defesa e justiça. Nas palavras da CFW (23:1), "Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, para a sua própria glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, a ele sujeitos, e para este fim os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores".

Terceiro: a primazia do indivíduo. A Reforma enfatizou este princípio. Ele também está enraizado no ensino da doutrina da CFW da eleição individual (capítulo 3), da regeneração ou chamado individual (capítulo 10), da justificação individual (capítulo 11), da adoção individual (capítulo 12), da santificação individual (capítulo 13) e da glorificação individual (capítulos 32-33).

A primazia do indivíduo de forma alguma nega que Deus desde toda a eternidade estabeleceu uma aliança com o seu povo eleito (capítulo 7), que é a igreja de Jesus Cristo (capítulo 25) e a comunhão dos santos (capítulo 26). Mas Deus cumpre sua aliança historicamente através da salvação de santos individuais. Todo homem, mulher e criança é individualmente responsável perante Deus. A linhagem de sangue não salva uma pessoa: "Mas, a todos quantos o receberam [Cristo], deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus" (Jo 1.12-13).

Dessa doutrina derivam as numerosas liberdades e proteções individuais de que os cidadãos de uma nação devem gozar: liberdade de religião, liberdade de imprensa, liberdade de expressão, e assim por diante. E também dessa doutrina deriva a responsabilidade individual na sociedade. Nenhuma pessoa saudável deve viver de assistencialismo estatal. O Estado não deve estar envolvido no bem-estar. Nas palavras de Paulo, "se alguém não quer trabalhar, também não coma" (2Ts 3.10). Além disso, Deus revelou abordagens não estatais específicas para a redução da pobreza (ou seja, a família, a igreja). O Governo se opõe a Deus quando se opõe à sua revelação.

Quarto: o direito à propriedade privada. Dois dos Dez Mandamentos ensinam, ao menos implicitamente, o direito à propriedade privada: "Não furtarás" [e] "Não cobiçarás" (Êx 20.15, 17). Se todas as propriedades fossem mantidas para o uso comum, o furto e a cobiça não seriam possíveis. Além do mais, em Mateus 20, Jesus ensina a parábola dos trabalhadores na vinha, onde conclui que é lícito um homem fazer o que quiser com as suas posses (versículo 15). Depois há o ensino bíblico da vinha de Nabote, em 1 Reis 21, onde nos é ensinado que o magistrado civil está proibido de expropriar a propriedade privada. Essa consideração torna as leis de "domínio eminente" para "projetos públicos" nada mais que intrusões ímpias.

Incluso no direito à propriedade privada está o direito bíblico ao porte de armas. Em Êxodo 22.1-2 e 1 Samuel 13.19-22, por exemplo, lemos que os cidadãos individuais têm o direito bíblico de se defender, sendo implicitamente ensinado que têm o direito de "possuir e portar armas".[35] E, em Lucas 22.36 (NVI), Jesus diz explicitamente a seus discípulos que aqueles que "não têm espada… comprem uma". De fato, ensina Jesus, é tão importante que os homens sejam capazes de se defender que, caso necessário, "vendam a sua capa" para conseguir a arma.

Quinto: a ética protestante do trabalho. Este princípio está enraizado no quarto mandamento: "Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra" (Êx 20.9). O trabalho duro não é uma maldição da Queda. Antes mesmo da Queda, Adão recebeu a ordem, em relação ao jardim do Éden, de "o cultivar e o guardar" (Gn 2.15). Em Provérbios 14.23 lemos que "em todo trabalho há proveito". O homem deve trabalhar para viver. Como diz Robbins: "O que Max Weber chamou de ética protestante do trabalho consiste de um conjunto de virtudes econômicas: honestidade, pontualidade,

diligência, obediência ao quarto mandamento — ‘seis dias trabalharás’ —, obediência ao oitavo mandamento — ‘não furtarás’ — e obediência ao décimo mandamento — ‘não cobiçarás’. A partir da Bíblia e da Reforma, veio um reconhecimento da importância do trabalho produtivo”.

A ética protestante do trabalho também inclui um entendimento adequado do princípio sabático. O homem deve trabalhar seis dias por semana, mas atentar que “o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou” (Êx 20.10-11).

Sexto: o Estado de direito. Segundo o capítulo 19 da CFW, uma nação justa deve estabelecer princípios legais que estejam baseados nos Dez Mandamentos e na “equidade geral” das leis judiciais que Deus entregou a Israel. Todas as leis substantivas devem estar baseadas no ensino da Escritura. Também é obrigatório que as leis estabelecidas da nação sejam aplicáveis a todas as pessoas, incluindo os líderes. Ninguém na nação está acima da lei. É o princípio puritano de *lex rex* (“a lei é rei”) em vez de *rex lex* (“o rei é a lei”).

William Symington resume da seguinte forma a obrigação das nações de adotar a lei de Deus como o seu padrão nacional:

> É dever das nações, como súditas de Cristo, tomar a sua lei como regra. Elas tendem a pensar que é suficiente tomar, como seu padrão de legislação e administração, a razão humana, a consciência natural, a opinião pública ou a conveniência política. Nenhuma destas, porém, nem de fato o conjunto delas, pode fornecer um guia suficiente em assuntos de Estado. Evidentemente, as nações pagãs, que não possuem a vontade revelada de Deus [revelação especial], devem ser regidas pela lei da natureza [revelação geral]; mas esse não é um bom pretexto para que aqueles que possuem uma revelação da vontade divina devam se limitar ao uso de uma norma mais imperfeita. É absurdo sustentar que, como a sociedade civil está baseada na natureza, os homens devem ser norteados, dirigindo seus negócios e consultando seus interesses, unicamente pela luz da natureza… A verdade é que essa revelação é dada ao homem para preencher as imperfeições da lei da natureza; e limitarmo-nos a esta última, renunciando à primeira em qualquer caso em que ela seja competente para nos guiar, é a um só tempo condenar o dom de Deus e frustrar a finalidade para a qual ela foi dada. Sustentamos, então, que

> a Bíblia deve ser nossa norma não apenas em assuntos de natureza puramente religiosa, em assuntos relacionados à consciência e adoração de Deus, mas também em assuntos de natureza civil ou política. Dizer que em tais assuntos não devemos apelar à Bíblia é defender o que é manifestamente insustentável. Exigir que as nações que possuem o volume sagrado venham a se limitar em seus assuntos políticos à luz tênue da natureza não é mais absurdo do que exigir que os homens, tendo o sol nos céus, bloqueiem todo o brilho solar e realizem seus deveres ordinários sob os raios débeis de um pavio. De fato, se as nações são sujeitos morais [e são], elas estão obrigadas a regular a sua conduta por qualquer lei que tenha agradado ao governador moral lhes dar; e como estão sujeitas ao Mediador, devem estar sob a lei do Mediador, tal como contida nas Escrituras… Ele lhes dá, nas Sagradas Escrituras da verdade, uma exposição mais clara e mais completa dos princípios da justiça eterna e imutável do que aquela que pode ser encontrada na lei da natureza. Precisamos tão somente examinar o volume da revelação para ter confirmados os raciocínios.[36]

Sétimo: o republicanismo. Modelada na forma presbiteriana de governo de igreja, uma nação bíblica deve ser uma república, não uma monarquia ou democracia. Em 1 Samuel 8, Deus advertiu Israel contra uma monarquia. Dentre outras coisas, disse o Senhor, o monarca usaria o trabalho compulsório, estabeleceria burocracias, estabeleceria um exército permanente, imporia taxas excessivas e nacionalizaria os meios de produção. Numa monarquia, a voz do rei é como a voz de Deus.

Uma sociedade democrática, por outro lado, é uma sociedade baseada na regra da maioria. É a lei pela opinião majoritária, que Schaeffer chama de "a ditadura dos 51% sem um controle e nada com que se possa desafiar a maioria".[37] Quando uma nação é governada pela maioria, a voz do povo se torna a voz de Deus.

Nem a monarquia nem a democracia são bíblicas. A forma bíblica de governo é a república, onde a nação é governada por leis estabelecidas. Uma república cristã deve ser governada pela lei constitucional e bíblica e administrada por representantes eleitos pelo povo. Deve haver uma divisão de poderes e separação de poderes para que nenhum governo ou ramo de governo tenha um monopólio de jurisdição. Como escreve o Dr. Robbins, a forma republicana de governo "é projetada para fragmentar o poder político de maneira que não possa ameaçar a vida, a liberdade e a propriedade" dos cidadãos.

Curiosamente, Isaías 33.22 foi um versículo importante na fundação

dos Estados Unidos da América. Delineados neste versículo estão os três ramos de governo: judicial, legislativo e executivo: “Porque o Senhor é o nosso juiz [judicial], o Senhor é o nosso legislador [legislativo], o Senhor é o nosso Rei [executivo]; ele nos salvará”.

Estes sete valores são fundacionais para qualquer sociedade que venha a ser justa. São fundacionais porque estão baseados na infalível e inerrante Palavra de Deus. Se forem abandonados ou subvertidos, o poder e a autoridade moral de uma nação serão perdidos. “A justiça exalta as nações, mas o pecado é o opróbrio dos povos” (Pv 14.34).

Conclusão

O cristianismo é um sistema filosófico completo que está baseado no ponto de partida axiomático da Bíblia como a Palavra de Deus. Como ensina a *Confissão de fé de Westminster* (1:6), "Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua glória e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado nas Escrituras ou pode ser lógica e claramente delas deduzido. Às Escrituras nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Esíirito, nem por tradições dos homens". Portanto, o sistema cristão inteiro procede do único axioma de que somente a Bíblia é a Palavra de Deus e, portanto, autoritativa para milhares de teoremas.

Nesse sistema, cada uma das partes que estudamos — epistemologia, metafísica, ética e política — é importante. E as ideias nele encontradas são todas organizadas em um sistema lógico, com cada parte mutuamente reforçando as demais. Se o leitor se interessa em seguir os ditames da Escritura, tendo sua mente transformada pelos ensinamentos da Escritura (Rm 12.1-2) e levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo (2Co 10.5), deve aprender a pensar como o próprio *Logos* de Deus pensa: de forma lógica e sistemática. Feito isso, o leitor terá aprendido a única filosofia viável, uma filosofia "segundo Cristo" (Cl 2.8), que está baseada na Palavra de Deus. [38]

3. Uma teodiceia bíblica

De acordo com 1 Pedro 3.15, é responsabilidade do teísta cristão defender a cosmovisão cristã dos muitos desafios trazidos contra ela. Escreve Pedro: “antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração, estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós”. Certamente, um dos desafios mais sérios tem a ver com o problema do mal. Thomas Warren, por exemplo, escreve que “é provável que nenhuma acusação tenha sido feita com mais frequência ou com força mais eloquente contra o teísmo da tradição cristã (bíblica) judaico-cristã” do que a complexidade da existência do mal.[39] Ronald Nash concorda; ele afirma que “o desafio mais sério ao teísmo era, é e continuará sendo o problema do mal”.[40]

Até mesmo os próprios escritores bíblicos abordam o tópico de Deus e o mal. Reclama o profeta Habacuque: “Tu [Deus] és tão puro de olhos, que não podes ver o mal e a opressão não podes contemplar; por que, pois, toleras os que procedem perfidamente e te calas quando o perverso devora aquele que é mais justo do que ele?” (Hc 1.13). E cogita Gideão: “Ai, senhor meu! Se o Senhor é conosco, por que nos sobreveio tudo isto [as dificuldades]?” (Jz 6.13).

Se, de acordo com a Bíblia, Deus que é onipotente e onibenevolente decretou eternamente tudo o que acontece e se soberana e providencialmente controla todas as coisas em seu universo criado, como não é ele o autor do mal? Como pode existir mal no mundo? Como justificamos as ações de Deus em meio ao mal, ao sofrimento e à dor? Essa é a questão da “teodiceia”. A palavra, supostamente cunhada pelo filósofo alemão Gottfried Leibniz (1646-1716), deriva de duas palavras gregas (*theós*, “Deus”; *díkē*, “justiça”) e tem a ver com a justificativa da bondade e justiça de Deus à luz do mal no mundo.

Como iremos ver, o problema do mal não é nem de perto o problema que se propõe a ser. Na verdade, como diz Gordon Clark, “embora outras visões [filosofias] se desintegrem nesse ponto, o sistema conhecido como calvinismo e expresso na *Confissão de fé de Westminster* oferece resposta satisfatória e perfeitamente lógica”.[41] A resposta, como iremos ver, está em nosso ponto de partida epistemológico: a Palavra de Deus.

Ao longo dos séculos, houve inúmeras tentativas não cristãs de se lidar com essa questão. Mary Baker Eddy (1821-1910), fundadora da Igreja da Ciência Cristã, por exemplo, simplesmente nega que o mal exista; isto é, ele é ilusório. Outros, como E. S. Brightman e o rabino Harold Kushner, optam por um deus finito que tem poder limitado e, portanto, não pode ser responsabilizado pela existência do mal no mundo.

O zoroastrismo e o maniqueísmo, por outro lado, propõem alguma forma de dualismo extremo. O bem e o mal coexistem de forma independente, o que explicaria a mistura de bem e mal no mundo. Aristóteles concebia deus como o Motor Imóvel, que não estava realmente preocupado com as coisas deste mundo. Sendo assim, a relação do deus de Aristóteles com o mal e com os esforços morais dos homens era irrelevante. Leibniz argumentou racionalisticamente que Deus estava moralmente obrigado a criar "o melhor de todos os mundos possíveis". Como existe mal no mundo, Deus deve ter visto que ele era o melhor dos mundos que se podia criar.

Essas teorias, é claro, ficam muito aquém de uma teodiceia bíblica. A Escritura ensina claramente que o pecado não é uma ilusão (Gn 3). Ademais, o Deus da Escritura não é uma divindade finita. Ele é o Criador e Sustentador *ex nihilo* dos céus e da terra (Gn 1.1; Hb 1.1-3) que se preocupa muito com seu universo (Sl 104) e com os assuntos morais dos homens (Êx 20.1-17). Além disso, o Deus da Escritura não aceita concorrência (Jó 33.13; Sl 115.3), de modo que nenhuma forma de dualismo extremo pode existir.

Leibniz também está errado. Ele fala da responsabilidade moral de Deus em criar o melhor de uma série de mundos possíveis, cada qual sendo mais ou menos bom. Leibniz inverte as coisas. Deus não escolheu este mundo porque era o melhor. Ele era o melhor porque Deus o escolheu. Calvino claramente entendeu esse princípio. Escreveu ele:

> Porque de tal maneira é a vontade de Deus, a suprema e infalível regra da justiça, que tudo o que ela quer, só pelo fato de querê-lo, deve ser considerado justo. Por isso, quando se pergunta pela causa de que Deus o fez assim, devemos responder: porque quis. Pois se se insiste perguntando por que quis, com isso se busca algo superior e mais excelente que a vontade de Deus; o que é impossível de achar.[42]

Assim também, a visão de Leibniz tende a eliminar a responsabilidade do homem pelo pecado ao representar o pecado como pouco mais que um infortúnio que lhe sobreveio. Mais uma vez, a Bíblia é muito clara de que o homem é responsável pelo seu

pecado. Em sua oração de arrependimento no salmo 51, por exemplo, Davi não coloca a culpa em Deus nem em sua mãe nem em Adão, que são causas na cadeia que leva às ações pecaminosas dele. Davi, sob a inspiração do Espírito Santo, coloca a culpa diretamente na causa imediata: ele próprio.

O grande filósofo cristão Agostinho também ponderou a questão da teodiceia. Ele ensinou que, uma vez que Deus criou boas todas as coisas, o mal não pode ter uma existência separada ou independente. O mal é a ausência de bem, assim como as trevas são a ausência de luz. O mal é algo parasitário, no sentido de que não pode existir à parte do bem.

Sendo assim, disse Agostinho, o mal não pode ser a causa eficiente do pecado; antes, é uma causa deficiente no homem. O mal é o resultado do afastamento do homem dos bons mandamentos de Deus em busca de um bem menor: a vontade da criatura, do homem. É o homem, e não Deus, que é o autor do pecado. Isso todavia não é uma solução para o problema. Como afirma Clark: "Causas deficientes, se é que isso existe, não explicam por que um Deus bom não abole o pecado e assegura que os homens sempre escolham o bem maior".[43]

O arminianismo, um sistema cristão ostensivo, também fracassa em nos dar uma teodiceia bíblica. Os teólogos arminianos atribuem o problema do mal ao livre-arbítrio do homem. Em sua liberdade, Adão escolheu pecar à parte da vontade de Deus. Adão tinha uma "liberdade de indiferença" em relação à vontade de Deus. Deus meramente permitiu que o homem pecasse.

No entanto, a ideia de que Deus meramente permite o homem pecar é totalmente antibíblica e não dá uma solução. Deus permitiu que Satanás afligisse Jó (cf. Jó 1-2). Mas porque essa permissão era necessária antes da aflição, dificilmente Deus pode ser absolvido. Se ele poderia ter impedido a provação de Jó, mas mesmo assim a aprovou de bom grado, como pode ser considerado menos repreensível do que se a tivesse decretado? Essa noção de permissão e livre-arbítrio não pode coexistir com a onipotência de Deus.

A visão arminiana de livre-arbítrio tampouco é compatível com a onisciência de Deus, pois a onisciência torna o futuro certo. Se Deus prevê todas as coisas, elas necessariamente ocorrerão; do contrário não poderiam ter sido "previstas". Deus previu, até mesmo preordenou, a crucificação de seu Filho pelas mãos de pecadores. Porém, a Escritura nos diz que os ímpios que realizaram a crucificação são responsabilizados por suas ações (At 2.22-23; 4.27-28). Poderiam eles ter agido de outra forma? Poderia Judas Iscariotes não ter traído Jesus Cristo? Fazer essas perguntas é respondê-las; claro que não! A Bíblia ensina que Deus decreta todas as coisas que vêm a acontecer: "o Senhor, que faz todas [as] coisas… conhecidas desde toda a eternidade" (At 15.17-18, ARC). Logo, a tentativa do arminianismo de se refugiar no livre-arbítrio é inútil e falsa; pois a Bíblia consistentemente nega a visão de livre-arbítrio dos arminianos.

A teologia reformada não renega o fato de que Adão (e todos os homens após ele) tinha um "livre-arbítrio" no sentido de "livre agência moral". Todos os homens têm

liberdade de escolha nesse sentido do termo. Eles necessariamente escolhem fazer o que querem fazer; na realidade, não poderiam agir de outra forma. O que a teologia reformada nega é que o homem tem uma "liberdade de indiferença". Sua liberdade de escolher é sempre governada por fatores: suas próprias intelecções, hábitos e assim por diante. Obviamente, todas as escolhas estão sujeitas aos decretos eternos de Deus.

Como foi mencionado, isso não é verdade apenas em relação ao homem após a Queda. Também era verdade em relação a Adão antes de Gênesis 3. A principal diferença é que o homem pós-Queda, que ainda mantém sua livre agência moral, perdeu aquilo que Adão originalmente tinha: a capacidade de escolher o que Deus requer. O homem caído, em seu estado de "depravação total", sempre escolhe fazer o que deseja, mas sua natureza pecaminosa determina que ele sempre escolha o mal (Rm 3.9-18; 8.7-8; Ef 4.17-19). Essa "capacidade" de escolher o bem somente é restaurada através da regeneração (Jo 3.3-8; 2Co 3.17).

O homem, portanto, jamais é indiferente na sua vontade de fazer alguma coisa. Deus determina todas as coisas que vêm a acontecer. Mas isso não mina a responsabilidade do homem. Não há nenhuma disjunção aqui. A *Confissão de fé de Westminster* (3:1; 5:2, 4) corretamente afirma que:

> Desde toda a eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.
>
> Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente, conforme a natureza das causas secundárias.
>
> A onipotência, a sabedoria inescrutável e a bondade infinita de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, regula e governa em uma múltipla dispensação; mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado e nem pode aprová-lo.

Deus, diz a CFW, é a causa soberana e primeira de todas as coisas, muitas das quais ocorrem através dos atos livres dos homens, que são causas secundárias. O fim decretado por Deus jamais deve ser separado dos meios que ele também decretou, como causas secundárias. E esta é a razão, segundo a CFW, por que Deus não deve ser considerado "o autor ou aprovador do

pecado". Deus é a causa soberana e primeira do pecado, mas não é o autor do pecado. Só causas secundárias pecam.

Essa visão ensinada pelos teólogos de Westminster é o conceito calvinista de "determinismo". Geralmente, a palavra determinismo traz consigo uma conotação maligna, mas não deveria ser assim. Na verdade, o determinismo expressa uma visão muito bíblica e elevada de Deus e nos dá a única teodiceia plausível. Deus determina ou decreta cada acontecimento da história e cada ação do homem.

Além do mais, o que Deus decreta é correto simplesmente porque ele o decreta. Deus nunca pode errar. Deus, diz a Escritura, não se justifica perante ninguém: "ele não dá contas de nenhum dos seus feitos" (Jó 33.13, ARC). É o legislador (Is 33.22); o homem está sob a lei (*sub lego*). Deus não presta contas a ninguém. Ele é *ex lex* ("acima da lei"). Os Dez Mandamentos são obrigações para o homem, não para Deus. E a única precondição para a responsabilidade é que haja um legislador — no caso, Deus. Portanto, o homem é necessariamente responsável pelos seus pecados e Deus está completamente absolvido de ser o autor do pecado.

O determinismo ensinado na *Confissão de fé de Westminster* não é a mesma coisa que fatalismo. No fatalismo, deus ou os deuses ou o destino determina todas as coisas, enquanto o homem permanece totalmente passivo; assim, o homem não pode logicamente ser responsabilizado por suas ações pecaminosas. No determinismo bíblico, por outro lado, Deus soberanamente determina todas as coisas mas também responsabiliza o homem, pois o homem e suas ações pecaminosas "livremente escolhidas" são as causas secundárias pelas quais as coisas são determinadas a ocorrer.

Mas alguém perguntará: Não é o assassinato um pecado e algo contrário à vontade de Deus? Como então pode Deus desejá-lo? A resposta é encontrada em Deuteronômio 29.29: "As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei". Neste versículo, Moisés distingue entre a vontade decretiva de Deus ("as coisas encobertas") e a vontade preceptiva de Deus ("as reveladas"). A vontade preceptiva de Deus é encontrada na Escritura. Nela aprendemos o que Deus requer do homem. A vontade decretiva de Deus, por outro lado, é a causa de todos os eventos. O homem é responsável perante a vontade preceptiva, não perante a vontade decretiva. No exemplo usado acima, Deus desde toda a

eternidade decretou a crucificação de Cristo (Ap 13.8), porém ainda assim, quando levada a cabo pelas mãos de pecadores (At 2.22-23; 4.27-28), era contrária à lei moral de Deus, isto é, à vontade preceptiva de Deus.

Edificado sobre o "fundamento rochoso" da Palavra de Deus como nosso ponto de partida axiomático (Mt 7.24-25), o teísta cristão tem uma resposta para a questão da teodiceia. Deus, que é totalmente santo e não pode errar, soberanamente decreta que as coisas más ocorram para os próprios e bons propósitos dele (veja Is 45.7; Am 3.6). E pelo simples fato de havê-lo decretado, é algo correto. Como ensina o reformador Jerome Zanchius:

> A vontade de Deus é, portanto, a causa de todas as coisas, como a de ser ela mesma sem causa, pois nada pode ser a causa daquilo que é a causa de todas as coisas […] Daí descobrimos, em última análise, a solução para toda questão no mero soberano bel-prazer de Deus […] Deus não tem outro motivo para aquilo que ele faz senão *ipsa voluntas*, a sua mera vontade, a qual vontade em si mesma está mui longe de ser injusta e é justiça em si mesma".[44]

É bom, então, que exista pecado. Deus decretou o pecado, e este opera para a finalidade suprema: a glória de Deus.

Com essas premissas bíblicas em mente, é fácil responder aos antiteístas, como David Hume, que argumentam que a onipresença do mal no mundo milita contra a existência do Deus cristão. Hume argumenta da seguinte forma:[45] Primeiro, uma divindade onibenevolente impedirá a ocorrência do mal. Segundo, uma divindade onisciente e onipotente é capaz de impedir o mal. Terceiro, existe mal no mundo. Quarto, portanto, ou Deus não é onibenevolente, ou não é onisciente ou onipotente.

O problema desse argumento é o ponto de partida de Hume. Sua primeira premissa é falsa; portanto sua conclusão é inválida. O teísta cristão contestaria com o seguinte argumento: Primeiro, o Deus onibenevolente da Escritura impedirá todo mal, a menos que, em toda a sua sabedoria, tenha um propósito para a existência do mal. Segundo, o Deus onisciente e onipotente da Escritura é capaz de impedir todo mal. Terceiro, a Escritura ensina que existe mal no mundo. Quarto, portanto, o Deus onibenevolente, onisciente e onipotente da Escritura, em seu plano sábio para sua criação, tem um propósito para a existência do mal. E o mal, em última análise, cumprirá o bom propósito de Deus.

É tudo uma questão do ponto de partida de uma pessoa, de sua base

epistêmica. Tendo a Bíblia como axioma, a existência do mal não é de fato o problema que se propõe a ser. Na verdade, a existência do mal é muito mais problemática numa cosmovisão não cristã. Sem um ponto de referência eterno que nos diga o que é certo e o que é errado, bom e mau, como se define o mal? O que torna o mal algo ruim? Como sabemos? O cristão tem uma resposta para essas perguntas, ao passo que o incrédulo não.

4. Sistemas filosóficos falsos

De um ponto de vista bíblico, um sistema filosófico falso é aquele que ensina qualquer coisa contrária à Palavra de Deus. Em Gênesis 3, aprendemos por que existem sistemas filosóficos falsos. Isso se deve ao pecado e à Queda do homem. E, em Romanos 1, o apóstolo Paulo elabora o ponto. O Evangelho pleno de Jesus Cristo, diz o apóstolo, "é o poder de Deus para a salvação". Só ele fornece soluções para os problemas da vida; só ele responde às questões da vida; ele é a "salvação" de toda área, todos os aspectos da vida. Pois nele é revelada "a justiça de Deus… de fé em fé" (v. 16-17).

Mas, escreve Paulo, o homem caído voltou as costas para a revelação de Deus. Ele inescapavelmente conhece o Deus da Escritura a partir da revelação geral mas suprime, ou detém em injustiça, o conhecimento que possui (v. 18-21, ARC). O "raciocínio" do homem se tornou defeituoso ("nulo", v. 21). O problema filosófico do homem tem origem em sua rebelião "intelectual" contra o Deus verdadeiro. E, tendo rejeitado Deus, escolheu servir a criação em lugar do Criador (v. 22-25). Os efeitos noéticos do pecado corromperam a capacidade do homem caído de filosofar de maneira piedosa. Sendo assim, os sistemas filosóficos falsos de uma forma ou de outra negam ou interpretam mal Deus como o Criador e Sustentador do universo. Além disso, frequentemente enaltecem um aspecto da criação acima de todos os demais.

As cosmovisões são reconhecíveis pelo sufixo "ismo". Esse sufixo torna uma cosmovisão aquilo ao qual ele está afixado. João Calvino, por exemplo, era um reformador do século XVI e um teólogo magistral. "Calvinismo", por outro lado, é o sistema de pensamento (ou cosmovisão) adotado por aqueles que aderem aos ensinos básicos de João Calvino e mais bem resumido na *Confissão de fé de Westminster* e nos Catecismos (Breve e Maior) de Westminster. Esse sistema amiúde é chamado de teologia reformada.

Outro exemplo de "ismo" é o "humanismo secular". Segundo a Escritura, os "humanos" (seres humanos) são pessoas criadas à imagem de Deus (Gn 1.26-28). O "humanismo secular", entretanto, é uma cosmovisão

que faz do homem a medida de todas as coisas. Ele basicamente eleva o homem ao nível da divindade. É uma cosmovisão falsa.

O número de cosmovisões falsas (“ismos”) é enorme. Segue abaixo um panorama geral de algumas delas.

Falso teísmo

Teísmo é a cosmovisão que defende a existência de um deus que transcende o universo que ele criou e sustenta. O cristianismo, o judaísmo tradicional e o islamismo são cosmovisões teístas.

O cristianismo é monoteísta e trinitário. Como ensinado no *Breve catecismo de Westminster*: "Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro. [Além disso] três pessoas na Divindade: O Pai, o Filho e o Espírito Santo, e estas três pessoas são um Deus, da mesma substância [essência], iguais em poder e glória" (P. 5-6). Aqui reside uma das principais diferenças entre o cristianismo e estes dois outros sistemas teístas. Embora o judaísmo tradicional e o islamismo sejam monoteístas, nenhum deles é trinitário.

Duas outras heresias importantes nos sistemas teístas são o subordinacionismo (arianismo, testemunhas de Jeová, mormonismo) e o modalismo (sabelianismo). Os subordinacionistas ensinam que há somente um Deus: o Pai. O Filho e o Espírito Santo são divindades menores, se é que divinas. Não são seres eternos; estão portanto subordinados ao Pai.

O modalismo, por outro lado, afirma que Deus é uno em essência e uno em pessoa. "Filho" e "Espírito Santo" são nomes usados com "Pai" para descrever os diferentes papeis ou "modos" de Deus. Quando falamos de Deus como Criador o chamamos de Pai; quando falamos dele como Redentor o chamamos de Filho; e quando nos referimos a Deus como Iluminador e Regenerador usamos o nome Espírito Santo. Mas, segundo essa teoria falsa, estes são meramente nomes para os vários papeis ou modos do ser divino.

Ateísmo

O ateísmo se expressa de diferentes maneiras. Mas, em geral, os ateus de uma forma ou de outra negam a existência de um Deus infinito e eterno, como o Deus do teísmo cristão. Como ensinado pelo ateu Carl Sagan, o universo em que vivemos é tudo o que existe e sempre existirá.

Numa extremidade do espectro temos os agnósticos (como David Hume). O agnosticismo é uma forma de ateísmo que não nega abertamente a existência de Deus mas questiona sua cognoscibilidade. O agnóstico é cético; e, como vimos, o ceticismo como cosmovisão é contraditório. Quando uma pessoa afirma que não podemos saber se Deus existe, está fazendo uma afirmação certa sobre aquilo que ela diz não podermos estar certos. E essa afirmação é autorreferencialmente absurda.

Na outra extremidade do espectro do ateísmo, temos o humanismo ou naturalismo (Karl Marx, Ludwig Feuerbach). Este sistema de pensamento é puramente antropocêntrico, onde o homem, como a medida de todas as coisas, é virtualmente divinizado. O homem é o *summum bonum* da criação; ele é último. Feuerbach, por exemplo, afirmou que "o homem é o deus do homem".[46]

O ateísmo é naturalmente materialista. Isso é reconhecível na afirmação clássica de Feuerbach de que "o homem é o que ele come". Também é notável na teoria evolutiva de Charles Darwin. O evolucionismo é uma forma de humanismo que absolutiza a origem do aspecto biótico do universo. O homem é puramente um ser material. O homem não tem mente (ele pensa com seu cérebro), e a crença na vida além-túmulo é pura superstição.

Ao resumir alguns dos ensinos centrais do humanismo, R. C. Sproul destaca sua natureza irracional:

> O homem é um acidente cósmico. Emerge do lodo por acaso. É um germe crescido. Está se movendo inexoravelmente para a aniquilação. No entanto, o homem é uma criatura [*sic*][47] de suprema dignidade. Ele vive sua vida entre dois polos de falta de sentido. Ele vem do nada; vai para o nada. Sua origem não tem sentido, seu destino não tem sentido. Todavia, de alguma forma, entre sua origem e seu destino, ele adquire suprema dignidade. De onde a obtém? Do nada.[48]

Outra forma de ateísmo é o existencialismo (ateísta).[49] O

existencialismo ensina, de acordo com o dito de Jean-Paul Sartre, que “a existência precede a essência”. Aqui os particulares é que são importantes, não os universais. Existem homens mas não existe nenhum “homem”. E o que quer que os homens se tornem (sua essência), eles fazem por si mesmos, pois não há nenhuma essência divina que crie ou produza a essência do homem.

O existencialismo está intimamente relacionado ao pragmatismo (onde o fim justifica os meios), ao relativismo (onde a verdade é relativa) e ao secularismo (com sua ênfase no temporal, no aqui e agora). Ao elevar a existência acima da essência, os homens se tornam seus próprios mestres; a liberdade reina suprema. Quando Sartre descreve o homem como uma “paixão inútil”, devemos entender que no existencialismo os homens não devem ser vistos tanto em termos da sua mente ou pensamentos, mas dos seus sentimentos, suas paixões. E em última análise suas paixões são “inúteis”. A vida é pouco mais que o “teatro do absurdo”. O único ato genuinamente livre, então, é o suicídio.

O existencialismo coloca uma forte ênfase na experiência do presente às custas do passado e do futuro. Não existem absolutos éticos; a verdade é individualista e subjetiva (existem “verdades”, mas nenhuma “verdade”). Como disse Fiódor Dostoiévski, “Se Deus não existe, todas as coisas são permitidas”. O existencialismo leva logicamente ao niilismo e ao desespero absoluto (Friedrich Nietzsche) ou ao irracionalismo (Søren Kierkegaard).[50]

Deísmo

Os deístas (Thomas Jefferson, Benjamin Franklin), reconhecendo a necessidade de um criador do universo existente, sustentam que há um deus que criou o mundo. Mas esse deus permanece transcendente; não entra nos assuntos da sua criação. Esse deus não é o Deus imanente do cristianismo bíblico. O deus do deísmo é parecido com um "relojoeiro" que, tendo fabricado seu relógio, cruza os braços e o deixa funcionar por conta própria. E o universo funciona de acordo com a "lei natural".

O deus do deísmo é geralmente "uno" em essência e "uno" em pessoa; é uma unidade absoluta. Não causa surpresa, então, vir a saber que o unitarismo surgiu do deísmo. Um deísta consistente pode louvar seu deus, mas não faria orações a ele, pois este deus não entra nos assuntos cotidianos dos homens. No deísmo não há nenhuma revelação especial, somente uma revelação geral. Qualquer sistema de ética no deísmo, portanto, deve vir da "lei natural" ou daquilo que seja comum na natureza humana. Numa cosmovisão deísta, a razão e a ciência são as "ferramentas" básicas da vida.

Teísmo finito

O teísmo finito, adotado por homens como E. S. Brightman, William James e o rabino Harold Kushner, postula a existência de um deus finito. Ele é limitado nas suas perfeições ou atributos. Pode ser onibenevolente, mas certamente não é onipotente. O mal é algo que limita deus. Não podemos portanto culpar deus pela existência de mal no mundo, porque, embora esse deus queira eliminar o mal do mundo, simplesmente não é capaz de fazê-lo. Kushner chega ao ponto de dizer que devemos perdoar deus pelas suas limitações.

Como o mundo opera sob as instruções da lei natural, dizem os teístas finitos, não se deve propor absolutos éticos. Nem devemos acreditar em milagres. Ademais, como não há nenhuma revelação especial, não podemos ter certeza sobre o destino da humanidade. Tudo o que podemos dizer com certeza é que “talvez” exista uma vida além-túmulo.

Uma forma de teísmo finito é o henoteísmo, que ensina que existem muitos deuses finitos, um dos quais é supremo. Às vezes o henoteísmo tem um deus por nação ou grupo étnico, como Baal dos cananeus ou Dagom dos filisteus. O henoteísmo é um estágio transicional entre o monoteísmo e o politeísmo.

Panteísmo

A palavra panteísmo deriva de duas palavras gregas, *pan* (tudo) e *theós* (Deus) — tudo é Deus. Numa cosmovisão panteísta (hinduísmo, o movimento da "nova era") o mundo é deus e deus é o mundo; deus é tudo e tudo é deus. O panteísmo enfatiza a imanência de deus, enquanto nega sua transcendência. Nesse sentido, é o oposto do deísmo.

Em geral, os panteístas não são tão grosseiros a ponto de afirmar que tudo é realmente deus. Isso tornaria a palavra "deus" praticamente sem sentido; seria o mesmo que dizer que "tudo é tudo". Normalmente o que os panteístas querem dizer quando afirmam que "tudo é deus" é que deus se manifesta em todas as coisas. O transcendentalista Ralph Waldo Emerson, por exemplo, disse o seguinte: "Quando alguém está em contato com uma flor, está em contato com deus".

Alguns panteístas ensinam que deus é impessoal e que o mundo emana dele. E devido ao fato de não haver nenhuma revelação especial, não existem absolutos éticos. Alega-se que a necessidade do homem é de estar unido a deus (o que é autocontraditório, pois o homem já é em certo sentido idêntico a deus). A história é considerada cíclica, e a reencarnação, portanto, frequentemente apresentada com base no carma de alguém. A única coisa que o panteísmo e o materialismo têm em comum é que em nenhuma dessas cosmovisões existe algo ou alguém "fora" ou "além" do universo.

Panenteísmo

O panenteísmo é uma tentativa de misturar teísmo cristão com panteísmo; ele é claramente separado dos dois. A palavra panenteísta significa “tudo em deus”. Assim, os panenteístas sustentam que todo o mundo está de alguma forma “em deus”. Ou talvez seja melhor dizer, como fazem alguns, que deus está no mundo assim como uma alma está num corpo; isto é, deus habita o mundo. Nesse sistema deus não é idêntico ao mundo (como no panteísmo). Ele é mais do que o mundo e tem uma identidade própria, embora não seja transcendente. Na verdade, no panenteísmo deus (que é pessoal) e o mundo (que é impessoal) são coeternos e interdependentes. Deus precisa do mundo e o mundo precisa de deus.

Panenteístas como Alfred North Whitehead, Charles Hartshorne e Schubert M. Ogden ensinam que deus é bipolar. Há um polo concreto ou consequente no qual se diz que deus é finito, dependente e contingente. Mas há também um polo abstrato no qual se diz que deus é infinito, independente e imutável. Deus está constantemente no “processo de devir” ou se mover do primeiro polo para o segundo. E como deus e o mundo são coeternos e interdependentes, todas as coisas estão nesse mesmo processo de devir. A história não tem começo nem fim. De modo que se aplica a essa cosmovisão o nome de “filosofia do processo” ou “teologia do processo”.

No panenteísmo, o homem é um agente moral totalmente livre. Não há, portanto, absolutos éticos. O homem não tem imortalidade pessoal; simplesmente vive na memória de um constante “devir” em deus.

Politeísmo

O politeísmo, encontrado às vezes entre os antigos gregos, egípcios e persas, ensina que há dois ou mais deuses finitos existindo no universo, cada qual com sua própria esfera de autoridade e atividade. Os deuses frequentemente têm uma influência direta nos assuntos dos eventos humanos (ao contrário do deísmo); podem até mesmo aparecer ao homem em revelações, sonhos e visões. Alguns politeístas, como os mórmons, ensinam que os vários deuses estão em processo de mudança; ou seja, há graus de perfeição pelos quais eles podem estar passando.

Ao contrário do politeísmo dos mórmons (que postula padrões éticos), na maioria dos sistemas politeístas geralmente não há padrões éticos estritos. Normalmente, a ética é relativa ao nível de autoridade dos deuses e nela localizada. Mas, paradoxalmente, é possível que o homem tenha algum dia de prestar contas aos deuses pela vida que levou na Terra. No mormonismo, por exemplo, um homem exemplar pode até mesmo ascender ao nível da divindade e governar seu próprio universo.

Conclusão

O teísmo cristão é a única filosofia ou cosmovisão verdadeira. Jesus Cristo, o Filósofo Mestre, deixa claro que ele é “o caminho, e a verdade, e a vida” (Jo 14.6). Não existe neutralidade. Ou alguém está com Cristo, ou está contra ele (Lc 11.23). Não existe *tertium quid*, nenhuma terceira alternativa. O cristianismo, portanto, não é uma espécie, mas um gênero. Como ensinado em Gênesis 3, todas as cosmovisões falsas são um resultado da Queda. Por causa da Queda, o homem está alienado do Deus da Escritura, dando origem às muitas cosmovisões falsas que têm surgido ao longo da história. O trabalho do teísta cristão é defender a verdade do teísmo cristão contra todas as cosmovisões falsas. Espera-se que esta breve visão geral de alguns dos falsos “ismos” que existem seja de alguma ajuda nessa tarefa.

Parte 2: Questões na filosofia cristã

5. Que é uma filosofia cristã?

John W. Robbins

Dentro dos seus 66 livros, a Bíblia traz um sistema completo de pensamento. Paulo nos diz que “todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão em Cristo Jesus” (Cl 2.3). “Toda a Escritura é inspirada por Deus e proveitosa para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (2Tm 3.16-17). A Bíblia diz como podemos conhecer a verdade, no que consiste a realidade, como devemos pensar e agir e até mesmo o que os governos devem fazer. Os filósofos costumam chamar essas áreas de estudo de (1) epistemologia: a teoria do conhecimento; (2) metafísica: a teoria da realidade; (3) ética: a teoria da conduta; e (4) política: a teoria de governo. A primeira delas, a epistemologia, é a mais importante, pois é a mais básica.

Conhecimento: a Bíblia me diz assim

O cristianismo sustenta que o conhecimento é revelado por Deus. O cristianismo é a verdade proposicional revelada por Deus, proposições que foram escritas nos 66 livros da Bíblia. A revelação divina é o ponto de partida do cristianismo, seu axioma. O axioma, o princípio primeiro, do cristianismo é o seguinte: “Somente a Bíblia é a Palavra de Deus”.

Um axioma, por definição, é um início. Nada vem antes dele; é um princípio primeiro. Todos os homens e todas as filosofias possuem axiomas; todos devem iniciar seu pensamento em algum lugar. É impossível provar todas as coisas. Exigir prova para todas as coisas é uma exigência irracional. O cristianismo começa com os 66 livros da Bíblia, pois o conhecimento — a verdade — é uma dádiva de Deus.

A verdade é uma dádiva que Deus, por sua graça, revela aos homens; não é algo que os homens descobrem por si mesmos. Assim como os homens não alcançam a salvação por si mesmos, por conta própria, mas são salvos pela graça divina, os homens não adquirem conhecimento por conta própria, mas recebem o conhecimento como uma dádiva de Deus. O homem não pode fazer nada à parte da vontade de Deus, e o homem não pode conhecer nada à parte da revelação de Deus.

Isso não significa que só podemos conhecer as declarações diretas da Bíblia. Também podemos conhecer as suas implicações lógicas. A *Confissão de fé de Westminster* (1:4, 6), escrita no século XVII e uma das declarações cristãs de fé mais antigas, diz:

> A autoridade das Escrituras Sagradas, razão pela qual devem ser cridas e obedecidas, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.
>
> Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua glória e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado nas Escrituras ou pode ser lógica e claramente delas deduzido. Às Escrituras nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens […].

Note as palavras da CFW: “Todo o conselho de Deus” ou é expressamente declarado nas Escrituras, ou pode ser delas deduzido. Tudo o que precisamos para a fé e a vida é encontrado nas proposições da Bíblia de

forma explícita ou implícita. Nada deve ser acrescentado à revelação em tempo algum. Somente são permitidas deduções lógicas a partir das proposições da Escritura.

Lógica: Pensando os pensamentos de Deus

Os princípios da lógica — o raciocínio por boa e necessária consequência — estão contidos na própria Bíblia. Todas as palavras da Bíblia, de *Bereshith* (“No princípio”) em Gênesis 1.1 a *Amém* em Apocalipse 22.21, exemplificam a lei fundamental da lógica, a lei da contradição. “No princípio” significa no princípio, não cem anos ou mesmo um segundo depois do princípio. “Amém” expressa concordância, não dissensão. Quando Deus deu seu nome a Moisés, “EU SOU O QUE SOU” (Êx 3.14), estava declarando a lei lógica da identidade. As leis da lógica estão embutidas em todas as palavras da Escritura. O raciocínio dedutivo é a principal ferramenta para se entender a Bíblia.

A Bíblia é nossa única fonte de verdade. Nem a ciência, nem a história, nem a arqueologia, nem a filosofia podem fornecer verdades. O cristão deve levar a sério o aviso de Paulo aos colossenses: “Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo e não segundo Cristo; porquanto, nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade. Também, nele, estais aperfeiçoados” (Cl 2.8-10).

Salvação: Crê no Senhor Jesus Cristo

A doutrina da salvação é um ramo da doutrina do conhecimento. A doutrina da salvação não é um ramo da metafísica, pois os homens não são transformados em deuses quando são salvos; os homens salvos, mesmo na perfeição do céu, permanecem sendo criaturas temporais e limitadas. Só Deus é eterno; só Deus é onisciente; só Deus é onipresente.

A doutrina da salvação não é um ramo da ética, pois os homens não são salvos por fazerem boas obras. Somos salvos apesar de nossas obras, não por causa delas.

A doutrina da salvação não é um ramo da política, pois a noção de que a salvação, temporal ou eterna, pode ser alcançada por meios políticos é uma ilusão. As tentativas de trazer o céu para a terra não trouxeram nada além de sangue e morte.

A salvação é somente pela fé. Fé é a crença na verdade revelada por Deus. A fé, o ato de crer, é ela mesma um dom de Deus. “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8-9).

Pedro diz que através do conhecimento nós recebemos tudo o que precisamos para a vida e a piedade. Tiago diz que somos regenerados pela palavra da verdade. Paulo diz que somos justificados através da crença na verdade. Cristo diz que somos santificados pela verdade.

Assim como somos regenerados pela verdade e justificados através da crença na verdade, também somos santificados pela verdade.

Ciência: Nele, e não na matéria, vivemos

Aqueles que colocam sua confiança na ciência como a chave para entender o universo ficam constrangidos pelo fato de a ciência jamais descobrir a verdade. Se a Bíblia é a fonte de toda verdade, a ciência não pode então descobrir a verdade.

Um dos problemas insolúveis do método científico é a falácia da indução; a indução é de fato um problema para todas as formas de empirismo (aprendizado pela experiência). O problema é simplesmente este: a indução, argumentando do particular para o geral, é sempre uma falácia lógica. Não importa, por exemplo, quantos corvos você observe serem pretos; nunca se justifica a conclusão de que todos os corvos são pretos. A razão é bastante simples: mesmo supondo que você tem uma boa visão, não é daltônico e está realmente olhando para corvos, você não vê e não pode ver todos os corvos. Milhões já morreram. Milhões mais estão no lado oposto do planeta. Milhões mais irão nascer depois que você morrer. A indução é sempre uma falácia.

Há também outra falácia fatal na ciência: a falácia de afirmar o consequente. O filósofo ateu Bertrand Russell coloca a questão da seguinte maneira:

> Todos os argumentos indutivos se reduzem em último caso à seguinte forma: "Se isto é verdade, aquilo é verdade: ora, aquilo é verdade, portanto isto é verdade". Esse argumento, claro, é formalmente falacioso. Suponha que eu dissesse: "Se o pão é uma pedra e pedras são alimentos, este pão me alimentará; ora, este pão me alimenta; portanto é uma pedra e pedras são alimentos". Se eu propusesse um argumento como esse, seria certamente chamado de tolo; mas ele não seria fundamentalmente diferente do argumento no qual todas as leis científicas estão baseadas.[51]

Reconhecendo que a indução é sempre falaciosa, os filósofos da ciência no século XX, no esforço de defender a ciência, desenvolveram a ideia de que a ciência, na verdade, não se baseia na indução. Em vez disso, consiste de conjecturas, de experimentos para testar essas conjecturas e de refutações de conjecturas. Mas, em suas tentativas de salvar a ciência da desgraça lógica, os filósofos da ciência tiveram de abandonar qualquer alegação de conhecimento: a ciência consiste apenas de conjecturas e refutações de conjecturas. Karl Popper, um dos maiores filósofos da ciência do século XX, escreveu:

> Primeiro, embora na ciência façamos o possível para encontrar a verdade, estamos cientes do fato de que jamais podemos ter certeza de que a alcançamos… Sabemos que nossas teorias científicas sempre permanecem

> como hipóteses… Na ciência não há "*conhecimento*" no sentido em que Platão e Aristóteles entendiam a palavra, no sentido que implica finalidade; na ciência jamais temos razões suficientes para crer que alcançamos a verdade… Einstein declarou que *sua teoria era falsa*; ele disse que ela seria uma aproximação melhor da verdade do que a de Newton, mas deu razões por que não a consideraria uma teoria verdadeira, ainda que todas as predições se confirmassem…[52] Nossas tentativas de ver e encontrar a verdade não são finais, mas abertas a melhorias: … nosso conhecimento, nossa doutrina, é conjectural; … consiste de suposições, de hipóteses, em vez de verdades certas e finais.[53]

A observação e a ciência não podem nos fornecer a verdade sobre o universo nem tampouco a verdade sobre Deus. A cosmovisão secular, que começa negando Deus e a revelação divina, não pode fornecer nenhum conhecimento.

Ética: Importa antes obedecer a Deus que aos homens

A Bíblia ensina que a distinção entre certo e errado depende totalmente dos mandamentos de Deus. Não há nenhuma lei natural que torne as ações certas ou erradas; e certamente as matérias de certo e errado não podem ser decididas por maioria de votos. Nas palavras do *Breve catecismo de Westminster*: “Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão desta lei”. Se não houvesse uma lei de Deus, não haveria certo ou errado.

Isso pode ser visto de forma muito clara no mandamento de Deus para que Adão não comesse do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Só o mandamento de Deus faz com que comer do fruto seja algo pecaminoso. Isso também pode ser visto no mandamento de Deus para que Abraão sacrificasse Isaque. Só o mandamento de Deus torna o sacrifício algo correto, e Abraão se apressou em obedecer. Por estranho que possa parecer a ouvidos modernos tão acostumados a ouvir sobre direito à vida, direito à saúde e direito de escolha, a Bíblia diz que direitos naturais não existem: só os mandamentos de Deus é que tornam algumas coisas certas e outras erradas. No Antigo Testamento era pecado os judeus comerem carne de porco. Hoje, podemos nos deliciar com bacon e ovos no café da manhã. O que faz com que matar um ser humano e comer carne de porco seja algo certo ou errado não é alguma qualidade inerente aos homens e aos porcos, mas apenas o próprio mandamento divino.

Direitos humanos: À imagem de Deus fez ele o homem

Se tivéssemos direitos porque somos homens — se nossos direitos fossem naturais e inalienáveis — o próprio Deus teria de respeitá-los. Mas Deus é soberano. Ele é livre para agir com suas criaturas como achar melhor. Não temos, portanto, direitos naturais. Isso é bom, pois direitos naturais e inalienáveis são logicamente incompatíveis com punições de qualquer espécie. As multas, por exemplo, violam o direito inalienável à propriedade. O encarceramento viola o direito inalienável à liberdade. A pena capital viola o direito inalienável à vida. A teoria do direito natural é logicamente incoerente em seus fundamentos. Os direitos naturais são logicamente incompatíveis com a justiça. A ideia bíblica não é direitos naturais, mas direitos imputados. Só direitos imputados, e não direitos intrínsecos — direitos naturais e inalienáveis —, são compatíveis com a liberdade e a justiça. E esses direitos são imputados por Deus.

Todas as tentativas de basear a ética em algum fundamento diferente da Bíblia fracassam. A lei natural é um fracasso, pois o “dever” não pode ser derivado do “ser”. Em linguagem mais formal: a conclusão de um argumento não pode conter termos que não sejam encontrados em suas premissas. Os advogados naturais, que começam seus argumentos com declarações sobre o homem e o universo, declarações no modo indicativo, não podem terminar seus argumentos com declarações no modo imperativo.

A principal teoria ética concorrendo hoje com a teoria da lei natural é o utilitarismo. O utilitarismo diz que ação moral é uma ação que resulte no maior bem para o maior número de pessoas. Ele fornece um método elaborado para se calcular os efeitos das escolhas. Infelizmente, o utilitarismo também é um fracasso, pois não apenas comete a falácia naturalista dos advogados naturais, como também exige um cálculo que não pode ser realizado. Não podemos saber qual é o maior bem para o maior número de pessoas.

A única base lógica para a ética são os mandamentos revelados de Deus. Eles não apenas fornecem a distinção básica entre o certo e o errado, como também instruções detalhadas e exemplos práticos de certo e errado. De fato, nos ajudam a viver nossa vida diária. As tentativas seculares de fornecer um sistema ético fracassam nesses dois aspectos.

Política: Proclamar a liberdade em todo o país

A filosofia política cristã se baseia diretamente na revelação divina, não na lei natural nem na lei da maioria, nem no exercício da mera força.

As tentativas de basear uma teoria de governo em axiomas seculares resultam em anarquia ou totalitarismo. Só o cristianismo, que baseia os poderes legítimos de governo na delegação de poder por Deus, evita os males gêmeos da anarquia e do totalitarismo.

O Governo tem um papel legítimo na sociedade: a punição dos malfeitores, como diz Paulo em Romanos 13. Essa é a única função de governo que Paulo menciona. Educação, previdência social, habitação, parques, estradas, proventos de aposentadoria, assistência médica ou qualquer outro programa em que o Governo esteja envolvido hoje são ilegítimos. O fato de o Governo estar envolvido em todas essas atividades é uma das principais razões por que o Governo não está fazendo bem o seu próprio trabalho: a taxa de criminalidade está aumentando e o sistema de justiça criminal é uma ameaça crescente para um povo livre. Os inocentes são punidos e os culpados permanecem impunes.

A Bíblia ensina um papel claramente limitado para o Governo. O objetivo bíblico não é uma burocracia composta por cristãos, mas nenhuma burocracia. Não deve haver nenhum Departamento de Educação cristão, nenhum Departamento de Habitação cristão, nenhum Departamento de Agricultura cristão — simplesmente porque não deve haver nenhum Departamento de Educação, de Habitação e de Agricultura, ponto final. Não precisamos de e devemos nos opor a uma Secretaria do Álcool, Tabaco e Armas de Fogo cristã ou uma Receita Federal cristã. Alguns ditos cristãos se envolvem tanto na busca de poder político que isso acaba por tornar suas atividades quase indistinguíveis das atividades de evangélicos sociais do início e meados do século XX. Esse tipo de ação política não tem nada a ver com as Escrituras.

O sistema filosófico

Cada uma das partes desse sistema filosófico — epistemologia (conhecimento), soteriologia (salvação), metafísica (realidade), ética (conduta) e política (governo) — é importante, e as ideias ganham força ao serem organizadas em um sistema lógico. Nesse sistema, onde proposições são logicamente dependentes de outras proposições e logicamente implicam outras proposições, cada parte reforça mutuamente as demais. Juntas, elas formam uma fortaleza inexpugnável que pode suportar e derrotar o que quer que outras filosofias e religiões possam dizer. Historicamente — embora não neste século decadente — os cristãos têm sido criticados por serem "demasiado lógicos". A crítica é tola. Se queremos ser transformados pela renovação da nossa mente, se queremos colocar todos os nossos pensamentos em conformidade com Cristo, devemos aprender a pensar como Cristo, de forma lógica e sistemática.

O cristianismo é um sistema filosófico completo que procede por dedução rigorosa de um axioma para milhares de teoremas. É uma visão completa das coisas pensadas em conjunto. Ele faz frente a todas as filosofias não cristãs em todos os campos de envolvimento intelectual. Oferece uma teoria de conhecimento, um caminho para o Céu, uma refutação da ciência, uma teoria do mundo, um sistema coerente e prático de ética e os princípios necessários para a justiça e liberdade política. É nossa esperança e oração que o cristianismo conquiste o mundo no século por vir. Se isso não acontecer, se a igreja continuar declinando em confusão e descrença, pelo menos alguns cristãos poderão se refugiar na fortaleza intelectual inexpugnável que Deus nos deu em sua Palavra.

6. A Bíblia como verdade

Gordon H. Clark

Num jogo de xadrez, um jogador pode ficar tão concentrado numa situação complicada que, tendo examinado várias possibilidades e projetado cada uma o mais longe possível, finalmente percebe uma combinação brilhante pela qual pode ganhar um peão em cinco movimentos, apenas para descobrir que perderá com isso sua rainha. Da mesma forma, quando investigações teológicas são aprofundadas por um tempo considerável e em grande detalhe, é possível perder de vista o óbvio. Na atual conjuntura das discussões sobre revelação, é minha opinião que o que mais precisa ser dito é algo óbvio e elementar. Este artigo,[54] portanto, é uma defesa da simples tese de que a Bíblia é verdadeira.

Essa tese, porém, não deriva sua motivação central de qualquer ataque à historicidade das narrativas bíblicas. A crítica destrutiva do século XIX ainda tem grande influência, mas foi ferida mortalmente pelas mãos da arqueologia do século XX. Ainda que possa ser forçada a aceitar a Bíblia como um relato excepcionalmente preciso de eventos antigos, uma nova forma de incredulidade agora nega, sobre bases filosóficas, que a Bíblia é ou poderia ser uma revelação verbal de Deus. Tão persuasivos são os novos argumentos — não apenas apoiados por um raciocínio impressionante, mas apelando inclusive a princípios bíblicos que todo crente ortodoxo aceitaria —, que teólogos conservadores professos têm-nos aceitado em maior ou menor grau e desse modo traído ou invalidado a tese de que a Bíblia é verdadeira.

Como a discussão é filosófica e não arqueológica, e poderia portanto ser aprofundada numa duração sem fim, alguns limites e algumas omissões devem ser aceitos. Teorias da verdade são notoriamente complexas; ainda assim, é impossível evitarmos considerar a natureza da verdade se quisermos saber o significado quando dizemos que a Bíblia é verdadeira. Para começar, é preciso dizer que a verdade das declarações da Bíblia é o mesmo tipo de verdade alegada para declarações ordinárias como “Colombo descobriu a América”, “2 + 2 = 4” e “um corpo em queda livre acelera a 9,8 m/s^2”. No

que diz respeito ao significado da verdade, a declaração “Cristo morreu pelos nossos pecados” está no mesmo patamar de qualquer afirmação ordinária e cotidiana que seja verdadeira. Estes são, é claro, exemplos, e não constituem uma definição da verdade. Mas nos exemplos está embutida a suposição de que a verdade é uma característica unicamente das proposições. Nada pode ser chamado de verdadeiro, no sentido literal do termo, que não seja a atribuição de um predicado a um sujeito. Há, sem dúvida, usos figurados, e é legítimo falar de um homem como sendo um verdadeiro cavalheiro ou verdadeiro erudito. Também se discute qual é a verdadeira igreja. Mas esses usos, embora legítimos, são derivados e figurados. Ora, a simples tese deste artigo é que a Bíblia é verdadeira no sentido literal de *verdadeira*. Depois que se obteve uma compreensão completa do significado literal, os vários significados figurados podem ser investigados; mas seria uma tolice começar com figuras de linguagem antes de o significado literal ser conhecido.

Essa tese de que a Bíblia é literalmente verdadeira não implica que a Bíblia é verdadeira literalmente. Ocorrem figuras de linguagem na Bíblia, e elas não são verdadeiras literalmente; são verdadeiras figurativamente. Mas são literalmente verdadeiras. As declarações podem estar em linguagem figurada, mas quando se diz que são verdadeiras o termo *verdadeiras* deve ser entendido literalmente. Essa tese elementar simples, porém, não teria sentido na prática sem uma tese companheira. Se as declarações verdadeiras da Bíblia não pudessem ser conhecidas pela mente humana, a ideia de uma revelação verbal seria inútil. Se Deus falasse uma verdade mas falasse de um modo que ninguém pudesse ouvi-la, essa verdade não seria uma revelação. Por isso, a tese dupla deste artigo, dupla mas ainda assim elementar, é que a Bíblia — à parte das perguntas e mandamentos — consiste de declarações verdadeiras que os homens podem conhecer. De fato, isso é algo tão elementar que pode parecer incrível que algum teólogo conservador o negue. Mas há alguns conservadores professos que negam isso explicitamente e outros que, sem negar explicitamente, minam e invalidam isso mediante outras afirmações. A primeira coisa que deve ser considerada, portanto, são as razões, supostamente derivadas da Bíblia, para negar ou invalidar o conhecimento humano de suas verdades.

O efeito do pecado no conhecimento do homem

A doutrina da depravação total ensina que nenhuma parte da natureza humana escapa da devastação do pecado, e entre as passagens nas quais essa doutrina está baseada estão algumas que descrevem os efeitos do pecado no conhecimento humano. Por exemplo, quando Paulo diz em 1 Timóteo 4.2 que certos apóstatas têm sua consciência cauterizada, deve não apenas estar querendo dizer que eles cometem atos iníquos, mas também que pensam pensamentos iníquos. Sua capacidade de distinguir o certo e o errado está debilitada, e assim dão atenção a espíritos sedutores e doutrinas de demônios. Portanto, sem negar nem um pouco que o pecado afetou sua volição, é preciso afirmar que o pecado também afetou seu intelecto. E, embora Paulo tenha em mente uma classe particular de pessoas que eram sem dúvida mais perversas do que as outras, a semelhança da natureza humana e a natureza do pecado forçam à conclusão de que, embora talvez não no mesmo grau, a mente de todos os homens está debilitada. Mais uma vez, Romanos 1.21, 28 fala de gentios que se tornaram vãos em suas imaginações e cujo coração insensato se obscureceu; quando não mais quiseram reter Deus em seu conhecimento, Deus os entregou a uma disposição mental reprovável. Em Efésios 4.17, Paulo mais uma vez alude à vaidade da mente e ao entendimento obscurecido dos gentios, que estão alienados da vida de Deus pela ignorância e cegueira. Essa ignorância e cegueira não são apenas traços gentios, mas também caracterizam os judeus, e portanto a raça humana como um todo pode ser vista na condenação sumária de todos os homens em Romanos 3.10-18, onde Paulo diz que não há quem entenda. E, é claro, há declarações gerais no Antigo Testamento: “Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto” (Jr 17.9).

Esses efeitos noéticos do pecado têm sido usados para apoiar a conclusão de que um homem não regenerado não pode entender o significado de nenhuma sentença da Bíblia. A partir da afirmação “não há quem entenda” se poderia pensar que, quando a Bíblia diz “Davi… tomou dali uma pedra… e feriu o filisteu na testa”, o incrédulo não pode saber o que as palavras significam.

Os primeiros representantes desse tipo de visão, que serão aqui discutidos, estão concentrados na faculdade do Seminário Teológico Westminster na Filadélfia, Pensilvânia. Cornelius Van Til e alguns de seus colegas prepararam e assinaram um documento no qual repudiam uma

declaração específica acerca da capacidade epistemológica do homem não regenerado. Certo professor, eles se queixam, “não faz nenhuma distinção qualitativa absoluta entre o conhecimento do homem não regenerado e o conhecimento do homem regenerado”.[55] Essa declaração não implica apenas que o incrédulo acha menos fácil entender que Davi golpeou o filisteu; mas, ao afirmar uma distinção qualitativa absoluta entre qualquer conhecimento que o incrédulo derive dessa declaração e o conhecimento que o homem regenerado deriva, a citação também sugere que o homem não regenerado simplesmente não consegue entender as proposições reveladas ao homem.

Em outro artigo, dois colegas de Van Til dizem que é “errado” defender que a “regeneração… não é uma mudança na compreensão dessas palavras”.[56] Segundo eles, também é errado dizer que “quando o homem é regenerado, sua compreensão da proposição pode não sofrer nenhuma mudança de fato, [mas] o homem não regenerado pode atribuir exatamente o mesmo significado às palavras… que o homem regenerado”.[57] Como essas são posições que eles repudiam, sua opinião deve ser precisamente o contraditório disso — ou seja, que o homem não regenerado jamais pode atribuir exatamente o mesmo significado às palavras que o homem regenerado, que a regeneração sempre e necessariamente muda o significado das palavras que um homem conhece e que não é possível o não regenerado e o regenerado entenderem uma sentença no mesmo sentido. Esses senhores apelam a 2 Coríntios 4.3-6, onde é dito que o Evangelho está encoberto para os que se perdem, e a Mateus 13.3-23, onde as multidões escutam a parábola mas não a entendem. Essas duas passagens da Escritura supostamente provam que “o entendimento [do cristão] nunca é igual ao do homem não regenerado”.

Como uma breve resposta, podemos fazer a observação de que, embora o Evangelho esteja encoberto para os que se perdem, a passagem não afirma que os que se perdem são completamente ignorantes e não sabem absolutamente nada. Assim também, as multidões entenderam o significado literal da parábola, embora nem elas nem os discípulos entendessem o que Cristo estava ilustrando. Admitamos que pela regeneração o Espírito Santo ilumina a mente e nos leva gradualmente a mais verdades, mas a Escritura certamente não ensina que os filisteus não conseguiram entender que Davi matara Golias. Esse ponto de vista não tem sido comum entre os escritores reformados; apenas um, porém, será citado como exemplo. Abraham Kuyper,

em sua *Encyclopedia of Sacred Theology* [Enciclopédia da teologia sagrada], [58] após especificar oito pontos nos quais estamos sujeitos a erros por causa do pecado, acrescenta:

> O obscurecimento do entendimento… não significa que perdemos a capacidade de pensar logicamente, pois, até onde o impulso de sua lei da vida está em questão, a lógica *não* [itálico seu] foi debilitada pelo pecado. Quando isso acontece, resulta uma condição de insanidade… o pecado enfraqueceu a *energia* do pensamento… [mas] a consciência humana universal é sempre capaz de superar a lentidão e corrigir esses equívocos no raciocínio.

Ao defender assim a capacidade epistemológica do homem pecador, Kuyper pode até ter subestimado os efeitos noéticos do pecado. Talvez nem sempre a consciência humana seja capaz de superar a lentidão e corrigir equívocos no raciocínio. O ponto que eu gostaria de enfatizar é que às vezes isso é possível. Um homem não regenerado pode conhecer algumas proposições verdadeiras e pode às vezes raciocinar corretamente.

Para evitar cometer uma injustiça contra Van Til e seus colegas, é preciso afirmar que às vezes eles parecem fazer afirmações contraditórias. No decorrer dos seus artigos é possível encontrar um parágrafo no qual eles parecem aceitar a posição que estão atacando e então prosseguem com o ataque. Qual pode ser a explicação, senão que estão confusos e que tentam combinar duas posições incompatíveis? A posição objetável está em harmonia substancial com o existencialismo ou neo-ortodoxia. Mas a discussão sobre os efeitos noéticos do pecado na mente não regenerada não precisa mais ser levada adiante, porque um assunto mais sério rouba a atenção. A influência neo-ortodoxa parece produzir o resultado de que até mesmo o homem regenerado não pode conhecer a verdade.

As limitações epistemológicas do homem

Que o homem regenerado assim como o não regenerado está sujeito a certas limitações epistemológicas, que essas limitações não são totalmente resultado do pecado, mas inerentes ao fato de o homem ser uma criatura, e que mesmo na glória essas limitações não serão removidas, é declarado ou está implícito em várias passagens bíblicas. A natureza dessas limitações é

algo diretamente relevante para qualquer teoria de revelação, pois essas limitações podem ser tão insignificantes que o homem é quase divino ou tão extensas que o homem não pode entender nada sobre Deus. Inicialmente serão listadas algumas passagens bíblicas, mas não todas, que são usadas nesse debate: “Você consegue perscrutar os mistérios de Deus? Pode sondar os limites do Todo-poderoso?” (Jó 11.7, NVI); “Eis que Deus é grande, e não o podemos compreender; o número dos seus anos não se pode calcular” (Jó 36.26); “Tal conhecimento é maravilhoso demais para mim: é sobremodo elevado, não o posso atingir” (Sl 139.6); “Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos” (Is 55.8); “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? (Rm 11.33-34); “Assim, também as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus” (1Co 2.11).

Esses versículos são apenas amostras, e muitos versículos semelhantes poderiam ser facilmente lembrados. Vários deles parecem dizer que é impossível ao homem conhecer Deus. Não conseguimos perscrutá-lo; não o compreendemos; não posso atingir esse conhecimento; os pensamentos de Deus não são os nossos; ninguém conhece a mente do Senhor e ninguém conhece as coisas de Deus. Facilmente se poderia concluir que o homem é totalmente ignorante e que, não importa quão diligentemente examine a Escritura, nunca obterá o menor vislumbre do pensamento de Deus. É claro, na mesma passagem que diz que nenhum homem conhece as coisas de Deus há a mais forte afirmação de que aquilo que olhos não viram nem jamais penetrou em coração humano nos foi revelado pelo Espírito de Deus “para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente”. Não surpreende, portanto, que algumas tentativas de expor a posição bíblica sejam tão confusas realmente quanto parece ser o material bíblico. Devemos todos concordar com muitas declarações desses teólogos; mas outras declarações, interpretando mal a Escritura no interesse de alguma visão esotérica da verdade, devem ser rejeitadas.

O conhecimento do homem em relação ao conhecimento de Deus

Afirmam os professores acima mencionados: “há uma diferença

qualitativa entre o conteúdo do conhecimento de Deus e o conteúdo do conhecimento possível ao homem".[59] Que há uma importantíssima diferença qualitativa entre a situação do conhecimento no caso de Deus e a situação do conhecimento para o homem é algo que não se pode negar sem com isso repudiar todo o teísmo cristão. Deus é onisciente; seu conhecimento não é adquirido e seu conhecimento, de acordo com a terminologia comum, é intuitivo, ao passo que o do homem é discursivo. Essas são algumas das diferenças, e a lista sem dúvida poderia ser ampliada. Mas se tanto Deus quanto o homem conhecem, deve haver com as diferenças pelo menos um ponto de similaridade; porque se não houvesse nenhum ponto de similaridade, seria inadequado usar o termo único *conhecimento* em ambos os casos. Se este ponto de similaridade deve ser encontrado no conteúdo do conhecimento ou se os conteúdos diferem, isso depende do que se entende pelo termo *conteúdo*. Portanto, são necessárias declarações redigidas de forma mais específica.

A teoria em discussão segue dizendo: "Não ousamos manter que seu conhecimento e o nosso conhecimento coincidem em qualquer único ponto".[60] Os autores repudiam outra visão pelo motivo de que "uma proposição teria de ter o mesmo significado para Deus e para o homem".[61] Essas declarações não são de forma alguma vagas. A última identifica conteúdo e significado, de modo que o conteúdo do conhecimento de Deus não é o caráter intuitivo desse conhecimento, por exemplo, mas o significado das proposições — como Davi matou Golias. Duas vezes se nega que uma proposição possa significar a mesma coisa para Deus e para o homem, e para tornar isso inequívoco eles dizem que o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem não coincidem em qualquer único ponto. Aqui repetiremos que, se não há um único ponto de coincidência, é inútil usar o termo único *conhecimento* para Deus e para o homem. Ao atacar o cristianismo, Spinoza argumentou que o termo *intelecto* era completamente ambíguo se aplicado a Deus e ao homem, da mesma forma que o termo *cão* se aplicado a um animal quadrúpede que late e a uma estrela no céu. Em tal caso, portanto — para *conhecimento* ser definido —, ou Deus pode conhecer e o homem não, ou o homem pode conhecer e Deus não. Se não há um único ponto de coincidência, Deus e o homem não podem ter a mesma coisa, isto é, conhecimento.

Após os cinco professores terem assinado esse pronunciamento

cooperativo, alguns deles publicaram uma explicação na qual diziam: “O homem pode conhecer e conhece a mesma verdade que está na mente divina… [porém] quando o homem diz que Deus é eterno, não pode ter em mente uma concepção de eternidade que seja idêntica ou que coincida com o pensamento que o próprio Deus tem da eternidade”.[62] Nessa declaração explicativa se afirma que a mesma verdade pode ocorrer e ocorre na mente do homem e na mente de Deus. Isso significa, evidentemente, que há pelo menos um ponto de coincidência entre o conhecimento de Deus e o nosso. Mas, embora pareçam se retratar de sua posição anterior numa linha, eles a reafirmam em seguida. Ao que parece, quando o homem diz que Deus é eterno, ele não pode ter em mente o que Deus quer dizer quando afirma a sua própria eternidade. Presumivelmente, o conceito *eternidade* é um exemplo que vale para todos os conceitos, de modo que a posição geral seria que nenhum conceito pode ser predicado pelo homem a um sujeito no mesmo sentido em que é predicado por Deus. Mas se um predicado não significa para o homem a mesma coisa que significa para Deus, se o significado de Deus é o correto, segue-se que o significado do homem é incorreto e ele, portanto, é ignorante da verdade que está na mente de Deus.

Essa negação da predicação unívoca não é peculiar dos professores citados nem precisa ser considerada especificamente neo-ortodoxa. Embora a abordagem seja diferente, o mesmo resultado é encontrado em Tomás de Aquino. Este estudioso medieval, cuja filosofia recebeu sanção papal, ensinava que nenhum predicado pode ser univocamente aplicado a Deus e aos seres criados. Até mesmo o verbo de ligação *é* não pode ser usado univocamente nessas duas referências. Assim, quando um homem acha que Deus é bom, eterno ou todo-poderoso, não apenas quer dizer algo diferente do que *bom*, *eterno* ou *todo-poderoso* querem dizer para Deus, mas, o que é pior (se é que algo pode ser pior), também se refere a algo diferente quando diz que Deus *é*. Visto que como criaturas temporais não podemos conhecer a essência eterna de Deus, não podemos saber o que Deus quer dizer quando afirma sua própria existência. Entre o significado de *existência* dado por Deus e o dado pelo homem não há um único ponto de coincidência.

Os escolásticos e neoescolásticos tentaram disfarçar o ceticismo dessa posição argumentando que, embora os predicados não sejam unívocos, eles tampouco são equívocos; são analógicos. Os cinco professores também afirmam que o “conhecimento [do homem] deve ser analógico ao

conhecimento que Deus possui”.[63] No entanto, um apelo à analogia — embora possa disfarçar — não remove o ceticismo. Analogias comuns são legítimas e úteis, mas somente porque há um ponto unívoco de significado coincidente nas duas partes. Um remo de canoa pode ser considerado analógico aos remos de um vapor com roda de pás; o remo da canoa pode até mesmo ser considerado análogo à hélice propulsora de um transatlântico; mas somente por causa de um elemento unívoco. Estas três coisas — remo de canoa, roda de pás e hélice propulsora — são univocamente dispositivos para aplicar força para mover barcos na água. Sem um elemento unívoco, uma suposta analogia não passa de puro equívoco e o conhecimento analógico é uma completa ignorância. Mas se há um elemento unívoco, até mesmo um selvagem primitivo, quando se lhe diz que a hélice propulsora é análoga ao seu remo de canoa, terá aprendido alguma coisa. Ele pode não ter aprendido muito sobre hélices propulsoras e, na comparação com um engenheiro, ele é quase completamente um ignorante — quase, mas não completamente. Ele tem alguma ideia sobre propulsores e sua ideia pode ser literalmente verdadeira. O engenheiro e o selvagem têm um pequeno item de conhecimento em comum. Mas sem sequer um item em comum não se pode dizer que ambos conhecem. Para as duas pessoas conhecerem, a proposição deve ter o mesmo significado para ambas. E isso também vale entre Deus e o homem.

Se Deus tem a verdade e se o homem tem somente uma analogia, segue-se que ele não tem a verdade. Uma analogia da verdade não é a verdade; ainda que o conhecimento do homem não seja chamado de uma analogia da verdade mas de verdade analógica, a situação não é melhor. Uma verdade analógica, a menos que contenha um ponto unívoco de significado coincidente, simplesmente não é a verdade. Em particular (e a resposta mais esmagadora de todas), se a mente humana estivesse limitada a verdades analógicas, ela jamais poderia saber a verdade unívoca de que está limitada a analogias. Ainda que fosse verdade que o conteúdo do conhecimento humano são analogias, um homem jamais poderia saber desse fato; ele só poderia ter a analogia de que seu conhecimento é analógico. Essa teoria, portanto, encontrada em Tomás de Aquino, Emil Brunner ou em professos conservadores é um ceticismo não atenuado e é incompatível com a aceitação de uma revelação divina da verdade. Esse ceticismo não atenuado se torna claramente manifesto numa declaração feita num encontro público e relatada numa carta datada de 1 de março de 1948 aos diretores da *Covenant House*.

Foi feita, questionada e reafirmada por um dos escritores acima mencionados a declaração de que a mente humana é incapaz de receber alguma verdade; a mente do homem jamais recebe de fato alguma verdade. Esse ceticismo deve ser completamente repudiado se quisermos salvaguardar uma doutrina de revelação verbal.

A verdade é proposicional

A revelação verbal — com a ideia de que revelação significa uma comunicação de verdades, informações e proposições — traz à lume outro fator na discussão. A Bíblia é composta de palavras e sentenças. Suas afirmações declarativas são proposições no sentido lógico do termo. Ademais, o conhecimento que os gentios têm de uma revelação original pode ser expresso nas palavras "são passíveis de morte os que tais coisas praticam". A obra da lei escrita no coração dos gentios resulta em pensamentos, acusações e desculpas que podem ser e são expressos em palavras. A Bíblia em lugar algum sugere que existem verdades inexprimíveis. De fato, existem verdades que Deus não expressou ao homem, pois "as coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus"; mas isso não quer dizer que Deus ignora os sujeitos, os predicados, os verbos de ligação e as concatenações lógicas dessas coisas encobertas. Novamente enfrentamos o problema do equívoco. Se pudesse existir uma verdade não exprimível em forma lógica e gramatical, a palavra *verdade*, como aplicada a ela, não teria mais em comum com o significado usual de verdade do que Dogstar tem em comum com Fido. Seria outro caso de uma palavra sem um único ponto de coincidência entre seus dois significados. Os cinco professores, ao contrário, afirmam: "não podemos concluir com segurança que o conhecimento de Deus é de caráter proposicional". E uma tese de doutorado de um dos seus alunos diz: "Parece ser uma tremenda suposição sem garantia da Escritura, e portanto repleta de especulações perigosas que se sobrepõem à doutrina de Deus, alguém afirmar que toda verdade na mente de Deus é possível de ser expressa em proposições". Para mim, a tremenda suposição sem garantia da Escritura é Deus ser incapaz de expressar a verdade que ele conhece. E que o conhecimento de Deus é um sistema lógico é algo que parece ser exigido por três evidências indisputáveis: primeiro, a informação que ele revelou é

gramatical, proposicional e lógica; segundo, o Antigo Testamento fala sobre a sabedoria de Deus e no Novo Testamento Cristo é designado como o *Logos* em quem todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos; e, terceiro, somos feitos à imagem de Deus, sendo Cristo a luz que ilumina todos os homens.

Certamente, o ônus da prova recai sobre aqueles que negam a construção proposicional da verdade. Seu ônus é duplo. Eles não apenas devem dar evidências da existência de uma tal verdade, como devem, em primeiro lugar, esclarecer o que querem dizer com suas palavras. Pode ser que a frase *verdade não proposicional* seja uma frase sem significado.

O que entendo ser a confusão no tocante à natureza da verdade se espalhou para além do grupo criticado acima. Presumivelmente, o pensamento de Edward J. Carnell não cairia nas graças deles, e, contudo, ele parece neste ponto ter adotado uma posição muito parecida. Considere seu argumento em *A Philosophy of the Christian Religion* [Uma filosofia da religião cristã], nas páginas 450-53. Ele começa distinguindo duas espécies de verdade: primeiro, "a soma total da própria realidade", e segundo, "a consistência sistemática ou correspondência proposicional com a realidade". Não é irrelevante para o argumento considerar a teoria da correspondência da verdade, mas isso poderia levar a uma discussão demasiado extensa para a finalidade imediata. É suficiente dizer que, se a mente tem algo que apenas corresponde à realidade, ela não tem a realidade; e se ela conhece a realidade, não há necessidade de algo extra que corresponda a ela. A teoria da correspondência, em suma, tem todas as desvantagens da analogia. Carnell ilustra a primeira espécie de verdade, dizendo: "As árvores no quintal são verdadeiras árvores". Sem dúvida são, mas isso não convence alguém de que a árvore é uma verdade. Dizer que as árvores são verdadeiras árvores é apenas colocar uma ênfase literária na proposição "as árvores são árvores". Se alguém dissesse que as árvores não são verdadeiras árvores, ou que as árvores são falsas árvores, o significado seria simplesmente que as árvores não são árvores. Nesses exemplos não é encontrada nenhuma verdade que não seja proposicional e não é fornecida nenhuma evidência para duas espécies de verdade. Carnell, em seguida, descreve um aluno que faz um exame em ética. O aluno pode saber as respostas mesmo não sendo ele próprio uma pessoa moral. A mãe do aluno, porém, não quer que ele apenas conheça a verdade, mas que seja a verdade. Carnell insiste que o aluno pode

ser a verdade. Ora, a mãe obviamente quer que seu filho seja moral, mas que significado pode ser vinculado à frase de que a mãe quer que o filho seja a verdade? Suponhamos que o pensamento seja apenas preparatório para ser moral, como diz Carnell, mas o que se pode querer dizer com ser a verdade; isto é, o que mais se pode querer dizer além de ser moral? O aluno não poderia ser uma árvore. Parece, portanto, que Carnell está usando uma linguagem figurada e não falando literalmente. Ele então se refere às palavras de Cristo: "Eu sou… a verdade". Ora, seria pouco generoso concluir que, quando Cristo diz "Eu sou… a verdade" e então se diz que o aluno é a verdade, Cristo e o aluno são identificados. Mas para evitar essa identificação é preciso ver o que Cristo quer dizer com sua declaração. Como foi dito antes, a Bíblia é literalmente verdadeira, mas nem toda sentença nela é verdadeira literalmente. Cristo disse "Eu sou a porta", mas com isso não queria dizer que era feito de madeira. Cristo também disse "Isto é o meu corpo". Os romanistas acham que ele falou literalmente; os presbiterianos tomam a frase em sentido figurado. Da mesma forma, a declaração "Eu sou… a verdade" deve ser entendida como "Eu sou a fonte da verdade; Eu sou a sabedoria e o *Logos* de Deus; as verdades são estabelecidas por minha autoridade". Mas isso não poderia ser dito acerca do aluno; assim, chamar um aluno de a verdade é extremamente figurado ou totalmente desprovido de significado.

Carnell também diz: "Visto, porém, que seus sistemas [os sistemas de pensamento da mente finita] nunca são completos, a verdade proposicional nunca pode ir além da probabilidade". Mas se isso é verdade, então não é em si verdade, mas somente algo provável. E se isso é verdade, as proposições na Bíblia, como Davi matou Golias e Cristo morreu pelos nossos pecados, são apenas prováveis — elas podem ser falsas. E sustentar que a Bíblia pode ser falsa é obviamente inconsistente com a revelação verbal. Em contrapartida, portanto, é preciso manter que, a despeito da grande ignorância que pode caracterizar os sistemas de pensamento humanos, essa ignorância de muitas verdades não altera as poucas verdades que a mente possui. Há muitas verdades da matemática, astronomia, gramática grega e teologia bíblica que eu desconheço; mas se conheço alguma coisa, e especialmente se Deus me deu apenas um item de informação, minha extensa ignorância não terá efeito sobre aquela única verdade. Do contrário, todos nós estaremos envolvidos num ceticismo que torna a argumentação uma perda de tempo.

No século XX, não é Tomás de Aquino mas Karl Barth, Emil Brunner, os neo-ortodoxos e os existencialistas que são a fonte desse ceticismo em detrimento da revelação. Escreve Brunner:

> Fica inequivocamente claro aqui que o que Deus quer nos dar não pode ser dado verdadeiramente [*eigentlich*] em palavras, mas somente através de uma sugestão [*hinweisend*]… Portanto, como [Jesus] é a Palavra de Deus, todas as palavras têm um significado meramente instrumental. Não apenas o recipiente linguístico das palavras mas também o conteúdo conceitual não é a coisa em si, mas apenas sua forma, seu recipiente e seus meios.

O ceticismo total dessa posição — em que não somente os símbolos verbais, mas também o conteúdo conceitual não é o que Deus realmente quer nos dar — é disfarçado em frases piedosas sobre uma verdade pessoal, ou *Du-Wahrheit*, distinta da relação sujeito-predicado chamada de *Es-Wahrheit*. Deus não pode ser objeto do pensamento, não pode ser um *Gegenstand* para a mente humana. Em vez de ser uma questão de proposições, a verdade é um encontro pessoal. Brunner não apenas reduz a sugestões ou indicadores quaisquer palavras que Deus possa falar, como também sustenta que as palavras de Deus podem ser falsas. “Deus pode, caso queira, falar sua Palavra ao homem até mesmo através de doutrinas falsas”. Esse é o ponto culminante, e comentá-lo seria algo supérfluo.

Em conclusão, quero afirmar que uma teoria satisfatória de revelação deve envolver uma epistemologia realista. Por *realismo*, neste contexto, quero dizer uma teoria de que a mente humana possui alguma verdade — não uma analogia da verdade, não uma representação ou correspondência da verdade, não uma mera sugestão da verdade, não um verbalismo sem sentido sobre uma nova espécie de verdade, mas a própria verdade. Deus falou sua Palavra em palavras, e essas palavras são símbolos adequados do conteúdo conceitual. O conteúdo conceitual é literalmente verdadeiro; e é o ponto de coincidência unívoco e idêntico no conhecimento de Deus e do homem.

7. Um apelo à racionalidade cristã

W. Gary Crampton

Vivemos numa época em que o sermão do apóstolo Paulo na colina de Marte para filósofos do primeiro século a respeito da adoração a um deus desconhecido (At 17) é muito relevante. Nossa era está inundada de irracionalismo; pode ser até mesmo a "era do irracionalismo". E muitos que se encontram em círculos supostamente cristãos estão adotando uma teologia irracional em nome de Cristo. O absurdo, como C. S. Lewis certa vez vaticinou, chegou. Há 23 anos, John Robbins já havia avaliado corretamente a situação:

> Não existe no momento maior ameaça à verdadeira igreja de Cristo do que o irracionalismo que agora controla toda a nossa cultura. [O totalitarismo], culpado de dezenas de milhões de assassinatos, incluindo os de milhões de cristãos, deve ser temido, mas não tanto quanto a ideia de que não conhecemos e não podemos conhecer a verdade. O hedonismo, a filosofia popular da América do Norte, não deve ser tão temido quanto a ideia de que a lógica — a "mera lógica humana", para usar a frase dos próprios irracionalistas religiosos — é inútil.[64]

Como chegamos até aqui? Como o irracionalismo veio a se tornar tão predominante mesmo nos círculos supostamente cristãos? Isso não aconteceu da noite para o dia. O fracasso do racionalismo do século XVII e o questionamento de Galileu (1564-1642) da posição oficial da Igreja-Estado Romana sobre a geocentricidade fomentaram um espírito de ceticismo. Em quem devemos acreditar nesse assunto — na Igreja-Estado Romana ou em Galileu (ciência)? Como saber? Existe realmente um Deus que criou todas as coisas? Se sim, como podemos ter certeza? Nesse debate entrou David Hume (1711-1776).

Sendo um empirista, Hume negava que a razão pudesse nos dar um conhecimento do mundo externo, incluindo Deus. Mas ele também mostrou, talvez relutantemente, que a experiência sensorial tampouco pode produzir esse conhecimento. A observação não é confiável. As relações causais nunca

são observadas. Também não podemos conhecer a realidade contínua do eu, pois não temos nenhuma experiência dela. E, evidentemente, nenhuma experiência pode jamais provar que o Deus da Escritura existe.

David Hume criou o que Ronald Nash chamou de "lacuna". "A lacuna de Hume", escreve Nash, "é a rejeição da possibilidade de um conhecimento racional de Deus e de uma verdade religiosa objetiva".[65] De acordo com Hume, o homem não pode ter um conhecimento do transcendente. Qualquer crença em Deus, portanto, deve ser irracional. O conhecimento e a fé não têm nada em comum.

Immanuel Kant (1724-1804) reconheceu que a leitura de David Hume o havia despertado de seu "sono dogmático". Kant tentou ir além do racionalismo e do empirismo ao afirmar que todo conhecimento humano começa com a experiência sensorial (conteúdo) mas a experiência sensorial não é, por si só, suficiente para nos dar conhecimento. O conteúdo precisa de uma forma ou estrutura. Kant ensinou que essa forma é fornecida pela mente em categorias *a priori* de entendimento. Mas, como os homens nunca podem saber o que não pode primeiro ser experimentado, o conhecimento não pode se estender além do mundo fenomenal. O mundo real, "o mundo noumenal" de Kant, "das coisas em si" e não "das coisas como parecem", portanto, jamais pode ser conhecido. Assim, Kant construiu uma "parede" entre o imanente e o transcendente, e Deus é incognoscível.[66]

É irônico que Kant acreditasse que esse agnosticismo era uma ajuda para o cristianismo. Ele havia "[negado] o conhecimento no intuito de abrir espaço para a fé". A crença em Deus ainda era possível, mas não sobre bases racionais. Para Kant, assim como Hume antes dele, não há nada em comum entre a fé cristã e o conhecimento.[67]

G. W. F. Hegel (1770-1831) tentou corrigir os erros de Kant. Enquanto Kant havia afirmado com certeza que o mundo real não podia ser conhecido, Hegel apontou o absurdo de se afirmar o incognoscível. Ele construiu um sistema de idealismo no qual a unidade e a pluralidade são racionalmente misturadas. Para Hegel, "o real é o racional e o racional é o real". Todas as coisas, pessoas e objetos, participam da Mente ou Espírito Absoluto (*Geist*). O pensamento e o ser, a essência e a existência, são a mesma coisa. Da forma como Hegel a desenvolveu, sua filosofia é uma forma de panteísmo. E na filosofia panteísta de Hegel existe um problema. Não se pode conhecer nada sem conhecer tudo; "a verdade é o todo". Mas

visto que não conhecemos tudo, não conhecemos nada. Mais uma vez, ficamos num estado de ceticismo. Hegel não pode justificar o conhecimento. [68]

Søren Kierkegaard (1813-1855), assim como Karl Marx, outro irracionalista, foi aluno de Hegel. Ele reagiu fortemente contra o Sistema do seu professor. A realidade, disse Kierkegaard, não pode ser obtida pela razão. O real não é o racional. A verdade não é algo que possa ser ensinado; ela não pode ser comunicada de maneira racional. A verdade não existe na forma de proposições; é interior e puramente subjetiva. Se alguém quer conhecer o real, deve apreendê-lo por um "salto de fé". Isto é, deve se comprometer com o que é irracional. Para Kierkegaard, a fé e a razão são mutuamente exclusivas. O conhecimento é pessoal e apaixonado; é anti-intelectual. Deus e a verdade só existem para quem dá um salto.[69]

A irracionalidade também passou para o campo da teologia através dos liberais Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e Albrecht Ritschl (1822-1889), que rejeitavam a ideia da transcendência de Deus. Deus, asseguram eles, é exclusivamente imanente. E, sendo totalmente imanente, Deus é incapaz de falar verdades divinas para o homem. Schleiermacher e Ritschl rejeitavam portanto a teologia revelada e a primazia do intelecto.

Schleiermacher, chamado às vezes de pai do liberalismo, ensinou que a essência da religião não deve ser encontrada no conhecimento, mas na experiência: o "sentimento de dependência absoluta". Para Schleiermacher, Deus é incognoscível para a mente humana. Para encontrar Deus é preciso olhar para dentro e experimentá-lo. Ritschl, por outro lado, afirmou que a essência da verdadeira religião é a ética. Um sistema de verdade proposicional é algo inatingível. O cristianismo precisa reconhecer que todo conhecimento tem a ver com julgamentos de valor, decisões éticas.[70]

Os dois teólogos imanentistas negavam um padrão infalível pelo qual se poderia julgar todas as coisas. Ao rejeitarem a revelação proposicional divina da Sagrada Escritura, eles cortaram a jugular do teísmo cristão. O homem é deixado sem uma base epistêmica. Como alguém sabe o que deve "sentir"? Qual é o padrão de "ética" pelo qual o homem deve viver? Schleiermacher e Ritschl deixam os homens sem respostas. Mas para a mentalidade irracional isso não é um problema. Num antissistema como este, que importa?

No século XX, o teólogo neo-ortodoxo suíço Karl Barth (1886-1968) condenou o imanentismo de Schleiermacher e Ritschl como sendo uma negação da fé cristã. Barth ensinou a transcendência divina de Deus, fazendo uma exclusão da sua imanência. Segundo Barth, Deus é tão transcendente que é "totalmente outro". O teólogo suíço foi longe a ponto de negar não apenas a teologia natural, como também a revelação geral. Deus só pode ser conhecido através da sua autorrevelação.[71]

Mas para Barth, e também para Emil Brunner (1889-1966), a autorrevelação de Deus não pode ser encontrada nas declarações proposicionais da Escritura. Na neo-ortodoxia, a revelação não é proposicional. A revelação é um evento; é um encontro; é algo que acontece. A revelação não é objetiva; é subjetiva.

De acordo com Barth e Brunner, a Bíblia não é a Palavra de Deus no sentido usual da expressão; nem contém a Palavra de Deus. Ao contrário, a Bíblia é um livro cheio de erros. Ela contém erros de fato, de doutrina e de lógica. A Bíblia é meramente um ponteiro para a Palavra, que é Jesus Cristo. Cristo é a única revelação verdadeira de Deus para o homem. A Bíblia, então, aponta para Cristo. E, quando Deus se faz conhecido ao homem através do testemunho bíblico falível, ocorre o "evento de Cristo". A comunicação de verdades só ocorre no encontro divino-humano pessoal.[72]

Lamentavelmente, o irracionalismo afetou bastante a igreja visível. O movimento carismático é apenas um exemplo disso. A primazia do intelecto e da verdade foi substituída pelo emocionalismo, por expressões extáticas, experiências incoerentes e declarações antidoutrinárias (por ex., "me dê Jesus, não exegese"). A fé não tem mais nada a ver com pensamento nem tampouco com lógica. Com demasiada frequência nos deparamos com o que Ronald Nash chamou de "a revolta religiosa contra a lógica".[73] Agostinho havia afirmado que Deus pensa logicamente e que a lógica foi divinamente ordenada para merecer confiança e ser usada pelo homem, como portador da imagem de Deus, mas muito do alegado "evangelicalismo" dos dias modernos faz objeção a isso. A lógica não é confiável. Cornelius Van Til (1895-1987) é um exemplo desse tipo de pensador. Van Til defendia que não há nenhum ponto no qual a lógica e o conhecimento do homem são iguais à lógica e ao conhecimento de Deus. Devido a essa falta de um ponto de contato, devem existir paradoxos lógicos na Escritura.[74] Van Til foi longe a ponto de dizer que "todo ensino das Escrituras é aparentemente

contraditório”.[75] O pensamento irracional de Van Til abriu a porta para todo tipo de erros teológicos e filosóficos em círculos supostamente reformados.[76]

Donald Bloesch é um teólogo contemporâneo que tentou encontrar um meio-termo entre a neo-ortodoxia, por um lado, e a ortodoxia “de direita”, por outro. Ele afirma ter uma visão muito elevada da Escritura. Denuncia o liberalismo, por exemplo, e recomenda uma teologia de credo baseada na Escritura Sagrada. Insiste na primazia da Escritura sobre “as experiências religiosas” e nega que os apócrifos e a tradição eclesiástica estejam em pé de igualdade com a Bíblia. Mas, muito embora Bloesch tente se retirar do campo neo-ortodoxo, seus escritos revelam o contrário. A sombra de Karl Barth paira em grande medida sobre as páginas de suas obras. E um dos pontos no qual ele está de acordo com Barth é a rejeição da confiabilidade da lógica. Por exemplo, Bloesch prontamente discorda da crença de que a lógica humana é idêntica à lógica divina, isto é, que Deus pensa o silogismo BARBARA.[77] Dr. Bloesch diz que jamais devemos igualar as duas. Ele abertamente adverte contra “reduzir a mensagem da fé a axiomas da lógica”.[78]

Gordon Clark corrigiu esse erro ao escrever:

> Para evitar-se tal irracionalismo… temos de insistir a verdade é a mesma tanto para Deus como para o homem. É natural a possibilidade de não conhecermos a verdade a respeito de algumas questões, mas o mínimo que soubermos tem de ser idêntico àquilo que Deus sabe. Deus conhece toda a verdade, e se não soubermos conforme Deus sabe, nossas ideias não são verdadeiras. É, portanto, absolutamente essencial insistir que há uma área de coincidência entre a mente de Deus e a nossa.[79]

Dr. Clark não estava negando que há uma diferença entre os graus de conhecimento de Deus e do homem. Deus sempre conhece mais proposições do que o homem. O que o dr. Clark afirma é que existe um ponto no qual o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem são idênticos. Deve existir um ponto no qual a mente do homem coincide com a mente de Deus. Sem isso, o homem jamais poderia conhecer nenhuma verdade.

A lacuna de Hume reaparece na filosofia de Herman Dooyeweerd (1894-1977) e de vários seus seguidores (o grupo de filosofia de Amsterdam). Esses filósofos enfatizam a transcendência de Deus a ponto de

erguer uma “fronteira” entre Deus e o homem. As leis da lógica são válidas apenas no lado humano da fronteira.[80] Se houvesse uma tal fronteira dooyeweerdiana, é claro, Deus jamais poderia revelar nada a suas criaturas e o homem jamais poderia saber nada sobre Deus, incluindo a ideia da fronteira. Dooyeweerd influenciou bastante Van Til e, por meio de Van Til, seus muitos discípulos.

Outro teólogo contemporâneo do irracionalismo é John Frame, outrora membro do Seminário Westminster, agora do Seminário Reformado em Orlando, Flórida. O professor Frame quer nos fazer crer que “a Escritura, pelas boas razões de Deus, é muitas vezes vaga”. Portanto, escreveu Frame, “não há como escapar da imprecisão na teologia”. Segue ele:

> A Escritura não exige uma precisão absoluta de nós, uma precisão impossível para as criaturas… Na verdade, a Escritura reconhece que, para fins de comunicação, a imprecisão é geralmente preferível à precisão… A teologia também não é uma tentativa de afirmar a verdade sem qualquer influência subjetiva na formulação. Essa “objetividade”, como “precisão absoluta”, é impossível e não seria desejável se pudesse ser alcançada.[81]

Uma teologia aparentemente clara e precisa é uma perspectiva que o “Perspectivismo” do professor Frame não pode acomodar. Mas é verdade que “a Escritura, pelas boas razões de Deus, é muitas vezes vaga”? Não de acordo com a ortodoxia reformada, que defende a perspicuidade ou clareza da Escritura. A *Confissão de fé de Westminster* diz o seguinte:

> Nas Escrituras não são todas as coisas em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em uma ou outra passagem das Escrituras são tão claramente expostas e aplicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios comuns, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

Nem todas as coisas nas Escrituras são do mesmo modo evidentes a todos, diz a CFW, mas ela nunca afirma que são coisas vagas, imprecisas ou confusas. Ela diz que diferentes leitores ficarão intrigados com algumas coisas que outros leitores acharão claras. O problema está no nosso entendimento, não nas Escrituras.

Imprecisão na teologia, que é o que Frame está defendendo, não é algo a ser aplaudido. A obscuridade não é uma virtude. Deus não é de confusão (1Co 14.33). Ele não nos fala em declarações vagas, ilógicas e paradoxais, como afirma a escola vantiliana. Ele se revela a nós em declarações racionais e proposicionais que podem ser entendidas. A Bíblia é uma revelação divina que Deus quer que entendamos. Obviamente, se ela não pode ser entendida, se não podemos entendê-la, ela não é uma revelação. Mas escreve Davi: "o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos" (Sl 19.8). João escreve: "Sabemos também que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento, para que conheçamos aquele que é o Verdadeiro" (1Jo 5.20, NVI). O salmista sabe mais que seus mestres, mais que os antigos, porque conhece a Palavra de Deus (Sl 119.99-100). O Deus triúno da Escritura é um Deus da verdade: Pai (Sl 31.5), Filho (Jo 14.6) e Espírito Santo (1Jo 5.6). A Bíblia se refere a Cristo como a lógica, sabedoria e razão encarnada (Jo 1.1; 1Co 1.24, 30; Cl 2.3). Lógica é o modo como Deus pensa, e as leis da lógica são princípios eternos. Como o homem é portador da imagem de Deus, essas leis fazem parte do homem. Deve existir, então, um ponto de contato entre a lógica (e o conhecimento) de Deus e do homem.

Carl Henry escreveu:

> A insistência de que há um abismo lógico entre as concepções humanas e Deus, como objeto de conhecimento religioso, corrói o conhecimento e não pode escapar de uma redução ao ceticismo. Não se pode apelar à onipotência ou graça de Deus para compensar a deficiência lógica de conceitos que por definição são inadequados para a verdade de Deus. E tampouco ajuda apelar a uma reestruturação da lógica em benefício do conhecimento de Deus. Quem quer que apele a uma lógica superior deve preservar as leis da lógica existentes para evitar a defesa do que é um absurdo ilógico.[82]

Minha exortação é por um retorno à racionalidade cristã de Agostinho, Calvino, Clark e do melhor dos puritanos. Esse sistema não exalta a mente humana como se ela fosse autônoma; ao contrário, afirma a revelação bíblica como axiomática. A revelação divina da Escritura Sagrada é uma revelação racional. É internamente autoconsistente. Ela não é contraditória nem paradoxal. A racionalidade cristã raciocina a partir da revelação, não para ela ou à parte dela. A fé cristã é intelectualmente

defensável. De fato, como afirma John Robbins, “é o único sistema intelectualmente defensável de pensamento”,[83] pois o Deus da Escritura “[tornou louca] a sabedoria do mundo” (1Co 1.20).

8. A importância de estudar lógica

John W. Robbins

Se você pensa em ler um livro ou fazer um curso de lógica,[84] precisa de razões para fazê-lo. Por que estudar lógica? O que a lógica pode nos ensinar que a química ou a história não possam? Pode a lógica nos ensinar alguma coisa, ou seriam os mistérios da vida mais profundos que a lógica? Se você pretende estudar lógica só porque seu programa de estudo o exige, outra questão imediatamente surge: por que o currículo exige um curso de lógica? Por que alguém acharia a lógica importante o bastante para fazer dela um curso obrigatório?

Há perguntas que merecem uma resposta, mas a resposta pode não ser exatamente o que você esperaria. Como muitas pessoas desprezam a lógica, será necessário entender a relação entre a lógica e a moralidade, por exemplo. Afinal, muitas pessoas acham que não devemos estudar lógica. "A vida é mais profunda do que a lógica", dizem. "A vida é verde, mas a lógica é cinzenta e sem vida". Os poetas dizem que "matamos para dissecar". Muitos acreditam que seria melhor gastar o tempo com oração, protesto ou pregação. Ou, se têm uma mentalidade naturalista, podem sugerir a contemplação do umbigo, do pôr-do-sol ou a realização de experimentos em laboratório. Por que então estudar lógica? Talvez, se entendêssemos o que é lógica, poderíamos responder melhor a pergunta.

Que é lógica?

Na escola primária, você estudou coisas como leitura, escrita e aritmética. Esses assuntos são corretamente considerados básicos para toda a educação posterior: não se pode estudar história, botânica ou computadores sem ser capaz de ler. A leitura, a escrita e a aritmética são as coisas básicas, as ferramentas que permitem à pessoa avançar nos estudos e também dirigir, fazer compras e obter um emprego.

Mas pode haver algo mais básico do que essas três coisas básicas? Algo tão óbvio que a maioria das pessoas não vê nem muito menos estuda? O que há em comum entre o cálculo, a leitura e a escrita? A resposta, é claro, é o pensamento. Para poder ler e escrever, é preciso pensar. O pensamento, como tudo o mais, deve seguir certas regras se quisermos pensar corretamente. Às vezes cometemos erros no pensamento. Pulamos para conclusões; fazemos suposições injustificadas; generalizamos. Há uma disciplina que cataloga esses erros, aponta-os para que possamos reconhecê-los no futuro e em seguida explica as regras para se evitar os erros. Essa disciplina é a lógica.

O lugar da lógica

Lógica não é psicologia. Ela não descreve o que as pessoas pensam sobre as conclusões ou como chegam a elas, mas descreve como elas devem pensar se desejam raciocinar corretamente. Ela é mais parecida com a aritmética do que com história, pois explica as regras que se deve seguir para chegar a conclusões corretas, da mesma forma que a aritmética explica as regras que se deve seguir para chegar a respostas corretas.

A lógica diz respeito a todo pensamento; é fundamental para todas as disciplinas, da agricultura à astronáutica. Não existem vários tipos de lógica — uma para a filosofia e outra para a religião; as mesmas regras de pensamento que se aplicam à política, por exemplo, também se aplicam à química. Algumas pessoas tentam negar que a lógica se aplica a todas as disciplinas porque querem reservar algum campo especial — a teologia e a economia, para citar dois exemplos históricos — como um santuário para argumentos ilógicos. O que resulta é o chamado polilogismo — muitas lógicas —, que é na verdade uma negação da lógica.

Mas para dizer que existem muitos tipos diferentes de lógica é preciso usar as regras da lógica existente. Que aqueles que dizem existir outro tipo de lógica expressem então suas opiniões usando essa outra lógica. É como se alguém afirmasse existir dois (ou mais) tipos de aritmética — a aritmética em que 2 + 2 é igual a 4 e uma segunda aritmética em que 2 + 2 é igual a 22. Quem quer que deprecie ou menospreze a lógica deve usar a lógica no seu ataque, minando assim seu próprio argumento. Talvez isso seja melhor visto se discutirmos especificamente uma das leis da lógica.

As leis da lógica

A primeira lei da lógica é chamada de lei da contradição, mas recentemente algumas pessoas começaram a chamá-la de lei da não contradição — as duas frases se referem à mesma lei. Aristóteles expressou a lei nestas palavras: “O mesmo atributo não pode ao mesmo tempo pertencer e não pertencer ao mesmo assunto no mesmo sentido”. A lei é expressa simbolicamente como “Não ao mesmo tempo A e não A”. Uma folha de bordo pode ser verde e não verde (amarela), mas não pode ser verde e amarela ao mesmo tempo e no mesmo sentido — ela é verde no verão, amarela no outono. Se é verde e amarela ao mesmo tempo, não pode ser verde e amarela no mesmo sentido; uma parte, por menor que seja, será verde e outra amarela. A condição de ser verde e não ser verde não pode, ao mesmo tempo e no mesmo sentido, pertencer a uma folha de bordo

Outro exemplo: uma linha pode ser curvada e reta, mas não no mesmo sentido. Uma porção dela pode ser curvada, outra porção reta; mas a mesma porção não pode ser tanto curvada quanto reta.

A lei da contradição significa mais uma coisa. Significa que cada palavra na frase “A linha é reta” tem um significado específico. “A” não significa “alguma”, “toda” ou “nenhuma”. “Linha” não significa “cachorro”, “dente-de-leão” ou “rosquinha”. “É” não significa “não é”. “Reta” não significa “branco” ou qualquer outra coisa. Cada palavra tem um significado definido. Para ter um significado definido, uma palavra deve não apenas significar algo, mas também não significar algo. “Linha” significa “linha”, mas também não significa “não linha” — ou “cachorro”, “pôr-do-sol” ou “Jerusalém”.

Se “linha” significasse tudo, não significaria nada; e ninguém, incluindo você, teria a menor ideia do que quer dizer ao falar a palavra “linha”. A lei da contradição significa que cada palavra, para ter um significado, também não deve significar alguma coisa.

Lógica e moralidade

O que essa lei e o resto da lógica têm a ver com a moralidade? Simplesmente isto: quando a Bíblia diz “Não cobiçarás”, cada palavra tem um significado específico. Atacar a lógica significa atacar a moralidade. Se a lógica é desprezada, desaparecem também as distinções entre certo e errado, bem e mal, justo e injusto, misericordioso e cruel. Sem a lógica, as palavras de Deus “Não matarás” realmente significam “Matarás todos os dias” ou “Stálin era o príncipe de Gales”. A rejeição da lógica significa o fim da moralidade, pois a moralidade e a ética dependem da compreensão. Sem entendimento não pode haver moralidade. Para poder obedecer aos Dez Mandamentos é preciso primeiro compreendê-los. Se a lógica é irrelevante ou irreligiosa, o comportamento moral é impossível e a religião “prática” daqueles que menosprezam a lógica não pode ser praticada.

Algo ainda pior, se é que algo pode ser pior, resulta da rejeição da lógica. Se a lógica não governa todo pensamento e toda expressão, não se pode distinguir o verdadeiro do falso. Se alguém rejeita a lógica, então quando a Bíblia diz que Jesus padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, essas palavras na verdade significam que Jesus não padeceu, não foi crucificado, não morreu, não foi sepultado e não ressuscitou ao terceiro dia — e que Átila, o Huno, gostava de bolo de chocolate e jogava golfe. As distinções entre verdadeiro e falso, certo e errado, desaparecem, pois à parte do uso da lei da contradição não se pode fazer distinções.

A rejeição da lógica se tornou muito popular no século XX. Em matéria de moralidade, frequentemente se ouve que “Não há pretos e brancos, somente tons de cinza”. O que isso significa é que não existe bem ou mal; todas as ações e alternativas são misturas de bem e mal. Se uma pessoa abandona a lógica, como muitas pessoas neste século têm feito, ela não pode distinguir o bem do mal — e tudo é permitido. Os resultados dessa rejeição da lógica — assassinatos em massa, guerras, fome causada pelo governo, abortos, abuso infantil, destruição da família, crimes de toda espécie — estão à nossa volta. A rejeição da lógica tem levado — e deve levar — ao abandono da moralidade.

Em matéria de conhecimento, diz-se que a verdade é relativa; o que é “verdade” para você pode não ser “verdade” para mim. Assim, 2 + 2 pode ser

igual a 4 para você, mas 6,7 para mim. Se a lógica é abandonada, este também é um resultado. O cristianismo é "verdadeiro" para alguns — e o budismo, "verdadeiro" para outros. Um resultado disso tem sido uma crescente antipatia pelo cristianismo, que afirma que todos os homens, e não alguns, são pecadores, e que só existe um caminho para Deus, através da crença em Cristo. A verdade absoluta — que é na verdade uma frase redundante — foi substituída pela verdade relativa, que é na verdade uma contradição em termos (como um círculo quadrado). Mas, uma vez que a lógica se foi, a verdade também se foi.

O uso da lógica não é opcional. A lógica é tão fundamental, tão básica, que aqueles que a atacam devem usar a lógica para atacar a lógica. Eles pretendem que as palavras "A lógica é inválida" tenham significados específicos. Os oponentes da lógica devem usar a lei da contradição para condenar a lógica. Devem assumir sua legitimidade para declará-la ilegítima. Devem assumir sua veracidade para declará-la falsa. Devem apresentar argumentos se querem nos persuadir de que a argumentação é algo inválido. Para onde quer que se voltem, estão encurralados. Eles não podem atacar o objeto de seu ódio sem usar o objeto no ataque. Estão na posição do soldado romano que prendeu Cristo, mas não percebem, assim como o soldado, que sua posição e ação dependem das regras que eles rejeitaram. Eles devem usar as regras da lógica para menosprezar a lógica; o soldado precisou ser curado por Cristo para poder prosseguir com a prisão.

A Bíblia e a lógica

No primeiro capítulo do Evangelho de João, o apóstolo escreveu: “No princípio era o *Logos*, e o *Logos* estava com Deus, e o *Logos* era Deus”. A palavra grega *Logos* é geralmente traduzida como “Palavra”,[85] mas é melhor traduzida como “Sabedoria” ou “Lógica”. Nossa palavra em português “lógica” vem da palavra grega *logos*. João estava chamando Cristo de a Sabedoria ou Lógica de Deus. No versículo 9, referindo-se novamente a Cristo, ele diz que Cristo é “a verdadeira luz” que ilumina todo homem. Cristo, a Lógica de Deus, ilumina todo homem. A rigor, não há nenhuma “mera lógica humana” em contraste com uma lógica divina, como alguns gostariam de acreditar. A Lógica de Deus ilumina todo homem; a lógica humana é a imagem de Deus. Deus e o homem pensam da mesma maneira — não exatamente os mesmos pensamentos, já que o homem é pecador e Deus é santo; mas no pensamento de Deus e do homem, 2 + 2 é igual a 4 e A não pode ser não A. Tanto Deus quanto os cristãos pensam que somente a morte substitutiva de Cristo pode merecer a entrada de um pecador no Céu. As leis da lógica são o modo de pensar de Deus. Ele não comete erros, não tira conclusões injustificadas, não constrói argumentos inválidos. Mas conosco se dá o contrário, e essa é uma das razões por que somos ordenados pelo apóstolo Paulo a levar cativo todo pensamento à obediência de Cristo. Devemos pensar como Cristo — logicamente.

Por que estudar lógica?

Voltando à primeira pergunta, “Por que estudar lógica?”, nossa primeira resposta deve ser que somos ordenados a isso pela Escritura. Se não aprendermos a pensar corretamente, teremos um entendimento errado da Escritura. Pedro adverte contra aqueles que distorcem a Escritura para a sua própria destruição. Um estudo da lógica nos ajudará a evitar que distorcemos a Escritura e que tentemos fazê-la dizer o que ela não diz. A CFW, escrita na Inglaterra em 1648, diz que todas as coisas necessárias para a nossa fé e vida ou são expressamente declaradas na Escritura, ou podem ser lógica e claramente dela deduzidas. Somente através de um estudo da lógica é que poderemos distinguir uma dedução válida de uma dedução inválida.

A lógica é indispensável não somente na leitura da Bíblia, mas também na história, botânica ou programas de computador. É aplicável a todos os pensamentos, e é possível encontrar argumentos equivocados em todos os assuntos. O estudo da lógica nos ajudará a entender melhor todos os demais assuntos, não apenas a teologia. Portanto, como disse Deus através do profeta Isaías, “Vinde, pois, e arrazoemos”.

9. Uma visão bíblica da ciência

W. Gary Crampton

Muitos não cristãos, e também uma grande quantidade de cristãos, têm a opinião de que a ciência (isto é, as ciências físicas ou naturais) é um corpo crescente de verdades sobre o universo. O progresso da ciência, seus triunfos tecnológicos, como nos dizem, demonstram a verdade da ciência. Ela é aparentemente inatacável. Afinal, ela funciona, não? E não é o sucesso a medida da verdade?

Sendo assim, continua o argumento, quando a Bíblia e a ciência parecem estar em desacordo, devemos reinterpretar a Bíblia. Por exemplo, como a ciência diz (e o Papa concorda) que (algum tipo de) evolução é um fato e não apenas uma teoria, precisamos dar uma nova olhada em Gênesis 1. Não podemos mais afirmar com o *Breve catecismo de Westminster* que "A obra da criação é aquela pela qual Deus fez todas as coisas do nada, pela palavra do seu poder, no espaço de seis dias, e tudo muito bem" (P. 9). O criacionismo de seis dias precisa ser reexaminado; estamos seguros de que ele é uma visão obscurantista das coisas.

Em alguns círculos, falar contra esse tipo de pensamento científico é quase uma blasfêmia, porque para muitos a ciência é o deus desta era. Mas é isto que o artigo pretende fazer — blasfemar contra o deus da ciência. A ciência, como se verá, não é o principal revelador da verdade. Na realidade, a ciência não é capaz de revelar nenhuma verdade.

Qual então é a visão bíblica da ciência? A ciência nos capacita a cumprir o mandato de Gênesis 1.28: "E Deus os abençoou [Adão e Eva] e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra". A ciência nos dá instruções para fazer ou "operar" as coisas neste mundo. Ela não explica como as leis da natureza funcionam nem define ou descreve as coisas com precisão. A ciência não descobre a verdade; ela é um método para dominar e utilizar a natureza; é meramente uma disciplina prática que nos ajuda a viver no e a subjugar o universo de Deus.

Por mais estranho que possa parecer ao leitor que a ciência nunca nos dá a verdade, é exatamente essa a crença defendida pelos principais cientistas e filósofos.[86] Albert Einstein, por exemplo, falando de nosso conhecimento do universo, disse: “Não sabemos nada, de fato, sobre isso tudo… a natureza real das coisas, esta nós jamais saberemos, jamais”. O filósofo britânico Karl Popper escreveu: “Nós sabemos que nossas teorias científicas permanecem sempre como hipóteses… Na ciência não existe “*conhecimento*” no sentido em que Platão e Aristóteles entendiam a palavra, no sentido que implica finalidade; na ciência jamais temos razões suficientes para crer que obtivemos a verdade”. E seguiu dizendo: “Pode ser mesmo mostrado que todas as teorias [científicas], incluindo as melhores, têm a mesma probabilidade, a saber, zero”. Assim também, Bertrand Russell, que será citado abaixo, afirmou que todas as leis científicas são baseadas em argumentos falaciosos. E o filósofo Paul Feyerabend, em seu livro *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*, escreveu:

> Análise mais profunda mostra que a ciência não conhece "fatos nus", pois os fatos de que tomamos conhecimento já são vistos sob certo ângulo, sendo, em consequência, essencialmente ideativos. Se assim é, a história da ciência será tão complexa, caótica, permeada de enganos e diversificada quanto o sejam as ideias que encerra; e essas ideias, por sua vez, serão tão [complexas] caóticas, permeadas de enganos e diversificadas quanto as mentes dos que as inventaram.[87]

John Robbins chama a atenção para pelo menos cinco dificuldades lógicas que existem na ciência, isto é, cinco razões por que a ciência jamais pode nos dar a verdade.[88]

1. A observação não é confiável. Os cientistas não realizam um experimento apenas uma vez. Os experimentos são sempre repetidos, e os resultados quase sempre diferem entre si de alguma forma. Por quê? Porque os sentidos tendem a nos enganar; eles não são confiáveis. Assim, inúmeras leituras são feitas na tentativa de se resguardar de observações imprecisas. Tanto é assim na ciência que os testes com resultados não repetíveis nunca são levados a sério. Mas se a observação não é confiável, se os sentidos são tão facilmente enganados, se os resultados frequentemente diferem entre si, por que alguém deveria acreditar que descobriu a verdade pela observação?

2. Todos os experimentos científicos cometem a falácia da afirmação do consequente. Em forma silogística, isso é expresso como: “Se p, então q. q, portanto p”. Bertrand Russell, que certamente não era amigo do cristianismo, declarou:

> Todos os argumentos indutivos se reduzem em último caso à seguinte forma: “Se isto é verdade, aquilo é verdade: ora, aquilo é verdade, portanto isto é verdade”. Esse argumento, claro, é formalmente falacioso. Suponha que eu dissesse: “Se pão é uma pedra e pedras são nutritivas, este pão me alimentará; ora, este pão me alimenta; portanto é uma pedra e pedras são nutritivas”. Se eu defendesse um argumento como esse, certamente seria chamado de tolo, mas ele não seria fundamentalmente diferente do argumento no qual todas as leis científicas estão baseadas.

No laboratório, os cientistas trabalham com uma hipótese. No caso, a hipótese é “Se pão é uma pedra e pedras são nutritivas, este pão me alimentará”. O cientista então tenta deduzir os resultados previstos que devem ocorrer se a hipótese for verdadeira, como “este pão me alimenta”. Ele realiza um experimento para testar a hipótese e verificar se os resultados previstos ocorrem. Assim, senta-se à mesa, come o pão e, maravilha das maravilhas, o pão o alimenta. A hipótese, conclui ele, é confirmada. “Este pão é uma pedra e pedras são nutritivas”. Ingênuo, você dirá? Sim! Mas, como afirmou Russell, isso não é “fundamentalmente diferente do argumento no qual todas as leis científicas estão baseadas”. Ou seja, todas as leis científicas estão baseadas em argumentos falaciosos.

3. A ciência comete a falácia da indução. Indução é a tentativa de derivar uma lei geral de casos particulares. A ciência é necessariamente indutiva. Por exemplo, se um cientista está estudando corvos, pode observar 999 corvos e descobrir que todos são pretos. Mas é ele capaz de afirmar que todos os corvos são pretos? Não; o corvo que ele observasse a seguir poderia ser albino. Uma pessoa jamais pode observar todos os corvos — do passado, do presente e do futuro. Proposições universais jamais podem ser obtidas validamente pela observação. Portanto, a ciência jamais pode nos dar afirmações verdadeiras.

4. As equações são sempre escolhidas, nunca descobertas. No laboratório o cientista busca determinar o ponto de ebulição da água. Como a água quase nunca ferve à mesma temperatura, o cientista realiza uma série de

testes, e os resultados ligeiramente diferentes são anotados. Ele deve então calcular seu valor médio. Mas que tipo de cálculo ele usa: média, moda ou mediana? Ele deve escolher; e qualquer que seja a sua escolha de valor médio, é uma escolha pessoal; não é algo ditado pelos dados. Assim também, o valor médio que ele escolhe é apenas isto, um valor médio, não o dado real produzido pelo experimento. Uma vez obtido o valor médio dos resultados dos testes, o cientista irá calcular a variável de erro em suas leituras. Ele provavelmente irá marcar os pontos ou áreas de dados num gráfico. Desenhará então uma curva pelos pontos ou áreas de dados resultantes no gráfico. Mas quantas curvas, cada uma descrevendo uma equação diferente, são possíveis? Um número infinito de curvas é possível. Mas o cientista desenha somente uma. Qual é a probabilidade de que o cientista escolha a curva correta dentre um número infinito de possibilidades? A chance é uma no infinito — isto é, zero. Portanto, todas as leis científicas são falsas. Elas não podem ser verdadeiras. A declaração de Karl Popper, como citada acima, é correta: “Pode ser mesmo mostrado que todas as teorias, incluindo as melhores, têm a mesma probabilidade, a saber, zero”.

5. Todas as leis científicas descrevem situações ideais. Como disse Clark, “Na melhor das hipóteses, a lei científica é uma construção em vez de uma descoberta; e a construção depende de fatores jamais vistos sob o microscópio, jamais pesados numa balança e jamais manuseados ou manipulados”.[89] Como exemplo, Clark usa a lei do pêndulo. A lei do pêndulo afirma que o período de oscilação é proporcional à raiz quadrada do comprimento. Se, no entanto, o peso do disco estiver desigualmente deslocado do seu centro, a lei não será válida. A lei assume que o disco é homogêneo, que o peso está distribuído simetricamente em todos os eixos ou, mais tecnicamente, que a massa está concentrada num ponto. Esse disco não existe, e portanto a lei não é uma descrição precisa de nenhum pêndulo tangível. Em segundo lugar, a lei assume que o pêndulo oscila por uma corda sem tensão. Não existe uma corda como essa, de modo que a lei científica não descreve nenhum pêndulo real. E, em terceiro, a lei só poderia ser verdadeira se o pêndulo oscilasse num eixo sem atrito. Não existe tal eixo. Segue-se, portanto, que nenhum pêndulo visível está de acordo com a fórmula matemática e que a fórmula não é uma descrição de nenhum pêndulo existente.

A partir de nosso estudo dessas cinco dificuldades lógicas, pode-se

facilmente ver que a ciência não é capaz de nos dar nenhuma verdade. E se o método científico é um tecido de falácias lógicas, por que os cristãos deveriam argumentar pela defesa da verdade partindo da ciência? De forma bastante simples: eles não deveriam. A ciência é útil para realizar seu propósito, qual seja, subjugar a Terra. Mas é para isso que ela serve, e nada mais.

Surge a pergunta: “Se a ciência nunca nos dá a verdade, como ela pode ser tão bem-sucedida?”. Tudo depende de como se define sucesso. Somos agora capazes de colocar um homem na Lua; também somos capazes de destruir nosso próximo com um simples apertar de botão. Seriam essas medidas de sucesso? As teorias científicas estão sempre mudando (enquanto a verdade é eterna). Seria a mudança constante uma medida de sucesso?

A ciência é bem-sucedida quando se entende o seu propósito e quando se entende que teorias falsas às vezes funcionam. A ciência newtoniana, por exemplo, funcionou por anos. Ela foi substituída pela teoria de Einstein. Mas, embora acreditasse ser ela uma aproximação melhor da verdade do que a teoria de Newton, Einstein declarou que sua própria teoria era falsa.

A ciência tem seu lugar na filosofia cristã, um lugar importante. Mas a ciência jamais deve ser vista como um meio de aprender a verdade. A verdade só é encontrada nas Escrituras; a Bíblia tem um monopólio da verdade. Devemos acreditar na Palavra de Deus e não nos experimentos dos homens. Como disse Robbins: “A ciência é falsa e sempre deve ser falsa. A Escritura é verdadeira e sempre deve ser verdadeira. A questão é tão clara e simples como isso”.

10. Uma filosofia cristã de educação

Gordon H. Clark

Por longos períodos de tempo a história humana se move placidamente, perturbada somente por distúrbios menores. Então, num curto espaço de anos, tudo parece acontecer ao mesmo tempo. Uma tempestade acomete a raça, rompendo todas as fontes do abismo profundo; e quando as águas acalmam, o curso da história se acha definido para a época seguinte. O século XVI foi uma dessas épocas de tempestade. Henrique VIII, Martinho Lutero, João Calvino, Francisco I, Inácio de Loyola, Caraffa e — um pouco mais tarde — Filipe II, a Rainha Elizabeth, Henrique IV, o Duque de Alba e John Knox, todos eles viveram no século XV. Nesse período ficou estabelecido que a Alemanha deveria ser luterana, a Escócia presbiteriana, a Inglaterra episcopal; e pelo assassinato a Inquisição determinou que a Itália e a Espanha haveriam de permanecer romanistas; o assassinato em massa de cerca de 75 mil calvinistas na noite de São Bartolomeu em 1572 tornou a França metade romanista e metade pagã. Esses resultados perduram por 400 anos.

O século XVI não apenas testemunhou a Reforma, mas também viu na renascença o nascimento da mentalidade científica moderna. Embora as invenções e aplicações científicas detalhadas tenham se multiplicado nos anos mais recentes, a cosmovisão científica geral — baseada na aplicação da matemática aos problemas da física — foi estabelecida para os séculos vindouros, antes mesmo de Descartes ter nascido.

O século XX se esforça para rivalizar com o século XVI. Duas guerras mundiais já ocorreram e, com a ameaça constante de uma terceira, este será verdadeiramente um século de convulsão. Hitler quis definir o rumo da história pelos próximos mil anos. Poderia bem ter sido ajudado, é claro, por Roosevelt, Churchill e Stalin. O século XX, até o momento, não mostra indicativos de cataclismos religiosos iminentes. Suas mudanças, portanto, podem fazer um paralelo mais próximo com a revolução social e educacional da renascença, ou mais provavelmente com o colapso do Império Romano,

do que com a vivificação espiritual da Reforma. De tudo o que se pode agora depreender, o humanismo e o ódio comunista ao cristianismo serão a filosofia predominante da era por vir.

Apesar da situação política que faz as manchetes dos jornais atraírem a atenção popular, o uso que os ditadores têm feito dos meios de educação mostra claramente que o papel das escolas e universidades é do mais profundo significado. Para o bem ou para o mal, a política educacional na nova sociedade será um fator elementar.

A necessidade de uma cosmovisão

É verdade que nossos homens mais bem treinados podem inventar rádios e radares; é verdade que podem reduzir a mortalidade por febre tifoide e a mortalidade infantil — mais poder para eles; é verdade que podem produzir submarinos maiores e explosivos melhores; mas deveria ser tão visível quanto um clarão e tão enfático quanto uma bomba quem é que usa tais coisas para aquilo que é tremendamente mais importante do que a sua invenção. De fato, o impacto de Pearl Harbor, da Coreia e do Vietnã deveriam ter atraído o foco da atenção educacional para essa questão elementar. Os telefones se multiplicam, mas seus fios podem levar ordens para massacrar judeus e cristãos; o rádio e a televisão serão bastante desenvolvidos, mas podem ser usados para a propaganda totalitária; e os jovens que não morreram de febre tifoide podem se tornar excelentes agentes da KGB. Toda ajuda mecânica pela qual alguns julgam uma sociedade ser boa pode ser usada por burocratas ou ditadores para tornarem sua sociedade ruim.

De que forma o povo dos Estados Unidos pode se tornar competente para julgar e, portanto, resistir à enxurrada de propaganda? A torrente chegou. *Time*, *Newsweek* e os noticiários de televisão deveriam ser mídias de notícias. São, na verdade, estabelecimentos de propaganda. Por exemplo, na sexta-feira de 15 de agosto de 1969, Chet Huntley encerrou seu noticiário com uma acusação cruel contra os protestantes. Não era uma divulgação de notícia. Era uma simples injúria. Ele esteve a ponto de dizer que os católicos-romanos do Eire deveriam invadir Ulster e massacrar os protestantes. E, é claro, o noticiário é tendencioso também. Quão tendenciosa já deve ser a população para se permitir uma interpretação como essa na televisão? Se há alguma forma de educação que prepara as pessoas para detectar notícias tendenciosas e impedir assim um clima social onde a propaganda de ódio seja aceita, não é a forma atual de educação norte-americana. Ela tampouco é um treinamento técnico restrito que produz ignorantes especializados. Não estamos com isso menosprezando a engenharia e muito menos nos opondo à física e à química. Mas algo adicional, algo mais importante, é necessário. O que é?

Há somente uma filosofia que pode realmente unificar a educação e a vida. Essa filosofia é a filosofia do teísmo cristão. O que é necessário é um sistema educacional baseado na soberania de Deus, pois neste sistema se dará

o devido lugar, nem muito alto nem muito baixo, para o homem e a química. Neste sistema haverá um fim principal do homem, fim esse que irá unificar e servir como critério para todas as atividades dele. O que é necessário, portanto, é uma filosofia que esteja em consonância com o maior credo da cristandade, a *Confissão de fé de Westminster*. Neste sistema, Deus, assim como o homem, terão o seu devido lugar. Isso por si só já tornará a educação bem-sucedida; pois a desintegração social, moral, política e econômica de uma civilização não passa de um sintoma e resultado de um colapso religioso. As abominações das guerras, da pestilência e do colapso econômico são punições pelo crime — ou melhor, pecado — de se esquecer Deus.

O mito da neutralidade

Não existe um terreno neutro entre a proposição de que Deus criou o mundo do nada e a proposição de que o universo é uma entidade eterna autoexistente. Mas, embora os discordantes possam reconhecer que há aqui uma incompatibilidade filosófica, eles podem ao mesmo tempo alegar que a filosofia é algo tão distante da prática de ensinar crianças que qualquer preocupação com a influência antirreligiosa é algo puramente acadêmico. Até mesmo o otimismo ou pessimismo do professor não afeta o conteúdo da aritmética. Filosoficamente a neutralidade é impossível, admitem eles; mas educacionalmente a neutralidade é um fato.

Essa parece ser a opinião corrente sobre as decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos que proíbem a oração e a leitura da Bíblia na educação pública. A oração é definitivamente uma atividade religiosa, e o Estado não deve apoiar nenhum tipo de religião. Que a aritmética seja ensinada e a religião ignorada. Agora, há pelo menos um ponto positivo na decisão da Corte. O caso teve origem num sistema escolar cujos funcionários haviam escrito uma oração e exigido que os professores fizessem a oração. Os funcionários da escola haviam suposto que sua oração era inócua e satisfazia todas as religiões que davam abertura à oração. Era uma oração “não sectária”. Desde a decisão, foram propostas várias emendas à Constituição que permitiriam a oração não sectária. Presumivelmente, isso significaria uma oração composta pelo conselho escolar e imposta por ela aos professores. Na medida em que era e é este o caso, o cristão deve ver a decisão da Corte favoravelmente. Porque, em primeiro lugar, ela força a professora a fazer uma oração com a qual discorda, ou porque é irreligiosa e

não quer de fato orar — e a obediência faria dela uma hipócrita —, ou porque é religiosa e entende que essa oração não sectária não é neutra, mas anticristã.

A razão por que essas orações não sectárias são anticristãs pode ser mostrada de forma muito clara. A Bíblia ensina que toda oração a Deus deve estar baseada nos méritos de Jesus Cristo. Ninguém pode vir ao Pai senão por Cristo. Não há nenhum outro nome pelo qual possamos ser salvos. Portanto, orar sem incluir Cristo na oração é uma ofensa a Deus. É muito melhor não ter nenhuma oração na escola do que uma oração não sectária. O próprio uso da palavra "sectário" ou "não sectário" já é uma ofensa e insulto. "Seita" sempre teve um sentido pejorativo, e estigmatizar uma oração cristã como sectária não é um exercício de neutralidade.

Pode parecer então que a Suprema Corte manteve uma neutralidade ao proibir a oração nas escolas e que somente aqueles que querem oração são anticristãos. Certamente, também, quem não quer oração é anticristão; e foi uma façanha a Corte conseguir satisfazer cristãos devotos e ateus ruidosos pela mesma decisão. Mas se a decisão e seus resultados podem satisfazer o cristão e se as escolas são neutras — agora que os teólogos do conselho escolar não podem mais impor suas orações —, isso é algo que requer um pouco mais de discussão.

Que a neutralidade é impossível é algo que se torna cada vez mais claro à medida que mais se compreende o sistema do teísmo cristão. Já foi mencionado o fato de que o cristianismo não deve ser identificado com e restringido a uma simples crença em Deus. Por exemplo, o cristianismo tem uma teoria do mal; ela difere da teoria humanista; e, portanto, uma escola secular não pode adotar as mesmas políticas que uma escola cristã adota ao lidar com alunos recalcitrantes.

Não é necessário dizer que há alunos recalcitrantes. Mas talvez seja necessário dizê-lo àqueles que convenientemente esquecem o que está acontecendo. Além do material relatado no capítulo um, houve o caso da literatura subversiva e obscena dos Panteras Negras, vendida a alunos de ensino médio em Indianapolis em 1969 com a aprovação de pelo menos alguns professores. Mas é ilegal os gideões distribuírem o Novo Testamento nas dependências da escola. Nas duas primeiras semanas do período letivo escolar de 1969-70, cinquenta assaltos e espancamentos, incluindo facadas, foram denunciados à polícia de Indianapolis. A polícia acreditava tratar-se de menos da metade dos crimes cometidos, pois as crianças que são vitimadas

geralmente têm receio de denunciar o ataque por medo de represálias. Alguns pais se recusam a enviar os filhos à escola para livrá-los da violência na escola. Num dos colégios abastados de Indianapolis, estima-se que 50 por cento dos alunos são viciados em drogas. Nem todos são viciados em heroína, certamente; mas a meio caminho — pela cola, barbitúricos, LSD e drogas parecidas.

Essas condições terríveis são incentivadas pela política humanista liberal de lidar com formas menores de má conduta dos alunos. O progressismo ridiculariza a ideia cristã de punição. Desde a infância as crianças devem ser mimadas, não devem receber palmadas ou ser de nenhuma forma reprimidas. Já em 1922, John Dewey, em *Human Nature and Conduct*[90] (Parte II, Seção 2), incentivava os jovens a se rebelar contra a disciplina dos pais. Os pais domesticavam "a deliciosa originalidade da criança"; instilavam nela hábitos morais; e o resultado era um monte de "irracionalidades" e "infantilismos". Quando a filosofia de Dewey é traduzida para o código penal, com sua ênfase na reabilitação (porque o criminoso está doente, não é perverso; e a comunidade é culpada e não o criminoso), num só ano 20 mil pessoas cometem assassinatos nos Estados Unidos e nenhuma delas é executada. No ano seguinte, naturalmente, mais pessoas cometem assassinatos.

Nem John Dewey nem os penologistas liberais nem as escolas públicas devem ser responsabilizados pela origem desses crimes. Os teólogos liberais e os educadores liberais devem ser responsabilizados porque não reprimem o mal. As escolas públicas merecem ser ridicularizadas quando alegam ser as salvadoras da democracia. Por causa de sua permissividade, elas têm incentivado o incêndio criminoso, o vício das drogas e a imoralidade sexual. Mesmo em assuntos estritamente curriculares, sua permissividade e sua ampliação do conceito de democracia para além do seu significado político adequado resultam amiúde na tentativa de tornar todos os alunos iguais, reduzindo os requisitos ao mínimo para que todos possam passar. Nessas escolas, mais frequentemente em áreas metropolitanas, o aluno não deve "levar bomba"; deve ser aprovado. Nos colégios que estiveram sob a observação deste escritor, alguns juniores (sem dúvida também alguns seniores; mas os exemplos são até onde vai o conhecimento pessoal) não conseguiam ler um texto do quarto ano; num laboratório de botânica, um aluno não conseguia ler a folha de instruções, e um garoto de 20 anos se

“formou” sem ser capaz de ler — bem, sem ser capaz de ler dois parágrafos de qualquer coisa. Esse tipo de democracia, essa permissividade, essas políticas liberais, incentivam e aumentam o mal; mas não iniciam o mal. O mal tem início no que John Dewey chama de a deliciosa originalidade da criança.

O presente argumento se propõe a mostrar que um sistema escolar não pode funcionar como um ponto neutro entre a posição liberal e a posição cristã. Um sistema escolar deve ter alguma política para crianças delinquentes ou para aqueles que começam a causar problemas, e essa política não pode ser tanto de esquerda quanto de direita. Não pode ser tanto cristã quanto humanista; e não existe nenhum terreno neutro, intermediário. As duas filosofias e suas implicações educacionais diferem sobre o que fazer, no que consiste o mal e em como ele se origina. Já dissemos algo sobre as visões predominantes dos educadores públicos; agora é necessário mostrar que o cristianismo tem uma visão totalmente diferente do mal e políticas totalmente diferentes para combatê-lo.

As escolas públicas

As primeiras faculdades norte-americanas eram instituições distintamente cristãs. Mas o sistema escolar público, ao contrário das faculdades, não era tão inspirado. Por outro lado, as escolas públicas não pretendiam ser irreligiosas. Nos livros escolares da época de nossos avós, Deus e Jesus Cristo eram mencionados. Hoje, essas referências não podem mais ser encontradas nos livros das escolas públicas. A razão não é difícil de encontrar. As escolas públicas foram fundadas com a ideia de não se favorecer uma religião acima das outras, e o resultado é que agora não favorecem absolutamente nenhuma religião. Elas estão completamente secularizadas.

Originalmente, as escolas públicas, embora não devessem favorecer uma denominação cristã acima das outras, não tinham a intenção de atacar o cristianismo. A ideia era que elas deveriam ser neutras. E porque a maioria dos protestantes acreditou nas promessas dos educadores profissionais de que eles não atacariam a religião, os protestantes não encontraram as escolas primárias da mesma forma que os romanistas. Agora está claro que os romanistas adotaram o curso de ação mais sábio, porque as promessas dos educadores profissionais logo seriam quebradas.

Hoje, o cristianismo é atacado por todo o sistema escolar público. Relatos de pais dizem que a negação evolutiva da criação do mundo por Deus é ensinada às crianças do segundo ano. Como uma criança de sete ou oito anos pode enfrentar um ataque organizado à cosmovisão teísta? Como os pais podem proteger seus filhos? A escola pública não finge ser neutra em questões religiosas, e quando um pai aqui ou acolá protesta, ele é prontamente ridicularizado e silenciado. A noção de liberdade religiosa ou mesmo de tolerância ao cristianismo — isto é, a alegação original de neutralidade — não faz parte do equipamento mental dos educadores profissionais.

Já se fez menção à exclusão da leitura da Bíblia nas escolas públicas. O resultado foi uma geração de crianças deficientes em língua e literatura inglesa. É um fato incontestável que a Bíblia inglesa tinha tido sobre a nossa língua, nossa literatura, nossa civilização e nossa moral uma influência maior do que qualquer outro livro. As crianças que são privadas da Bíblia são culturalmente e religiosamente privadas. Alguém já disse bem que um

conhecimento da Bíblia sem uma educação superior tem mais valor do que uma educação superior sem um conhecimento da Bíblia. Em vista desse fato, a proibição da leitura da Bíblia é extremamente significativa do ódio que as escolas públicas e grande parte da nossa sociedade têm pelo cristianismo. Livros que ataquem o cristianismo não são ilegais. Professores podem negar Deus, a criação e a providência; mas a lei os proíbe de recomendarem o cristianismo.

Como a privação cultural dessa política é demasiado óbvia, alguns educadores querem ensinar a Bíblia como literatura. Essa reintrodução da Bíblia nas escolas também poderia aliviar parte das críticas. Pode acontecer, entretanto, que a Bíblia como literatura venha a ser algo pior que nenhuma Bíblia. Seria a Bíblia ensinada como literatura divina ou como literatura humana — como mera literatura e não como uma revelação? Numa escola onde isso foi tentado, a professora pediu que os alunos escrevessem um artigo. Ela foi muito flexível na exigência: cada aluno poderia escolher qualquer parte da Bíblia como seu assunto. Uma garotinha perguntou se poderia escrever sobre Isaías. E a professora perguntou: “Você se refere a Primeiro ou Segundo Isaías?”. Assim, o ensino da Bíblia como literatura se torna um ataque à sua veracidade. Ele será usado e está sendo usado para minar o cristianismo.

Quando inicialmente as escolas públicas se tornaram populares, os protestantes em geral foram enganados pelas promessas ilusórias dos profissionais das escolas públicas. Eles pensavam que se mantivessem faculdades cristãs, as escolas primárias poderiam ser confiadas ao Estado. Mas nem todos os protestantes foram ludibriados por essas falsas promessas de não atacar o cristianismo. A igreja luterana e os reformados cristãos cedo estabeleceram escolas primárias para seus filhos. Eles acreditavam que a influência do lar cristão e a pregação da igreja cristã deveriam ser fortalecidas por um sistema escolar cristão. Mas tanto os luteranos quanto os cristãos reformados, com seu pano de fundo europeu, permaneceram como sociedades um tanto fechadas, por assim dizer; e infelizmente exerceram pouca influência, pelo menos neste aspecto, sobre o resto do protestantismo norte-americano. Houve um homem, porém, dentre as igrejas norte-americanas de língua inglesa, que viu as implicações do sistema escolar público; ele alertou sobre o que estava por vir, mas seu alerta foi ignorado. É interessante, lamentavelmente interessante, ler seu alerta hoje, agora que

noventa anos provam que ele tinha estado certo. Pois foram nas palestras dadas antes de 1890 que A. A. Hodge fez as previsões que serão agora citadas.

Em suas *Popular Lectures on Theological Themes* [Palestras populares sobre temas teológicos], página 283, ele escreveu:

> Um sistema abrangente e centralizado de educação nacional separado da religião, como agora é comumente proposto, será o mecanismo mais horrendo de propagação de uma incredulidade ateísta e anticristã e de uma ética niilista antissocial na esfera individual, social e política que este mundo pecador já viu.

Duas páginas antes, havia escrito:

> É possível demonstrar com exatidão que, se cada partido no Estado tem o direito de excluir das escolas públicas qualquer coisa que creia não ser verdade, aquele que mais crê deverá ceder ao que menos crê, e então aquele que menos crê deverá ceder ao que não crê em absolutamente nada — não importando quão pequena seja a minoria dos ateus ou agnósticos. É evidente que nesse esquema, se ele for empreendido de maneira consistente e persistente em todas as partes do país, o sistema de educação popular nacional dos Estados Unidos será o instrumento mais amplo e eficiente de propagação do ateísmo que o mundo já viu.

O que A. A. Hodge não viu, ou pelo menos não disse explicitamente, é que, embora os irreligiosos se deem o direito de excluir o cristianismo, aos cristãos é negado o direito de excluir os ataques ao cristianismo. Não existe neutralidade.

Obviamente, as escolas não são cristãs. Assim como obviamente não são neutras. As Escrituras dizem que o temor do Senhor é o princípio do conhecimento; mas as escolas, ao omitirem toda referência a Deus, dão aos alunos a noção de que o conhecimento pode ser obtido à parte de Deus. Elas ensinam, com efeito, que Deus não tem controle da história, que não há um plano de eventos sendo realizado por Deus, que Deus não predetermina tudo quanto acontece. À parte da instrução anticristã específica que será discutida mais adiante, as escolas públicas não são, nunca foram nem nunca podem ser

neutras. A neutralidade é impossível. Que alguém pergunte o que a neutralidade pode significar quando Deus está envolvido. Como Deus julga o sistema escolar que lhe diz “Ó Deus, nem negamos nem afirmamos a tua existência; ó Deus, nem obedecemos nem desobedecemos aos teus mandamentos; somos estritamente neutros”? Que ninguém deixe de entender o ponto: o sistema escolar que ignora Deus está ensinando seus alunos a ignorarem Deus; e isso não é neutralidade. É a pior forma de antagonismo, porque julga que Deus é insignificante e irrelevante nos assuntos humanos. Isso é ateísmo.

Educação cristã

O currículo e a administração da educação cristã devem ser controlados pela visão cristã do homem. Assim como a planta, o homem é um ser vivo, precisa de comida, se reproduz; mas a natureza da peculiaridade do homem não é encontrada num gênero tão amplo. Como os animais, tem sensações e imagens visuais; mas se isso fosse tudo, ele seria apenas outro animal. Supostamente, a educação lida com o homem como sendo homem; a chamada educação física lida com o homem como um ser bruto. No que consiste o homem e no que consiste a educação são questões que devem ser respondidas através da avaliação dos diferentes níveis da atividade humana. A sensação aguçada não é algo que marca um homem instruído, pois os selvagens têm geralmente uma sensação mais aguçada que os instruídos. Carpintaria e hidráulica são atividades distintamente humanas além de todas as possibilidades animais e factualmente além das selvagens; e, todavia, esses dois ramos úteis e honrados não constituem uma educação. Música e arte são hierarquicamente superiores a carpintaria e hidráulica; coloquialmente, falamos de educação musical, mas a música e a arte exigem, a rigor, treinamento. Todos esses são diferentes níveis de atividade — todos respeitáveis, mas nem todos iguais. Alguns homens nascem aptos para uma atividade mas não para outra. O Senhor não repreendeu o homem a quem dera um talento por não conseguir ganhar cinco; ele o condenou por não usar o talento que possuía. Porém, não se nega o fato de que é melhor possuir cinco. Deus não exige do trabalhador não qualificado que escreva a crítica de toda a metafísica futura nem que ele finalize a sinfonia de Schubert; mas um Q.I. 150 tem maiores possibilidades do que um Q.I. 85.

Todas as fases da vida devem glorificar a Deus, e, se um homem é um carpinteiro ou um encanador, ele deve e pode glorificar a Deus pelo seu ofício da mesma forma que um aluno ou professor. Para servir a Deus de maneira aceitável, não é preciso ser um monge; nem é preciso ser um erudito. A alguns homens Deus deu cinco talentos, a alguns dois e a alguns um. Ele deu aptidões acadêmicas para alguns e habilidades mecânicas para outros. O que se exige é que cada um use fielmente o que recebeu.

Em vista disso, não se pode dizer que a educação seja em todos os aspectos democrática. Na política, um governo democrático representativo sensível à vontade do povo é decididamente preferível ao totalitarismo irresponsável e à burocracia arrogante. Todos os homens são criados iguais

— no sentido de que a justiça política deve ser administrada de maneira imparcial. Mas igualdade econômica e mental é algo que nunca existiu nem nunca existirá. As desvantagens econômicas podem ser equalizadas em certa medida pela ajuda privada através de bolsas de estudo. Mas não há cura para as desigualdades mentais. A educação, assim como a arte, jamais pode ser democrática; ambas são inerentemente aristocráticas. Alguns alunos simplesmente não conseguem aprender. Por mais que tentem, não conseguem entender o significado do texto. E ao invés de a educação universitária ser um benefício para eles, seu espírito e respeito próprio podem ser arruinados. Como encanadores, eles podem servir a um propósito útil; e se reconhecem que Deus é glorificado no serviço honesto da hidráulica, podem andar entre os homens com uma dignidade cristã.

Uma palavra também sobre a arte. Certamente, um grande artista é alguém superior a um grande mineiro de carvão. A “Ronda Noturna” de Rembrandt é indescritivelmente impressionante. Rembrandt sabia pintar. Mas não sei se sabia arte. Beethoven sabia como escrever música, mas duvido que entendesse música. Uma coisa é a capacidade artística — uma dádiva preciosa de Deus. Outra é o entendimento intelectual da arte, da sua função na sociedade, da sua relação com a religião e a moralidade — uma dádiva ainda mais preciosa de Deus. A última é matéria de educação. A primeira, de habilidade.

O cristianismo, no entanto, é intelectualista. Deus é a verdade, e a verdade é imutável. Os humanistas, é claro, se opõem a qualquer concepção teísta da verdade. Imersos no fluxo do pragmatismo, guiados por Nietzsche, James e Dewey, eles sustentam que a verdade muda, que os valores morais mudam e que a única verdade fixa é que não existe verdade fixa. “Verdade” é aquilo que funciona. A habilidade e o sucesso fazem a “verdade”. Como não existe nenhuma verdade final no humanismo, o humanista não pode consistentemente dar o devido reconhecimento ao intelecto. Se ele enaltece os dotes intelectuais, está apenas se referindo à habilidade vocacional de conseguir o que se deseja.

Todavia, o humanismo secular não é o único oponente do intelectualismo, nem mesmo o mais vociferante. Se Nietzsche, James e Dewey têm seus discípulos, incluindo os existencialistas, Kierkegaard, com a ênfase de Schleiermacher na emoção, é um inimigo ainda pior da verdade. Tanto é assim que um grande número de pessoas religiosas despreza o

intelecto e enaltece as emoções. Brunner diz que Deus fala falsidades, que o homem deve acreditar em contradições e que Deus e o intelecto são mutuamente exclusivos.

O homem à imagem de Deus

Observamos, antes de mais nada, que Cristo é a imagem de Deus (Hb 1.3) e que ele é o *Logos* e a Sabedoria de Deus. Observamos também que foi dado a Adão um domínio sobre a natureza. Esses dois pontos, aparentemente não relacionados, sugerem que a imagem de Deus é a lógica ou racionalidade. Adão era superior aos animais porque era uma criação racional e não apenas sensorial. A imagem de Deus, portanto, é a razão.

A imagem deve ser a razão porque Deus é a verdade, e a comunhão com ele — o propósito mais importante da criação — requer pensamento e entendimento. Sem a razão o homem indubitavelmente glorificaria a Deus tal como as estrelas, as pedras e os animais, mas não poderia desfrutar de Deus eternamente. Ainda que na providência de Deus os animais sobrevivam à morte e adornem o mundo futuro, eles não podem ter o que a Escritura chama de vida eterna, pois vida eterna é conhecer o único Deus verdadeiro, e conhecimento é um exercício da mente ou razão. Sem razão não pode haver moralidade ou retidão: estas coisas também requerem pensamento. Na falta delas os animais não são nem justos nem pecaminosos.

A identificação da imagem com a razão é algo que explica ou é apoiado por uma observação intrigante em João 1.9: “a saber, a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem”. Como pode Cristo, em quem está a vida que é a luz dos homens, ser a luz de todo homem, se as Escrituras ensinam que alguns homens estão perdidos nas trevas eternas? Esse enigma surge quando se interpreta a luz em termos exclusivamente redentores. Se também pensarmos em termos de criação, o *Logos* ou Racionalidade de Deus — que logo acima foi dito ter criado todas as coisas sem uma única exceção — pode ser visto como tendo criado o homem com a luz da lógica como sua característica humana distintiva.

Por razões como essas, a Queda e seus efeitos, que tanto intrigam alguns teólogos que estudam a doutrina da imagem, podem ser mais facilmente compreendidos identificando-se a imagem com a mente do homem.

Visto que os julgamentos morais são uma espécie de julgamento, estando inclusos na atividade intelectual geral, um resultado da Queda é a ocorrência de avaliações incorretas mediante pensamentos errôneos. Adão pensou erroneamente que seria melhor se juntar a Eva em seu pecado do que

obedecer a Deus e se apartar dela. E então comeu do fruto proibido. O ato externo se seguiu ao pensamento. “Porque do coração procedem os maus pensamentos”. Note que na Bíblia o termo “coração” geralmente designa o intelecto e apenas uma vez em dez as emoções: o coração é que pensa. O pecado, portanto, interfere em nosso pensamento. Mas ele não nos impede de pensar. O pecado não erradica ou aniquila a imagem. Ele causa um mau funcionamento, mas o homem continua sendo homem.

A Bíblia enfatiza o mau funcionamento da mente em assuntos obviamente morais por causa da importância deles. Mas o pecado estende sua influência depravada sobre assuntos que não são geralmente considerados questões de moralidade. A aritmética, por exemplo. Não é preciso supor que Adão e Eva entendessem de cálculo, mas eles certamente contavam até dez. Qualquer que fosse a aritmética deles, eles a faziam corretamente. O pecado, porém, leva a falhas no pensamento, com o resultado de que agora cometemos erros numa simples adição. Tais erros são pedanticamente chamados de efeitos “noéticos” do pecado. Mas erros morais são igualmente noéticos. Quando os homens se tornaram vãos em suas imaginações e seu coração insensato se obscureceu; quando dizendo-se sábios, tornaram-se loucos; quando Deus os entregou a uma disposição mental reprovável — seu pecado era antes de tudo um defeito noético, intelectual e mental.

A regeneração e o processo de santificação invertem a direção pecaminosa do mau funcionamento: a pessoa é renovada no conhecimento segundo a imagem daquele que a criou. Primeiro, os pecados mais óbvios e mais grosseiros são suprimidos, pois o novo homem começa a pensar e fazer avaliações em conformidade com os preceitos de Deus. Em segundo e terceiro, o novo homem avança para refrear os pecados mais sutis, mais secretos e mais penetrantes que fazem seu coração ser enganoso mais do que todas as coisas. Na comparação com isso, os erros na aritmética podem parecer triviais, mas eles também são efeitos do pecado; e a salvação irá melhorar o pensamento do homem em todos os assuntos.

A identificação da imagem como sendo a razão ou intelecto preserva, portanto, a unidade da pessoa humana e poupa os teólogos de dividirem a imagem em partes esquizofrênicas. E também está de acordo com tudo o que a Escritura diz sobre pecado e salvação.

A oposição secular à imagem de Deus no homem só pode estar baseada em uma filosofia não teísta geral. A evolução vê o homem como um

desenvolvimento natural partindo de nêutrons e prótons, por meio de átomos, às plantas, aos animais inferiores, até talvez alguns seres humanos terem surgido na África, Ásia e nas Índias Ocidentais. A evolução dificilmente pode afirmar a unidade da raça humana, porque vários indivíduos de espécies sub-humanas podem, mais ou menos simultaneamente, ter produzido a mesma variação.

É difícil aceitar essa visão não teísta e naturalista, pois ela implica que a mente também (assim como o corpo) é um produto evolutivo e não uma imagem divina. Em vez de usar os princípios eternos da lógica, a mente opera com os resultados práticos da adaptação biológica. Os conceitos e as proposições não alcançam a verdade nem sequer visam a ela. Nosso equipamento evoluiu através de uma luta pela sobrevivência. Razão é simplesmente o método humano de lidar com as coisas. É um dispositivo simplificador e, portanto, falsificador. Não há evidências de que as nossas categorias correspondem à realidade. Ainda que correspondessem — um acidente muito improvável —, ninguém poderia sabê-lo; porque para saber que as leis da lógica são adequadas ao real existente é necessário observar o real antes de usar as leis. Mas se isso já aconteceu com organismos sub-humanos, nunca acontece com a espécie atual do homem. Se agora o intelecto é produzido naturalmente, diferentes tipos de intelecto podem ser igualmente produzidos por processos evolutivos ligeiramente distintos. Talvez essas mentes tenham sido produzidas, mas estão agora extintas, como os dinossauros e os dodôs. Isso significa, porém, que os conceitos ou intuições de tempo e espaço — a lei da contradição, as regras da inferência — não são critérios fixos e universais de verdade, mas que outras raças pensam em outros termos. Talvez raças futuras também venham a pensar em termos diferentes. John Dewey insistiu que a lógica já mudou e continuará mudando. Ora, neste caso nossa lógica tradicional não é nada mais que um momento evolutivo passageiro; nossas teorias — dependentes dessa lógica — são reações temporárias, hábitos sociais paroquianos e racionalizações freudianas; e a teoria evolutiva produzida por esses impulsos biológicos não pode, portanto, ser verdadeira.

A diferença entre o naturalismo e o teísmo — entre as últimas opiniões científicas sobre a evolução e a criação; entre o animal freudiano e a imagem de Deus; entre a crença em Deus e o ateísmo — está baseada em suas duas epistemologias distintas. O naturalismo professa aprender pela

observação e análise da experiência; a visão teísta depende da revelação bíblica. Nenhuma quantidade de observação e análise pode provar a posição teísta. Obviamente, nenhuma quantidade de observação e análise pode provar a evolução ou qualquer outra teoria. Todas as filosofias seculares resultam em total ceticismo. Em contraste, o teísmo baseia seu conhecimento em proposições divinamente reveladas. Elas podem não dar toda a verdade; podem até nos dar bem poucas verdades; mas não há nenhuma verdade de outra maneira. Esta é a situação da alternativa secular.

A avaliação cristã das disciplinas do currículo e dos alunos ou estudantes na escola é, portanto, racional e intelectualista, em oposição ao emocionalismo e anti-intelectualismo dos dias atuais.

O objeto da educação é a verdade; a transmissão da verdade aos alunos mais jovens e a descoberta de novas verdades pelos estudantes mais avançados. O objetivo da educação, pelo menos o objetivo da melhor e mais pura educação, é a compreensão intelectual.

A subversão do cristianismo

Scott, Foresman and Company, editores de uma excelente linha de livros didáticos de ensino fundamental, tem um livro chamado *Our World and How We Use It* [Nosso nundo e como o usamos] de Campbell, Sears, Quillen, Hanna. Na página 97, num capítulo que explica a domesticação e uso dos animais, há uma seção intitulada “Ideias sobre Deus”.

> Você viu quantas de nossas ideias sobre propriedade, sobre trabalhar juntos e sobre guerra vieram desses pastores de muito tempo atrás. Os pastores também tinham muitas outras ideias.
>
> O pastor sabia sobre as estrelas, pois aprendera a ler o céu assim como lemos os calendários. O sol era seu relógio de dia, e a lua e as estrelas lhe indicavam a hora à noite. O céu noturno é muito claro e as estrelas brilhantes no clima seco das pastagens e nos desertos do país.
>
> O pastor observava as estações irem e virem. Sabia também das épocas de abundância e épocas de fome. Via seus animais nascer, crescer e morrerem. Via o chefe da tribo punir seus próprios filhos e animais se eles lhe desobedecessem e os recompensava se agissem certo. Os pastores tinham tempo para pensar em muitas e muitas coisas enquanto cuidavam de seus animais.
>
> E assim o pastor veio a saber que havia um grande Deus que cuidava do mundo e tudo nele da mesma forma que ele cuidava de sua própria família e seus próprios rebanhos. Ele ensinou seus filhos a adorar esse Deus e a lhe obedecer.
>
> O pastor também sabia que tinha de proteger seus próprios animais, sua família, seus servos e trabalhadores. Muitas vezes deve ter pensado que o mundo seria um lugar melhor se não houvesse animais selvagens ou pessoas hostis. E veio a crer que deve existir algo ruim, algo mau, que age contra Deus, assim como os lobos, os homens maus e a fome agem contra ele. A essa coisa má, deu o nome de Satanás.
>
> Muitos pensamentos dos pastores foram transformados em canções. Você pode ler algumas delas na Bíblia, nos salmos de Davi, o pastor que se tornou rei.

Reconhecidamente, o objetivo da seção é ensinar aos alunos sobre Deus. Portanto se trata de uma questão de religião; e a religião, quer pregada num púlpito, quer ensinada no ensino fundamental, não pode ser uma questão neutra. Para descobrir se este livro didático é a favor do cristianismo ou se faz oposição a ele, listemos os cinco pontos principais que ele ensina. Primeiro, ele ensina que os pastores descobriram Deus ou tiveram ideias sobre Deus ao pensar enquanto cuidavam de seus animais; em segundo, que descobriram que Deus cuidava deles; em terceiro, que eles ensinavam seus filhos a adorar esse Deus e a lhe obedecer; em quarto, que aprenderam, sempre refletindo, que existe um diabo; e quinto, que os salmos de Davi são um resultado desse processo.

Como se trata do ensino de um livro didático para o quarto ano, fazer-lhe críticas filosóficas profundas pode ser considerado algo injusto. Mas até mesmo alunos do quarto ano podem aprender alguns princípios filosóficos simples, embora profundos. A seção, da forma como está escrita, produz a impressão de que aprender de Deus é um processo puramente empírico. Nenhuma referência é feita ao que o filósofo chamaria de equipamento *a priori* da aprendizagem. Ora, a terminologia de Kant não é para crianças, mas até crianças podem entender quando é dito que todos os homens nascem com a ideia de Deus. Elas podem não conhecer os termos *a priori* e "inato", mas podem entender tão bem quanto entenderiam qualquer outra coisa que os homens são criados para pensar em Deus espontaneamente: eles nascem assim. Porém, não se colocará nenhuma ênfase específica no argumento de que o livro ensina um empirismo não cristão.

Mas uma ênfase, uma grande ênfase, deve ser colocada na omissão de qualquer referência à revelação. Um verdadeiro cristão, se perguntado como aprendeu de Deus, responderá imediatamente "através da Bíblia, a palavra de Deus". Quando uma pessoa responde: "pela experiência e reflexão", fica instantaneamente claro que essa pessoa não é cristã.

Em segundo lugar, o livro didático ensina que os pastores sabiam que Deus cuidava deles porque eles cuidavam de seus rebanhos. Que tipo de argumento é esse? Os pastores cuidavam de seus rebanhos para tosquiá-los e comê-los. Será que essa reflexão leva a uma confiança última em Deus?

Então, em terceiro, os pastores ensinavam seus filhos a adorar a Deus e a obedecer-lhe. Isso levanta duas questões. Primeiro, se não há uma revelação, onde os pastores encontram os mandamentos que Deus requer que

obedeçamos? A Escritura fala da lei de Deus como escrita no coração dos homens; ensina que o homem foi feito à imagem de Deus e tem um conhecimento inato de que o certo é diferente do errado e de que Deus pune o erro. Mas a Escritura também ensina que o homem suprime esse conhecimento por sua iniquidade, que ele não quer reter Deus em seu conhecimento e que Deus o entregou a uma disposição mental reprovável. De maneira óbvia, o livro didático para o quarto ano e o cristianismo não estão de acordo. E a segunda questão é ainda mais direta: como os pastores podem ensinar seus filhos a adorar a Deus? A Escritura não apenas diz que à parte do poder regenerador do Espírito Santo não há quem busque a Deus e não há quem faça o bem, não há nem um sequer; a Escritura também ensina que ninguém vem ao Pai senão por Jesus Cristo. E isso é tão verdade acerca de Abraão nos tempos antigos quanto dos homens nos dias atuais. Jesus disse: "Abraão, vosso pai, alegrou-se por ver o meu dia, viu-o e regozijou-se". O livro didático não dá nenhuma pista desse pré-requisito necessário para a adoração. Em vez disso, ensina que se pode obedecer e adorar a Deus sem nenhuma referência a Jesus Cristo.

O quarto ponto não exige nenhuma crítica adicional, mas o quinto é o clímax. Aqui se afirma que os salmos de Davi são um produto da pura reflexão humana. Em antagonismo direto à visão cristã, o livro reduz a Bíblia ao nível dos pensamentos filosoficamente injustificáveis de um nômade.

Davi escreveu: "Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés". Isso é uma fantasia humana ou uma promessa divina? Ele escreveu:

> Os reis da terra se levantam… contra o Senhor e contra o seu Ungido… Ri-se aquele que habita nos céus; o Senhor zomba deles… Eu, porém, constituí o meu Rei sobre o meu santo monte Sião… Ele me disse: Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei… Beijai o Filho para que se não irrite, e não pereçais no caminho; porque dentro em pouco se lhe inflamará a ira.

O que é isso? Um absurdo? Ou a voz do Deus Poderoso e Terrível?

O livro didático de onde a citação foi tirada é pedagógica e mecanicamente excelente; ele exibe todas as marcas da competência técnica. A inclusão da seção citada, portanto, não pode ser atribuída à ignorância. Ela

foi deliberadamente planejada. Por razões como essa, a única conclusão possível é que o livro e os educadores por trás dele estão definitivamente querendo destruir a religião cristã.

---

[1] Ronald H. Nash, *Worldviews in Confl ict*, Zondervan (1992), p. 16.

[2] Greg L. Bahnsen, "The Heart of the Matter", em *The Biblical Worldview* (VII:1; Jan., 1991). Artigo disponível na excelente coletânea de artigos de Bahnsen lançada pelo Monergismo, com o título *Sempre preparados:orientações para a defesa da fé*.

[3] Entre tantos livros, veja *Questões últimas* (Monergismo), de Vincent Cheung; *O universo ao lado: Um catálogo básico sobre cosmovisão* (Monergismo), de James W. Sire; *Questões últimas da vida: Uma introdução à filosofia* (Editora Mackenzie), de Ronald Nash; *Cinema e fé cristã* (Editora Ultimato), de Brian Godawa; *A criação restaurada* (Cultura Cristã), de Albert M. Wolters.

[4] *O breve catecismo de Westminster* (São Paulo: Cultura Cristã, 2001).

[5] R. C. Sproul, *Lifeviews* (Old Tappan: Fleming H. Revell, 1986), p. 29.

[6] Ronald H. Nash, *Faith & Reason* (Grand Rapids: Zondervan, 1988), p. 26.

[7] Francis A. Schaeffer, *The Complete Works of Francis A. Schaeffer* (Westchester: Crossway Books, 1982), 3:259.

[8] C. Gregg Singer, *From Rationalism to Irrationality* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1979), p. 37.

[9] J. I. Packer, *A Quest For Godliness* (Wheaton: Crossway, 1990), p. 129.

[10] João Calvino, *Commentary on Acts* (Grand Rapids: Baker, 1981), p. 22.

[11] Santo Agostinho, *A doutrina cristã* (São Paulo: Paulus, 2002), p. 58-60 (1:22); *On the Soul and Its Origin* 4:20. [Edição em português: *Sobre a potencialidade da alma* (Petrópolis, RJ: Vozes de Bolso, 2018).]

[12] João Calvino, *A instituição da religião cristã*, Tomo I (São Paulo: UNESP, 2008), p. 43-46 (1:3:1-3).

[13] Robert L. Reymond, *A Christian View of Modern Science* (Nutley: Presbyterian and Reformed, 1977), p. 10.

[14] João Calvino, *A instituição da religião cristã*, Tomo I (São Paulo: UNESP, 2008), p. 66 (1:6:1).

[15] Gordon H. Clark, "How Does Man Know God?", *The Trinity Review* (Julho/Agosto de 1989), p. 1.

[16] Citado em Gordon H. Clark, *First Corinthians* (Unicoi: Tenn.: Trinity Foundation, 1991), p. 128.

[17] Citado em John W. Robbins, "An Introduction to Gordon H. Clark: Part 2", *The Trinity Review* (Agosto de 1993): p. 3.

[18] John W. Robbins, "An Introduction to Gordon H. Clark: Part 1", *The Trinity Review* (Julho de 1993): p. 4.

[19] Gordon H. Clark, *First Corinthians*, p. 78.

[20] John W. Robbins, *Scripture Twisting in the Seminaries* (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 1985), p. 110.

[21] A lei da contradição (ou não contradição) afirma que A (que poderia ser qualquer proposição ou objeto) não pode ser tanto B quanto não-B ao mesmo tempo e no mesmo sentido.

[22] Gordon H. Clark, "God and Logic", *The Trinity Review* (Novembro/Dezembro de 1980): p. 4.

[23] Singer, *From Rationalism to Irrationality*, p. 33.

[24] Santo Agostinho, *Letters* 143:7.

[25] R. J. Rushdoony, *The One and the Many* (Fairfax, Vir.: Thoburn, 1978), 2n.

[26] Francis A. Schaeffer, *O Deus que se revela*, 1ª edição (São Paulo: Cultura Cristã, 2002), p. 53.

[27] Veja n, "Two Essays", uma resenha de *Senhor Deus da verdade* de Gordon Clark e *De Magistro* de Aurélio

Agostinho (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 1994), em The Blue Banner (Março/Abril, 1995), p. 13-15.

[28] Vale ressaltar que Gordon Clark discordava de que a questão do "uno e múltiplo", tão importante para alguns apologistas, constituísse um problema que o cristianismo deveria enfrentar e resolver. Numa carta endereçada a Van Til, datada de 28 de agosto de 1937, Clark escreveu o seguinte: "Talvez admitas essa crítica em todo seu escopo e em seguida retruques que deixa aqui tua proposição sobre a necessidade de resolver-se o problema do uno e do múltiplo. Quanto a isso, minha sugestão seria de que o cristianismo não se depara, nessa questão, com as mesmas dificuldades com que o faz um sistema pagão. O monismo pagão não é capaz de derivar, por meio da lógica, sua multiplicidade. Mas o cristianismo não tem de derivar a multiplicidade pela lógica. A criação não é um silogismo, mas uma escolha voluntária. No paganismo, o princípio supremo está privado da volição, a fim de garantir a continuidade ao universo. A volição cheira a antropomorfismo. Daí terem eles produzido seu problema do uno e do múltiplo ao insistir na derivação lógica como oposta à criação volitiva. Em contrapartida, não temos de resolver um problema particular deles. Neguemos que o múltiplo possa ser deduzido do uno mediante a lógica e que o problema precisa de uma solução. Desse modo, devo concluir que o problema do uno e do múltiplo, sendo simplesmente um desenvolvimento do paganismo, não oferece bases suficientes para a assertiva de que as três Pessoas da Trindade são tão logicamente essenciais quanto a unidade da Divindade". [N. do R.]

[29] Veja Ronald H. Nash, *A Palavra de Deus e a mente do homem* (Brasília, DF: Monergismo, 2020), capítulos 6 e 8.

[30] R. C. Sproul, *Following Christ* (Wheaton: Tyndale House, 1983), parte 4.

[31] Pelágio foi um monge britânico do século IV que propagou esse sistema de legalismo. Os ensinos de Pelágio eram firmemente contrários aos de Agostinho.

[32] Para um estudo mais aprofundado da doutrina da igreja, veja W. Gary Crampton e Richard E. Bacon, *Edificados sobre a Rocha* (Brasília, DF: Monergismo, 2016).

[33] "Por isso, guerrear e dilatar o reino, senhoreando povos, aos maus parece ventura, e aos bons, necessidade" [Santo Agostinho, *A cidade de Deus*, Parte I (Petrópolis, RJ: Vozes, 2012), p. 191].

[34] John W. Robbins, "The Ethics and Economics of Health Care", *Journal of Biblical Ethics in Medicine*, 8:2 (1994): 23–24. Dr. Robbins lista dez valores básicos em seu artigo. Os presentes autores agruparam alguns deles com outros para chegarem a um total de sete. Todas as citações neste livro que são atribuídas ao Dr. Robbins vêm das páginas citadas nesta nota de rodapé.

[35] Curiosamente, a Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América (o "direito do povo de possuir e portar armas") está baseada em 1 Samuel 13.19-22.

[36] William Symington, *Messiah the Prince* (Edmonton: Still Waters Revival, 1990), p. 234-35.

[37] Francis A. Schaeffer, *The Complete Works of Francis A. Schaeffer* (Westchester; Crossway Books, 1982), 4:27.

[38] John W. Robbins, *What is Christian Philosophy?* (Trinity Foundation, 1994), p. 7.

[39] Thomas B. Warren, *Have Atheists Proved There is No God?* (Nashville: Gospel Advocate, 1972), vii.

[40] Ronald H. Nash, *Faith & Reason* (Grand Rapids: Zondervan, 1988), p. 177.

[41] Gordon H. Clark, *Deus e o mal* (Brasília, DF: Monergismo, 2010), p. 19. Na opinião dos presentes autores, é o melhor livro já escrito sobre o tema da teodiceia.

[42] João Calvino, *A instituição da religião cristã*, Tomo II (São Paulo: UNESP, 2008), p. 403 (3:23:2).

[43] Gordon H. Clark, *Op. cit.*, p. 22.

[44] Citado em Gordon H. Clark, *Uma introdução à filosofia cristã* (Brasília, DF: Monergismo, 2013), p. 142.

[45] David Hume, *Diálogos sobre a religião natural* (São Paulo: Martins Fontes, 1992), Parte X.

[46] Veja Ludwig Feuerbach, *Lectures on the Essence of Religion* (New York: Harper and Row, 1967), p. 17, onde Feuerbach escreve: "Sucintamente, essa minha doutrina é o seguinte: teologia é antropologia".

[47] Um darwinista consistente não chamaria o homem de "criatura", pois isso implicaria que o homem foi criado por um Deus criador.

[48] R. C. Sproul, *Lifeviews* (Old Tappan: Fleming H. Revell, 1986), p. 71.

[49] A palavra "ateísta" é adicionada entre parênteses depois de "existencialismo" porque existe uma forma de existencialismo denominada "existencialismo cristão", que é uma contradição em termos.

[50] Søren Kierkegaard é considerado por alguns como um "existencialista cristão". Alguns estudiosos o consideram o pai do existencialismo.

[51] Bertrand Russell, "Limitations of Scientific Method", em *The Scientific Outlook* (Franklin Classics Trade Press, 2018).

[52] David Miller (editor) *Popper Selections* (Princeton University Press, 1985), p. 90, 91, 121; a ênfase é de Popper.

[53] Karl Popper, *Conjectures and Refutations* (Harper and Row, 1968), p. 151.

[54] "A Bíblia como verdade" foi inicialmente publicado na *Bibliotheca Sacra* (em abril de 1957) e reimpresso em *God's Hammer: The Bible and Its Critics* (1995). A Bíblia e seu sistema de verdades continua sob ataque hoje, até mesmo de supostos teólogos conservadores. A igreja precisa ser levada de volta à sua única autoridade — a Bíblia, pois somente a Bíblia é a Palavra de Deus. [N. do E.]

[55] *The Text of a Complaint*, p. 10, coluna 2.

[56] A. R. Kuschke, Jr. e Bradford, *A Reply to Mr. Hamilton*, p. 4.

[57] *Ibid*., p. 6.

[58] Abraham Kuyper, *Encyclopedia of sacred theology: its principles* (New York: Charles Scribner's Sons, 1898), p. 110-111.

[59] *The Text*, 5:1.

[60] *Ibid*., 5:3.

[61] *Ibid*., 7:3.

[62] A Committee for the Complainants, *The Incomprehensibility of God*, p. 3.

[63] *The Text*, 5:3.

[64] John W. Robbins, *The Trinity Manifesto*, 1978.

[65] Ronald H. Nash, *The Word of God and the Mind of Man* (Grand Rapids: Zondervan, 1982), p. 22. Dr. Robbins havia usado essa frase em seu livro de 1974 *Answer to Ayn Rand* para se referir à lacuna lógica entre o "é" e o "deve" pela qual Hume havia destruído todas as teorias de lei moral natural, seculares e religiosas. Talvez outros escritores usem a frase em ainda outros sentidos.

[66] Gordon H. Clark, *Thales to Dewey* (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 2000), p. 309-328. [Edição em português: *De Tales a Dewey* (São Paulo: Cultura Cristã, 2012).]

[67] Nash, *The Word of God and the Mind of Man*, p. 25-28.

[68] Gordon H. Clark, *Religion, Reason, and Revelation* (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 1995), p. 63-68. [Edição em português: *Religião, razão e revelação* (Brasília, DF: Monergismo, 2020).]

[69] Gordon H. Clark, *Thales to Dewey*, p. 377-382.

[70] Colin Brown, *Philosophy & the Christian Faith* (Downers Grove: InterVarsity Press, 1968), p. 108-116, 154-155. [Edição em português: *Filosofia e fé cristã* (São Paulo: Vida Nova, 2007).]

[71] Veja Gordon H. Clark, *Karl Barth's Theological Method* (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 1997).

[72] Robert L. Reymond, *Introductory Studies in Contemporary Theology* (Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1968), p. 91-153.

[73] Nash, *The Word of God and the Mind of Man*, p. 91-101.

[74] Robert L. Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith* (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1998), p. 95-110.

[75] Citado em John W . Robbins, *Cornelius Van Til: The Man and the Myth* (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 1986), p. 25; veja também W. Gary Crampton, *Why I Am Not a Van Tilian*, The Trinity Review, Setembro de 1993.

[76] Veja John W. Robbins, *Marstonian Mysticism*, The Trinity Review, Janeiro/Fevereiro de 1980, reimpresso em *Against the World* (Unicoi, Tenn.: Trinity Foundation, 1996).

[77] Nome dado a um silogismo cujas três proposições são afirmativas universais. [N. do T.]

[78] Donald G. Bloesch, *Holy Scripture: Revelation, Inspiration, & Interpretation* (Downers Grove: InterVarsity Press, 1994), p. 121, 293, 298; veja W. Gary Crampton, *The Neo-orthodoxy of Donald Bloesch*, The Trinity Review, Agosto de 1995.

[79] Gordon H. Clark, *Uma introdução à filosofia cristã* (Brasília, DF: Monergismo, 2013), p. 91.

[80] Nash, *The Word of God and the Mind of Man*, p. 96-99.

[81] John M. Frame, *The Doctrine of the Knowledge of God* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1987), p. 226, 307. [Edição em português: *A doutrina do conhecimento de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010).] Esses pensamentos são ecoados pelo professor Vern Poythress do Seminário de Westminster, e os comentários de Clark sobre eles podem ser encontrados em *Clark Speaks from the Grave*, The Trinity Foundation, 1986.

[82] Citado em Nash, *The Word of God and the Mind of Man*, p. 95.

[83] John W. Robbins, *The Trinity Manifesto*, 1978.

[84] A *Trinity Foundation* publicou um livro de lógica do Dr. Gordon Clark, tendo a finalidade de ser usado por colégios, faculdades e seminários cristãos. Acreditamos que é extremamente importante por causa da hostilidade contemporânea das igrejas liberais e conservadoras ao pensamento lógico. Este ensaio é o prefácio do Dr. Robbins à obra de Clark. [N. do E.]

[85] "Verbo", na ARA. [N. do T.]

[86] As citações usadas aqui aparecem no Prefácio de *Philosophy of Science and Belief in God* (The Trinity Foundation, 1987). [Edição em português: *A filosofia da ciência e a crença em Deus*, de Gordon H. Clark (Brasília, DF: Monergismo, 2020).]

[87] Paul Feyerabend, *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento* (Rio de Janeiro: F. Alves, 1977), p. 20-21.

[88] John W. Robbins, *Logic Seminar*, Westminster Institute, julho de 1995.

[89] Gordon H. Clark, *Philosophy of Science and God*, p. 57.

[90] Edição em português: *A natureza humana e a conduta: introdução à psicologia social* (São Paulo: *s. n.*, 1956).